

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A CULTURA DA CEBOLA NO LITORAL CENTRO DO RIO GRANDE DO SUL -  
ANÁLISE DE SUAS ESPECIFICIDADES COMO SUBSÍDIO PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.**

**Jones Muradás**

**ORIENTADOR  
Prof. Dr. Gervásio Rodrigo Neves**

**Porto Alegre, abril de 2002**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**A CULTURA DA CEBOLA NO LITORAL CENTRO DO RIO GRANDE DO SUL -  
ANÁLISE DE SUAS ESPECIFICIDADES COMO SUBSÍDIO PARA O  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL.**

**Jones Muradás**

**Orientador  
Prof. Dr. Gervásio Rodrigo Neves**

**Banca Examinadora**

**Prof. Dr. Marcio Antonio Cataia**

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros**

**Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura**

**Porto Alegre, abril de 2002**

## **Dedicatória**

**Dedico este estudo a minha esposa Clair e meu filho Rodrigo por terem apoiado e me acompanhado em todos os instantes desta difícil caminhada, a minha mãe Sueli por todo o esforço, fundamental, para que pudesse alcançar este degrau, aos meus avós - “in memoriam” - Armi e Lúcia por terem ajudado a direcionar o meu caminho, ao meu orientador, Prof. Gervásio, que deu rumo seguro a este trabalho e experiência para os próximos. Dedico também a todos que de uma forma ou de outra ajudaram na construção desta dissertação, difícil de nomear a todos sem que esqueça algum, em especial aos camponeses produtores e as pessoas ligadas à cadeia produtiva da cebola do Litoral Centro que gentilmente disponibilizaram seu tempo, suas preocupações, seus problemas, suas experiências e seus anseios para que escrevesse este estudo, e desta forma, retribuir a sociedade riograndense por ter me disponibilizado Escola/Universidade gratuita e de qualidade.**

**Muradás, Jones**

A cultura da cebola no litoral centro do Rio Grande do Sul - análise de suas especificidades como subsídio para o desenvolvimento regional. / Jones Muradás. - Porto Alegre : UFRGS, 2002.

[176 f.] il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2002.

1. Geografia. 2. Análise Territorial. 3. Geografia Agrária. 4. Geografia Econômica. 5. Litoral Centro. I. Título.

---

Catálogo na Publicação  
**Biblioteca do Instituto de Geociências**  
Renata Cristina Grün CRB10/1113



<b>CAPÍTULO 2 – A CULTURA DA CEBOLA</b>	<b>50</b>
2.1. Origem da Cultura da Cebola	50
2.2. Introdução do Bulbo no Litoral Centro	52
2.3 - O Espaço Agrícola do Litoral Centro	53
2.4 – As Condições Naturais da Cultura da Cebola	54
2.5 – As Técnicas Agrícolas da Cultura da Cebola	58
2.5.1 - Fases	58
2.5.2 - Estágios	62
2.6 - Técnicas e Ações Biológicas na Cultura da Cebola	62
2.6.1 - Doenças	63
2.6.1.1 - Mela ou Podridão do Pescoço	63
2.6.1.2 - Míldio ou Lã-Preta	63
2.6.1.3 - Alternaria ou Sapeca	63
2.6.1.4 - Rola / Antracnose ou Mal das Sete Voltas	64
2.6.2 - Pragas	64
2.6.2.1 - Lagarta-Rosca	64
2.6.2.2 - Tripes / Piolho	65
2.6.2.3 - Larva Mineradora / Riscador	65
<b>CAPÍTULO 3 – A ECONOMIA DA CEBOLA</b>	<b>67</b>
3.1 - A Produção Brasileira	67
<b>3.1.1 - Os Estados Produtores</b>	<b>68</b>
<b>3.1.1.1 - Área Colhida</b>	<b>68</b>
3.1.1.2 - Quantidade Produzida	69
3.1.1.3 - Produtividade	71
3.1.1.4 - A Rentabilidade da produção de Cebolas no Brasil	72
3.2 - O Circuito Econômico da Cebola	72
3.3 - A Cebola como Atividade Econômica do Litoral Centro	74
3.3.1 - A área Colhida	74
<b>3.3.2 - Quantidade Produzida</b>	<b>78</b>
<b>3.3.3 - Produtividade Média</b>	<b>81</b>
<b>3.3.4 - Rentabilidade Média</b>	<b>84</b>
3.3.5 - Relação custo de produção x valor recebido	86
<b>CAPÍTULO 4 – O CAMPONÊS CEBOLICULTOR E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS</b>	<b>95</b>
4.1 - O Camponês Produtor e suas Relações com a Cebolicultura	95
4.2 - O Recurso Terra	98
4.3 - As Técnicas de Cultivo	100
4.4 - A Comercialização - Um Comércio Atrasado, mas Especializado	101
4.5 - Os Camponeses Falam dos Atores	104
4.6 - Outros Aspectos	106

<b>CAPÍTULO 5 - OS ATORES DA CADEIA DA PRODUÇÃO DE CEBOLAS</b>	110
5.1 A Cultura da Cebola na ótica dos Atores	110
5.2 - Os Atores falam dos Atores	117
5.3 - A Comercialização	120
<b>CAPÍTULO 6 – A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	127
6.1 - O Litoral Centro – Uma Região?	127
6.1.1 - A Análise Regional e o Litoral Centro	127
6.1.2 - O Litoral Centro e sua inserção nas regiões administrativas do Rio Grande do Sul	133
6.2 - Os Problemas Na Cebolicultura e as ações para o Desenvolvimento Regional	136
6.2.1 – Os problemas enfrentados pela Cebolicultura do Litoral Centro	136
6.2.1.1 – Causas da natureza do território - Físicas	136
6.2.1.2 – Causas Sociais	137
6.2.1.3 – Causas Agronômicas	138
6.2.1.4 – Causas Econômicas	140
6.2.1.5 - Infraestrutura	142
6.2.2 – As ações mais prováveis para os problemas enfrentados pela Cebolicultura do Litoral Centro	143
6.2.2.1 - Ações para os problemas da natureza do território – Físicas	143
6.2.2.2 – Ações Sociais	143
6.2.2.3 – Ações Agronômicas	144
6.2.2.4 – Ações Econômicas	148
6.2.2.5 – Ações em Infraestrutura	152
6.2.3 - Iniciativas para o Desenvolvimento Regional	153
<b>CONCLUSÃO</b>	162
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	168
<b>ANEXOS</b>	174

## RESUMO

O presente estudo efetua um diagnóstico da cultura da cebola no Litoral Centro, municípios de São José do Norte, Mostardas e Tavares, do Rio Grande do Sul realizando a análise de suas especificidades a partir do reconhecimento, da descrição da área, da análise dos dados estatísticos e das informações dos diversos aspectos socioeconômicos que configuram o ambiente e a sua dinâmica, fornecendo informações e proposta de recuperação econômica consistentes para a tomada de decisões dos agentes públicos e privados.

O resultado da análise das especificidades do Litoral Centro nos leva a reconhecer fatos relevantes que determinam a estagnação da região como um todo. Podemos dizer que os principais incômodos a cebolicultura e a região são:

- O isolamento geográfico e o abandono político/econômico da região;
- O baixo índice de educação da população da região;
- Ausência de profissionalismo entre os cebolicultores;
- A inércia das tradições;
- O individualismo do camponês e a desorganização do associativismo/cooperativismo;
- Ausência de infraestrutura pública.

Com este estudo pode-se investigar, projetar políticas e estratégias que ajudem a transformar a cebolicultura da região em um real fator de desenvolvimento regional.

## ABSTRACT

The present study makes a diagnosis of the culture of the onion in the Litoral Centro, municipal districts of São José do Norte, Mostardas and Tavares, of Rio Grande do Sul – Brazil accomplishing the analysis of your properties starting from the recognition, of the description of the area, of the analysis of the statistical data and of the information of the several social and economical aspects that they configure the environment and your dynamics, supplying information and proposal of economical recovery consistent for the public and private agents' decisions.

The result of the analysis of Litoral Centro's properties in the group to recognize important facts that determine the stagnation of the area as a completely. We can say that the uncomfortable principal the culture of the onion and the area are:

- The geographical isolation and the political and economical abandonment of the area;
- The low index of education of the population of the area;
- Absence of the farmer's professionalism;
- The inertia of the traditions;
- The farmer's individualism and the lack of organization of the association and co-operative society;
- Absence of public infrastructure.

With this study it can be investigated, to project politics and strategies that help to transform the culture of the onion of the area in a factor of regional development.

## INTRODUÇÃO

Há muitos anos, quando era guri, meu avô escutava diariamente as notícias da manhã enquanto preparava-se para sair para o trabalho. O rádio estava sempre em alto volume para que ele pudesse escuta-lo nos seus deslocamentos pela casa, motivo pelo qual não perdia nenhum detalhe. Meus preparativos eram os mesmos, mas para ir para a escola. Os assuntos de algumas notícias, desta época, ainda lembro, por exemplo, a caçada e morte de Che Guevara e seu grupo. Mas as notícias que mais me intrigavam e que de vez em quando retornavam eram as relativas a problemas com o plantio, colheita e comercialização da cebola. Estas notícias me intrigavam porque não havia solução para o problema, ano após ano ele se repetia. Os problemas mais noticiados eram o do baixo preço pago pela cebola e da inexistência da estrada, pois não havia a possibilidade dos caminhões buscarem a cebola pela intrafegabilidade do caminho e a grande probabilidade da cebola apodrecer nos paióis.

Com a aposentadoria e mudança de hábitos do meu avô concomitantemente com minha saída de casa em busca do meu destino estas referências relacionadas com a cultura da cebola no Litoral Centro não foram mais reforçadas e quando eram, não tinham a intensidade anterior.

Passaram-se muitos anos quando cursando a cadeira de Organização Espacial e Regionalização no curso de Geografia foi solicitado um trabalho de conclusão dos estudos onde o assunto e o critério seria de livre escolha de cada um. O prof. Gervásio Rodrigo Neves, professor da cadeira, deu alguns exemplos de assuntos e tocou na palavra “cebola”. Sem saber da viabilidade técnica do assunto, registrei este para mim, lembrando das notícias que escutava no rádio quando guri. O trabalho foi realizado e mostrou um claro potencial de regionalização tendo como critério uma relevante área municipal plantada com cebola no Litoral Centro e adjacências. A partir da idéia deste trabalho de regionalização evoluímos para o presente, como uma dissertação de mestrado, onde se busca reconhecer os duradouros problemas que coexistem com a cebolicultura da região e, humildemente, apresentar sugestões de soluções.

Colocando mãos-a-obra neste trabalho, devagar fomos conhecendo as características sócio/econômico/culturais da região. A região é pouco conhecida da população do estado do Rio Grande do Sul devido a sua localização geográfica em uma península isolada. Na verdade tem muitos atrativos, porém, pelo isolamento são desconhecidos. O visitante somente percorre sua área se houver um motivo e disposição muito forte para isto.

A primeira bibliografia que tive contato para escrever esta dissertação foi a de Heinrich A.W. Bunse - São José do Norte, Aspectos Lingüísticos–Etnográficos do Antigo Município, Mercado Aberto/IEL, Porto Alegre, 1981. Bunse apenas descreveu o município (na época em que escreveu o livro, o município de São José do Norte ocupava toda a área do Litoral Centro). Na Nota Preliminar de sua obra citada dá uma pista da estagnação:

*“Este livro é o resultado de pesquisas realizadas, nos anos de 1957 a 1959, no antigo município de São José do Norte. ... Mas ao rever as páginas do livro - tendo percorrido de novo a região - convenci-me de não modificar nada na redação da obra, não só pelo fato de ela ser o único estudo sobre esta região ainda hoje bastante desconhecida do Estado, como também por nada se ter modificado, nos vinte anos passados, quanto aos aspectos visados ao escrever o livro”.*

Portanto, mais de vinte anos se passaram entre escrever e publicar o livro e a realidade da região continuava inalterada. Percebe-se que a área continua isolada, desconhecida e estagnada economicamente, isto se deve, com certeza ao fato de não haver ligação por estrada pavimentada com a capital do Estado, o que neste ano (2001) somente ocorre até a cidade de Tavares, cinquenta por cento do acesso de toda península.

Fazendo-se um retrocesso histórico para examinar o comportamento da cultura da cebola na região, desde a sua introdução até os dias atuais, chega-se à conclusão de que, mesmo sendo grande a produção, ela nunca recebeu estímulos adequados que pudessem dinamizá-la em bases verdadeiramente econômicas. Reconhece-se que os problemas enfrentados hoje na região são quase os mesmos de há 50 anos. Vieira (1995)<sup>1</sup> exprime bem o longínquo problema do cebolicultor, objeto deste trabalho.

*“Se nos dermos ao trabalho de compulsar os jornais de várias décadas atrás, sempre encontraremos em pauta o problema da*

---

<sup>1</sup> Coluna original do Jornal Correio do Povo de Porto Alegre de 30/05/75, publicada em coletânea.

*cebola, em nosso Estado. Anos há em que o excesso de produção avilta o preço da cebola e o agricultor, geralmente minifundiário, fica dependendo da boa vontade do comerciante local, para prorrogar a sua dívida, contraída com o suprimento na entressafra de gêneros alimentícios. Quando, por motivos imprevisíveis, há deficiências na cultura, menor é a colheita e os preços se elevam, mas nem sempre atingindo o montante capaz de compensar o prejuízo da menor produção. Ainda desta vez, o produtor fica em dificuldade para satisfazer os seus débitos no comércio”.*

Bunse escreveu em 1957/59 e dava a entender da estagnação da área e Vieira foi claro em relação a situação da cebolicultura local em seu artigo de 1975, incluído na obra citada. Para termos um testemunho atual nos reportamos ao Editorial “Norte”, *cebola, incentivos* do Jornal Correio do Povo do dia 22 de dezembro de 1999, que diz:

*“... Pois São José do Norte optou pela cebola como fator econômico. ... E isso tem valido uma existência de alternativas de faturas e carências, alguma riqueza e muita pobreza, conforme as condições da safra e do mercado consumidor, ano a ano.*

*Atualmente, com uma colheita farta, estimada entre 35 mil e 40 mil toneladas, fator que deveria ser de motivo de regozijo, o que se vê na região é a mais absoluta frustração. Pelas notícias que chegam “do Norte”, até o momento houve comercialização de apenas umas 400 toneladas, o que significa a miséria de 1% da produção ao preço vil de R\$ 0,05 a R\$ 0,10 o quilo, quando se estima o custo médio da produção em torno de R\$ 0,15 atualmente. Para que se tenha idéia da aflição, diga-se que em 1998, a esta altura do ano, 14% da safra havia sido colocada no mercado, a preço bem melhor. Estamos retornando à triste realidade de alguns anos em que nem de graça a cebola era buscada para livrar depósitos. À concorrência de produtos de outros estados brasileiros vai juntar-se, em janeiro, a do Mercosul, representada pela Argentina.”*

Vemos, após estas três citações, que existem fatos a serem estudados relativos a problemática da cultura da cebola no Litoral Centro. Deste modo, existe relevância no estudo desta área isolada, abandonada e desconhecida, mostrando a importância que o cultivo da cebola ocupa na estrutura da economia agrícola da região e do estado.

Esta foi a primeira área de especialização agrícola do Rio Grande do Sul, mesmo com o isolamento se manteve como uma área de cultivo importante. A cebola é a principal fonte de renda, sem outras atividades que ocupem um segundo lugar forte nos municípios de São José do Norte e Tavares. Atualmente, a cebola, apesar de significativa área plantada, não é predominante na economia do município de Mostardas.

Portanto, as motivações que me conduzem à abordagem deste tema de ordem territorial representam uma preocupação voltada essencialmente para os problemas no espaço regional do cultivo da cebola e de sua organização, e seus resultados visam contribuir ao progresso da área de estudo, na qual são visualizados os problemas que emperram o desenvolvimento de sua territorialidade.

A perspectiva que norteia nosso estudo é a identificação dos entraves a cebolicultura nesta área e a conseqüente busca de um desenvolvimento regional que promova uma vida digna à população, principalmente do cebolicultor, “herdeiro” de um velho estilo camponês original no Rio Grande do Sul. Desta forma, diante de um estudo original e em uma área econômica, social e geográfica diferenciada, invocamos a validade e a conveniência deste estudo voltado diretamente a área de cultura da cebola no Litoral Centro do Rio Grande do Sul.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO**

A metodologia adotada neste estudo atende as fases de um estudo das regiões produtivas, segundo Milton Santos (1997). Este estudo configura-se como um instrumento de análise e avaliação sócio econômica da produção de cebola no Litoral Centro do Rio Grande do Sul (municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte), constituindo-se também em uma efetiva ferramenta de planejamento rural. Assim, dada a inter-relação ambiental da atividade e de sua inserção em um meio social tradicional consolidado, foi abordado o processo de uso e ocupação do solo com a cebolicultura e especialmente as relações na ambiência socioeconômica. Nesse sentido, foi focado o meio antrópico referente à sócioeconomia, destacando-se o princípio da viabilidade socioeconômica.

Assim, considerando um sistema, o fato de analisar o desempenho da cultura da cebola significa compreender a sua estrutura e funcionamento, examinando-se cada um de seus segmentos ou atores (produtores, distribuidores, etc.), as formas de inter-relações entre eles e as interações com o ambiente em que se inserem.

A aplicação potencial da metodologia de análise permitirá que os estudos sobre a cultura da cebola sejam apresentados com base em dois tipos de enfoque: as partes

e o todo. A primeira corresponde a uma análise estrutural e funcional das partes e de sua interdependência dentro de um sistema integrado; já o segundo pode ser definido como o todo ou sub-elementos em integração. Desta forma, ele compõe os vários aspectos que caracterizam o problema a ser estudado, de modo que a definição do sistema e de seu ambiente passa necessariamente pela definição do objetivo a ser alcançado pela análise.

Uma análise das partes procura mostrar que as mudanças que ocorrem no ambiente decorrente de fatores políticos, econômicos, financeiros, tecnológicos, sócio culturais etc., podem alterar substancialmente a dinâmica de funcionamento do sistema. Como o cultivo é considerado um sistema aberto, suas fronteiras estarão em interação permanente com o ambiente, permitindo constantes mudanças no decorrer do tempo. O estudo da cultura da cebola dentro do enfoque das partes poderá identificar as condições que afetarão seu equilíbrio em determinados momentos.

O presente estudo se propõe a buscar alternativas de desenvolvimento em escala regional, que permitam gerar empregos, elevar a renda e melhorar a qualidade de vida do lugar, a partir da dinamização da cultura da cebola do mesmo, com base em condições locais, que se constituam em “potencialidades” capazes de dar sustentabilidade ao desenvolvimento da região em questão.

Dentro dessa perspectiva, o dinamismo da estrutura produtiva da cebola na escala regional, teria como ponto de partida as potencialidades históricas locais, para novas funcionalidades. Essas potencialidades seriam exploradas a partir desta atividade existente no lugar, atributo do meio físico, recurso humano e natural, usando a vantagem locacional. Considera-se que constituam potencialidade os objetos da estrutura local que sejam parte do capital social no lugar, integrados à cultura local e ao capital humano, que se apresentam como vantagens comparativas capazes de desencadear o dinamismo e em consequência o desenvolvimento regional.

Os aspectos operacionalizados neste estudo foram obtidos através de:

1. O levantamento, a coleta, à análise e à sistematização de dados secundários resgatados em estudos técnicos, pesquisa bibliográfica, artigos, clipagem seletiva da mídia, entre outras técnicas de resgate de informações que contemplam a região; com base nas informações estatísticas disponíveis, foi feita uma análise sobre a situação da atividade ceboleira na área de estudo, sistematizando algumas informações sobre a

produção e a comercialização. Também foi identificado os atores em cada uma dessas fases, o seu papel e o modo de atuação.

A maior parte das informações secundárias pertinentes ao trabalho foram obtidas na Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE e Associação Riograndense de Empreendimentos a Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-RS.

2. As fontes primárias de informação, obtidas no trabalho de campo, têm como base de dados a realização de entrevistas com questionário padrão (em anexo), voltada a identificar a dinâmica e o perfil da atividade econômica na área de estudo. Em visitas aos municípios, foram entrevistados Secretários da Agricultura Municipais, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, profissionais da EMATER que atuam na região, lideranças formais e informais dos municípios e, principalmente, produtores.

O levantamento dessas informações permitiu conhecer melhor o ambiente institucional e organizacional em que a cultura está inserida (todo), possibilitando também uma maior visualização dos componentes e processos nos seus vários estágios de segmentação (partes). Com isso, foi possível levantar alguns pontos para estabelecer ações e políticas ligadas ao setor.

3. A consolidação, a análise e a elaboração do diagnóstico para o território como um todo, sendo finalizado com a composição de prognóstico que reúne as principais demandas e reivindicações das comunidades estudadas bem como nossa contribuição e que está sintetizada em uma matriz de intervenção. Isto permitiu o delineamento de questões importantes para tornar a cultura mais competitiva e sustentável através de produtos com a qualidade exigida pelos intermediários, atacadistas e consumidores finais, indicando uma satisfatória geração de benefícios.

Após contemplar estes requisitos, a viabilidade socioeconômica do cultivo mediou o balanço entre os objetivos do mesmo - atendimento ao seu mercado de atuação e as necessidades e expectativas do produtor e a sociedade.

A partir da definição dos principais aspectos, possibilitou-se a definição de medidas mitigadoras para os efeitos negativos ou mesmo a potencialização daqueles de

caráter positivo, bem como da elaboração de programa de acompanhamento e monitoramento dos mesmos.

Assim sendo, os procedimentos metodológicos aqui explicitados dizem respeito a duas questões básicas: a análise propriamente dita e a proposta de implementação de intervenção, que sendo assumida, no todo ou em parte, dará diretrizes para o planejamento estratégico regional, ponto de partida para as ações corretivas dos problemas enfrentados pelos cebolicultores, visando desta forma o desenvolvimento regional.

## **CAPÍTULO 1 – O ESPAÇO E O TERRITÓRIO**

### **1.1 – POSIÇÃO E NATUREZA DO ESPAÇO**

#### **1.1.1 - Localização da Área de Estudo**

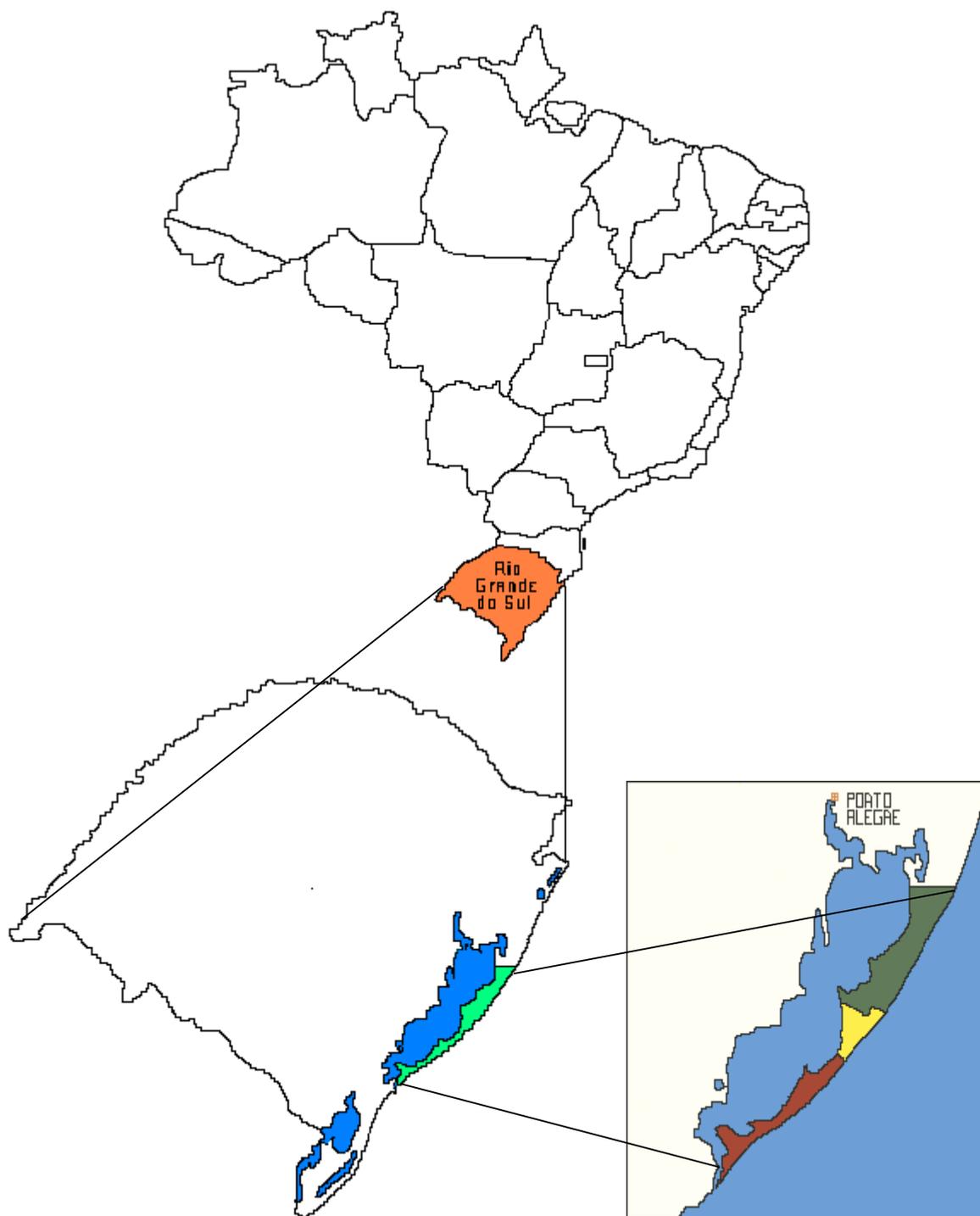
O território do Litoral<sup>2</sup> Centro do Rio Grande do Sul é formado pelos municípios de São José do Norte, Mostardas e Tavares e está localizado em uma península formada pela restinga de “São José do Norte” que se orienta em linhas gerais de Nordeste a Sudoeste. Tem como limites ao norte o município de Palmares do Sul, ao leste o Oceano Atlântico, ao oeste a Laguna dos Patos e ao sul a barra do Rio Grande com o município do mesmo nome. Ocupando uma estreita faixa de terra, com largura máxima de 22 km e largura mínima de 6 km, entre as latitudes 30°45’ e 32°20’S. Com 3.726,10 km<sup>2</sup> o Litoral Centro representa 1,321% da área do Estado do Rio Grande do Sul, Mapa 1.

A natureza da área de estudo, decomposta em seus conjuntos básicos, está assim organizada, cuja visualização é a paisagem.

---

<sup>2</sup> Litoral aqui utilizado, segundo o conceito popular, isto é, planície costeira marítima.

**MAPA 1 – Localização do Litoral Centro no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul**



- ▶ Mostardas
- ▶ Tavares
- ▶ São José do Norte

Mapas: Jones Muradás

### 1.1.2 – Geologia

A margem continental brasileira no extremo sul se constituiu numa bacia sedimentar, denominada Bacia de Pelotas. A extensão desse acúmulo sedimentar estende-se de La Coronilla, ao sul do Chuí, em território uruguaio, até Florianópolis, em Santa Catarina. A Bacia de Pelotas possui uma parte emersa e outra imersa. A emersa é representada pela Planície Costeira do Rio Grande do Sul, onde se destaca a Restinga de São José do Norte que é uma alongada e estreita faixa arenosa onde estão inseridos os municípios do Litoral Centro, que se constitui na nossa área de estudo.

A Bacia de Pelotas é recente, iniciando seu processo formador no Cretáceo inferior, quando a tectônica de placas deu origem à deriva continental. A configuração da bacia sugere um abatimento longitudinal, de pouca profundidade, junto à margem, caracterizando uma típica bacia aberta. A parte emersa da Bacia de Pelotas continua em evolução, progredindo em novos ambientes de sedimentação.

Na área deste estudo, a Bacia de Pelotas têm dois ambientes bem distintos: um ambiente deltáico/lagunar e outro marinho. No ambiente deltáico-lagunar aparece a laguna, o delta, os pontais, as dunas e as praias, típica das configurações evolutiva das restingas. O ambiente marinho representa a sedimentação imersa sobre o assoalho cristalino, de grande uniformidade e espessura. As principais características dos depósitos da Bacia de Pelotas que estão presentes na área de estudo são as formações:

1. Chuí: areias uniformes, amarelas, de natureza praial. Areias praias e eólicas, argilas, calcários e carbonatos. A Formação Chuí ocupa ampla área, da margem oeste da Laguna dos Patos.

2. Complexo lagunar-deltaico-praial-eólico-marinho. São aluviões holocênicos, atuais e subatuais, formados por areias, argilas e cascalhos. Constituem depósitos recentes de progressão das restingas, tanto pelo lado das lagunas, como pelo marinho.

Esta estrutura geológica, fundamentalmente sedimentar, origina formas de relevo particulares, onde se destaca a compartimentação topográfica, de baixas altitudes.

### 1.1.3 - Geomorfologia

A geomorfologia da área de estudo é caracterizada pelo modelado em rochas arenosas de depósitos clásticos continentais-marinhos, constituindo uma grande restinga que é a grande feição geomorfológica da área. As dunas constituem o elemento de desnível nas baixas cotas altimétricas da restinga. A influência da dinâmica oceânica e eólica é predominante. Segundo Villwock e Tomazelli (1995) o Litoral Centro é parte das terras baixas da Província Costeira. Sedimentos clásticos terrígenos provenientes da dissecação do Escudo Sul-Rio-Grandense, a Depressão Central Gaúcha e o Planalto das Araucárias (terras altas) chegam a esta área, sob a ação dos processos costeiros, ventos, ondas, correntes e variações do nível do mar, acumulando-se numa ampla variedade de ambientes deposicionais transicionais e marinhos.

Como resultado deste quadro morfogenético, esta área mostra uma compartimentação geomorfológica chamada de “Sistema Lagunar Patos”, evoluindo durante os avanços e retrocessos do mar. As variações de nível do mar proporcionaram a abertura e o fechamento das áreas de comunicação com o oceano. O retrabalhamento de suas margens gerou terraços, cristas de praia, pântanos, além dos processos de erosão e deposição que foram responsáveis pela formação de falésias e pontais arenosos presentes na atual e nas antigas linhas de costa que ainda são visíveis.

Ainda diz Villwock e Tomazelli (1995) como resultado da erosão das terras altas situadas a oeste, fácies sedimentares de natureza predominantemente clástica terrígena se acumularam, durante o Cenozóico, ao longo da Província Costeira do Rio Grande do Sul, como produtos de processos desenvolvidos em diversos ambientes deposicionais ali instalados. Estas fácies, seus processos e ambientes geradores são entendidos usando-se o conceito de sistema deposicional que é um conjunto de deposições sedimentares realizadas por qualquer processo natural. Na área de estudo encontra-se o “Sistema Depositional Laguna – Barreira III” com depósitos lagunares e de retrabalhamento superficial do sistema de leques aluviais e depósitos praias marinhos e eólicos e de retrabalhamento eólico atual. O Sistema Depositional Laguna – Barreira IV apresenta depósitos lagunares, praias, eólicos, paludiais, deltáicos e fluviais e depósitos praias marinhos e eólicos.

A margem lagunar da restinga de São José do Norte e seus pontais evoluem por novos acréscimos deposicionais com fases submersa e emersa, tendendo ao assoreamento e o estreitamento da Laguna dos Patos. As areias constituem a material base da estrutura em formação com granulometria, morfoscopia e composição variada, com a predominância do quartzo.

#### **1.1.4 - Clima**

Há a considerar três grandes fatores estáticos: latitude; topografia e maritimidade. Os fatores dinâmicos que impõem considerável energia ao sistema climático são: o campo energético oceânico; os centros dinâmicos de circulação atmosférica do Atlântico Sul e as correntes marinhas.

A latitude é representativa de condição climática intrínseca. As latitudes crescentes estabelecem temperaturas decrescentes, em razão da insolação determinada pela inclinação dos raios solares. Desta forma, esta área é de transição da zona tropical para a zona temperada, numa faixa de aproximada de 5° de latitude, para o norte ou para o sul, considerando os 30°S de latitude. Assim, o Litoral Centro está na faixa de transição entre condições tropicais e temperadas de clima. Os três municípios têm uma configuração espacial comum, em área de planície, (conseqüentemente, também, pelas baixas altitudes e a ausência de massas topográficas capazes de criarem climas locais) com influência do Oceano Atlântico a leste e a Laguna dos Patos a oeste e ainda das massas de ar. De acordo com Strahler, Arthur (Strahler & Strahler, 1989) a classificação climática da área de estudo é subtropical úmido, utilizando-se a classificação formalizada por Köppen, é um clima mesotérmico brando “Cfa”. Definidos assim: “C” é igual a Climas Temperados com temperaturas médias do mês mais frio entre -3° e 10°C; “f” precipitação suficiente em todos os meses e; “a” temperatura média do mês mais quente superior a 22°C, o que corresponde ao clima subtropical.

Esta área tem média de pluviosidade abaixo do Rio Grande do Sul, chegando a 1300mm ano. Podemos observar o comportamento médio mensal da precipitação pluviométrica da cidade de Rio Grande, vizinha ao Litoral Centro, na Tabela 1.

**Tabela 1 – Precipitação Pluviométrica – Médias Mensais em mm – Período 1957-1977**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	MÉDIA
121,1	86,7	105,5	67,1	88,1	108,1	150,2	153,5	152,6	113,0	96,1	75,3	1.317,30

Dados brutos: Sec. da Agricultura e Abastecimento do RS – Estação no Município de Rio Grande

A maritimidade é importante por desencadear, sob a influência da radiação solar e correntes marítimas, fluxos de energia, que irão definir ações na planície costeira, com destaque para a umidade e o controle térmico. Os fatores derivados da insolação sobre o oceano são: evaporação, irradiação, condensação e formação de nuvens. Em relação as correntes marítimas que atuam na área de estudo, a corrente do Brasil desloca águas tropicais ao longo do litoral do Rio Grande do Sul, no sentido NE-SO. Em sentido contrário, ao lado, se movimenta a corrente fria das Malvinas.

O Litoral Centro do Rio Grande do Sul está sob a influência de duas grandes massas atmosféricas: o anticiclone do Atlântico (massa de ar quente) e o anticiclone polar (massa de ar frio). Esses dois sistemas de circulação condicionam diretamente as manifestações do clima em todo sul do continente, drenando, continuamente, massas de ar, por efeito de variações termodinâmicas. O anticiclone do Atlântico é um centro de alta pressão, predominante durante o ano e sobre ela incide a influência da inclinação da radiação solar e as penetrações de frentes frias do anticiclone polar. Durante o verão o anticiclone polar enfraquece pela maior insolação no sul do continente, perdendo seu poder no deslocamento. Raramente as massas frias avançam com força nas áreas de domínio tropical, nestas ocorrências acontecem pesadas e rápidas chuvas pré-frontais.

### **1.1.5 - Hidrografia**

No Litoral Centro, além da Laguna dos Patos, compõem a hidrografia os arroios, lagoas interiores e banhados. É importante informar que a vazão da Laguna dos Patos se dá lentamente em razão da sua baixa declividade, sendo de 1m para cada 120 km, devido a isto não é raro ser represada pela ação do vento.

Quanto às lagoas interiores, nesta região de estudo, encontra-se um grande número de lagoas barradas e interiorizadas pela evolução do processo de sedimentação lagunar e marinho. Muito próximas à atual linha de praia atlântica, a maior parte desses ambientes lacustres ficaram isoladas do oceano no holoceno atual, guardando ainda alguma

influência ocasional da maré de tempestade. Na face lagunar das restingas, as lagoas são o resultado da progressão dos pontais com barragens e diques nos fundos de sacos, além de áreas deprimidas (bacias) resultantes da deflação eólica.

As lagoas mais antigas formaram-se em torno das ilhas de barreiras que iniciaram o processo de emersão da planície costeira. As diversas naturezas mórficas evolutivas desencadeadas, deltas, pontais, diques e sacos, respondem pela formação desses ambientes lacustres. Nas áreas de deposição atual, principalmente pela regressão da linha de praia, alinham-se ambientes lacustres interligados em escala decrescente.

As principais lagoas desta região são: do Retovado; da Solidão; do Ponche; do Rincão dos Veados; da Reserva; do Peixe; São Simão; Pai João; dos Linhares; Bela Vista; do Bojuru; e do Estreito.

O trabalho de transporte por águas correntes, na área de estudo, caracteriza-se pela ação intermitente dos arroios. A maior intensidade do transporte por esse mecanismo está evidentemente ligada à estação chuvosa. O escoamento pluvial não tem ação morfodinâmica de importância, em virtude da pequena declividade da restinga.

É digno de nota que em épocas de menor precipitação pluvial ocorre a penetração da água oceânica pela barra do Rio Grande na Laguna, produzindo modificação na composição físico-química das águas doces de origem flúvio-lagunar. A maré salina, na laguna dos Patos, determina a salinidade da água na sua metade sul. A consequência deste fato tem pelo menos dois efeitos: a pesca abundante do camarão como positivo e a inutilidade desta água para a lavoura de arroz como efeito negativo.

### **1.1.6 - Vegetação**

O Litoral Centro do Rio Grande do Sul devido as progressivas modificações geomorfológicas na configuração espacial da restinga de São José do Norte promovem alterações ambientais em intervalos regulares. Desta forma, é um geosistema ambiental específico nas relações meio natural e população vegetal. A natureza do sistema é mutante e evolutiva de ambientes biogeográficos abertos para fechados.

Rambo (1942) assim se refere à restinga e a dificuldade de desenvolvimento dos vegetais:

*“As areias litorâneas oferecem um substrato extremamente desfavorável à vida vegetal. Numerosos fatores*

*concorrem, para dificultar o estabelecimento ainda das espécies mais valentes no combate pelo espaço. É em primeiro lugar, a pobreza extrema da areia quartzosa em substância nutritivas; em segundo lugar, a grande permeabilidade quanto à água; em terceiro lugar, a porcentagem de sal marítimo, immobilizando grande parte da água infiltrada; em quarto lugar, o calor intenso do sol, fazendo evaporar a umidade das camadas superficiais; em quinto lugar a violência do vento, volubilizando a água e torturando as partes aéreas dos vegetais; em sexto lugar, a mobilidade das dunas, soterrando sempre de novo os parques vegetais, que nela se procuram fixar”.*

A vegetação deste ambiente arenoso compreende associações psamófilas primárias, gramináceas, ciperáceas e matos nativos. A cobertura vegetal nas estruturas arenosas primárias na área de estudo tem início com a ocupação psamófila.

Nas dunas estabilizadas, com maior concentração de nutrientes, a vegetação evolui lentamente para associações arbóreas de matos nativos, evolução determinada pela ação do vento e dependente do grau de umidade. Em alinhamentos de dunas marginais aos sacos estuarinos existem a ocorrência de matos densos.

Os campos inundáveis ocupam os terraços da planícies aluviais do sistema lagunar, canais naturais e margens de arroios. A fisionomia desses campos é gramínea-ciperácea. Nas várzeas próximas às margens dos arroios e corpos d'água há grande presença de juncáceas, ciperáceas e gramíneas. Nos campos altos e não inundáveis contêm capões, onde há maior concentração de umidade, constituídos por salsos, figueiras, maricá, jerivá, corticeira, barba-de-pau, coroníllhas, etc. Os matos e capões são densos e de constituição heterogênea.

Na praia e pós-praia ocorrem espécies psamófilas. A vegetação psamófila e halófila (pântanos salgados) tem presença destacada no estuário da laguna dos Patos.

Atualmente a área de estudo está sendo florestada com as espécies exóticas do Eucalipto e do Pinus destinadas para a indústria madeireira.

Esse conjunto mostra a fisionomia natural do espaço estudado que se constitui na paisagem. Trata-se de um conjunto natural bastante original no Rio Grande do Sul, dominado pela dinâmica construtiva do mar associado a dinâmica lacustre.

## 1.2 - A OCUPAÇÃO E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO

### 1.2.1 – Além dos limites do Tratado de Tordesilhas

Este território foi habitado, originalmente, por mais de 2000 anos por índios Carijós, do grupo Guarani no norte e índios Charruas, do grupo Pampeano ao sul, do território do Litoral Centro.

Praticamente duzentos anos depois do “achamento” do Brasil a costa do Rio Grande do Sul, embora conhecida, foi pouco explorada devido à sua configuração, como informa Dreys “*em toda esta vasta extensão da costa não há lugar algum em que o mar não rebente com violência e do porto de Laguna ao do Rio Grande nenhum abrigo se oferece ao navegante...*” e à inacessibilidade da barra do Rio Grande na época, em consequente não havia homem branco que tivesse se estabelecido definitivamente nesta zona do extremo sul.

Em fins do século XVII, após a fundação da Colônia do Sacramento, em 1680, o território do atual Estado do Rio Grande do Sul – a Capitania d’El Rei Nosso Senhor, em especial o litoral, tornou-se importante estrategicamente para Portugal por representar o caminho terrestre entre Laguna e a Colônia do Sacramento, pois até então era percorrida somente por contrabandistas, vaqueanos changadores e tropeiros. A viagem por mar, pela costa, somente se realizava de novembro a março, época de ventos e correntes mais favoráveis. Portanto a região começa a ser importante para a Coroa Portuguesa e ocupada.

A ligação terrestre entre a Colônia do Sacramento e Laguna ocorreu em 1703, dessa viagem pelo litoral ficou um relato chamado “Roteiro”. Mas logo abandonaram a rota do litoral utilizando o caminho pelos campos que se estendem entre o Oceano e a Laguna dos Patos. Assim, já antes de 1715, existe a penetração e exploração sistemática da região litorânea do Rio Grande do Sul.

Em 1715 foi estabelecido um posto de vigilância na margem norte do Canal, na chamada “Barranca do Norte”, provavelmente no local da atual cidade de São José do Norte, para assegurar a posse da barra e impedir incursões isoladas dos espanhóis. Foi constituído com este posto de vigilância o primeiro contingente populacional do Rio Grande do Sul e da região. A posse da barra garantia o comércio praticado por tropeiros que conduziam gado ao longo do litoral, rumando a São Paulo. Foi o primeiro posto de

vigilância no Rio Grande do Sul e marca o início do povoamento, já que serviu, entre outras, de apoio a uma série de pousos e currais entre a barra do Rio Grande e o rio Tramandaí.

Mas é a partir de 1732 que as terras do Rio Grande começam a atrair os povoadores, ao percorrerem esta região alguns foram se apossando do território, mais tarde ganharam a sesmaria, os quais, muito provavelmente, seus descendentes possuem até hoje. Em 1734, os campos que estão entre a barra do Rio Grande e o Tramandaí estão povoados com 27 fazendas. Estes primeiros fazendeiros eram lagunenses que vinham para o sul e povoaram as terras do Rio Grande. Também, paulistas e mineiros, na sua maioria tropeiros. Desta forma, segundo Pesavento (1997), *os tropeiros se sedentarizaram e os militares, que deram baixa, se afazendaram.*

Em 1737 a região passa a se chamar Comandância Militar do Continente de Rio Grande de São Pedro e ocorre a fundação oficial da Vila do Rio Grande, também a península foi beneficiada. Um dos primeiros atos do brigadeiro foi à criação da Fazenda Real de Bojuru (atual Distrito de São José do Norte) para fornecimento de carne e montarias à guarnição da Comandância, em 1738. Aparecem, nesta época, no Rio Grande o elemento militar e o negro. Foram estabelecidos postos de vigilância com guarnições portuguesas ao longo do litoral: a Guarda do Norte e as Guardas do Estreito, do Capão do Meio e de Mostardas. Assim o povoamento tomou incremento.

No ano de 1752 começam a chegar no Rio Grande os primeiros “Casais Açorianos”, os casais d’El Rey, que se espalharam irregularmente, ficando quase 20 anos esperando as terras prometidas.

Em 1763 a Vila do Rio Grande, caiu em poder das forças espanholas e a península recebeu os refugiados. Logo os espanhóis atravessaram o Canal estabelecendo guardas na Barranca do Norte. A invasão de Rio Grande pelos espanhóis de certa forma foi um impulso rumo a povoação da região.

Essa situação perdurou até 1767 quando os espanhóis abandonaram suas posições e de grande material de guerra, tomando posse os portugueses da “Guarda do Norte”, em 5 de junho de 1767. Dessa “Guarda do Norte”, partiu no dia 19 de abril de 1776, o ataque às posições espanholas em Rio Grande, que culminou com a reconquista da Vila do Rio Grande de São Pedro.

Era urgente para Portugal que a região fosse povoada mais densamente para poder resistir a novas penetrações dos espanhóis. E surgem as primeiras freguesias:

Mostardas e Estreito com o assentamento de Casais Açorianos que estavam a espera de terras.

Na Revolução Farroupilha a região foi envolvida no conflito, tendo ocorrido em São José do Norte, no dia 16 de julho de 1840, um importante embate que foi vencida, por desistência dos Farrapos, pelos imperiais. Até esta fase da história este território foi importante, mas logo caiu no esquecimento em razão do desenvolvimento ir para outras regiões do RS, o que ocorre até os dias de hoje. Portanto o primeiro caminho utilizado no atual Rio Grande do Sul (Laguna – Colônia de Sacramento) em 1703 será o último a ter uma verdadeira estrada utilizável como rodovia.

## **1.2.2 – O processo administrativo da criação dos territórios**

### **1.2.2.1 – Município de São José do Norte**

A origem da atual cidade de São José do Norte deve-se à estada da “Frota de João de Magalhães” a quem acatou ordens superiores de escolher um local que fosse conveniente para estabelecer uma povoação. Chegou na margem norte do Canal, na primeira quinzena de novembro de 1725, surgindo a primeira povoação em terras do Rio Grande do Sul.

Esta povoação foi importante por ocasião da tomada da vila do Rio Grande pelas forças espanholas em 1763 quando recebeu a migração da população. Em princípio de maio do mesmo ano os espanhóis atravessaram o canal e tomaram São José do Norte. O local tornou-se da mais alta importância estratégica, pois dali haveria de partir o ataque destinado a desalojar os espanhóis da vila do Rio Grande.

O local aparece nos documentos portugueses como: Margem do Norte, Barranca do Norte, Guarda do Norte, Fronteira do Norte, Fronteira do Rio Grande e Povoação do Norte. O nome de São José da Guarda do Norte aparece após a retomada da Guarda do Norte dos espanhóis em 8 de junho de 1767 em homenagem ao Rei de Portugal D. José I. Assim a origem do nome de São José da Guarda do Norte, depois reduzido a São José do Norte.

Saint Hilaire escreve em 1820 a respeito da vila:

*“No Norte (Vila?), que pertence à paróquia do Estreito, e sua igreja não é mais do que uma dependência da paróquia da sede. Atravessamos duas ruas largas, bem traçadas, cujas casas, contíguas, bonitas, se acham em bom estado; algumas de um andar, e outras de pavimento térreo. Andando pelas ruas, atolam-se os pés até os tornozelos numa areia muito fina, trazida pelos ventos. Não perdendo tempo logo se foi a Rio Grande”.*

Saint Hilaire retornou dias depois para uma visita mais demorada e escreveu:

*“Essa paróquia, que abrange, na península, uma extensão em torno de dezoito léguas, conta 2.000 almas, das quais dois terços são homens de cor, negros e mulatos, livres ou escravos, e um terço de brancos. A metade da população está dispersa nos campos, o resto habita a aldeia do Norte, que possui cento e vinte e sete casas. Essa aldeia é muito baixa e arenosa, como a cidade de São Pedro, e até nas ruas se vêem pequenos montes de areia. Três as ruas principais e muito largas. As casas são contíguas, como em nossas cidades; caiadas e, em geral, bem conservadas; muitas têm um andar, além do térreo e indicam bom nível de vida. A Igreja é muito pequena e nada apresenta de notável. Nada mais é do que uma sucursal da aldeia do Estreito; sob todos os pontos de vista, a aldeia do Norte foi extremamente pouco favorecida pelo governo. Em São Pedro do Sul apenas podem ancorar iates, porém todas as embarcações que passam a barra podem aportar na aldeia do Norte; mas é em São Pedro que está a alfândega e, por conseguinte, se faz necessário conduzir para lá, em iates, todas as mercadorias que chegam à aldeia do Norte, mesmo aquelas destinadas ao comércio desta aldeia”.*

Arsène Isabelle, viajante que esteve no RS em 1825 descreve que o número de habitantes em São José do Norte é de *“mil e quinhentos. ... há quatro ruas principais, possuindo calçadas na direção norte-sul, terminando de um lado do rio e do outro em montículos de areia, no meio da qual se encontram fontes de água límpida e potável”.*

Diz ainda que:

*“uma sociedade de acionistas, dirigida pela casa Carrol Forbes & Cia., encarregou-se de cavar, por meio de custosas máquinas a vapor, um canal que permite aos navios de duzentas toneladas ou mais virem ao cais (em Rio Grande) fazer seu carregamento e descarregamento. Antes da conclusão desses trabalhos, terminados em 1823, não sem grandes perdas por parte da sociedade, os navios paravam todos em S. José os armadores e consignatários tinham depois de arcar com as despesas maiores da baldeação e transporte”.*

Os viajantes testemunham a importância, no passado, do porto de São José do Norte, antes da dragagem do canal da barra do Rio Grande

Dreys, que passou por São José do Norte alguns anos mais tarde (1834), diz a respeito da vila:

*“Da cidade de São Pedro do Sul, quem se dirige para Porto Alegre ... vai desembarcar na Vila de São José do Norte, que no país chamam por contração: O Norte; a Vila do Norte é o primeiro porto e principal fundeador do Rio Grande; ... a vila apresenta o inconveniente tão notado no litoral do Brasil de não ter cais nem lugares suficientes para o desembarque; contudo, não deixa de ter sua extensão, seu comércio e suas casas nobres, bastante cômodas para que o imperador D. Pedro I, na sua excursão ao Rio Grande, pudesse morar numa delas com decência”.*

A carta régia de 18 de abril e a Provisão Eclesiástica de 11 de março de 1822 elevam a capela de São José do Norte à categoria de freguesia, consequência do desenvolvimento local. E por Decreto Regencial s/n, de 25 de outubro de 1831, foi criado o município de São José do Norte. A instalação deu-se em 15 de agosto de 1832.

Toda a região sofreu os percalços na Guerra dos Farrapos, pela sua real n.º 91, de 31/07/1841, determina que a vila de São José do Norte seja, daí em diante, denominada “Mui Heróica Vila de São José do Norte” título recebido pela vitória imperial em batalha da Guerra dos Farrapos realizada neste município. Pelo Decreto n.º 7199, de 31/03/1938, São José do Norte foi elevada à categoria de cidade.

#### **1.2.2.1.1 - Distrito do Estreito**

O distrito de Estreito surgiu como posto de vigilância, a Guarda do Estreito, em torno de 1745. A população que fugiu da invasão espanhola estabeleceu-se na região e foi a formadora do distrito.

Neste local, segundo Bunse (1981), existia

*“a capelinha com o título de Nossa Senhora da Conceição feita pelo capelão dos Índios que ali existiam sustentados pela Fazenda Real”.* E continua *“é certo que já existiu a povoação do Estreito habitada por casais de açorianos anteriormente instalados na Estância Real do Bojuru. Deve ter crescido em número de habitantes pelas famílias de refugiados que vieram da vila do Rio Grande entre as quais certamente havia que pertenciam aos casais de numero que aguardavam a demarcação de terras, além de retirantes da Colônia do Sacramento. Outra versão diz que foram seus povoadores alguns casais degredados de Portugal e do Brasil, ali desembarcados, que escolhendo aquele ponto por serem melhores as terras, fundaram a*

*dita freguesia, erigindo uma capelinha a Nossa Senhora da Conceição”.*

Saint Hilaire, que passou por Estreito em 1820, escreve:

*“Pernoitamos em uma pequena povoação denominada de Freguesia do Estreito, nome esse devido a sua situação no lugar mais estreito do istmo e porque ela é sede de uma paróquia ... A aldeia do Estreito era outrora mais a leste, mas, como as casas foram enterradas pelo turbilhão de areia, mudaram os habitantes para o lugar onde se encontram no momento, onde, entretanto, terão em breve a mesma sorte. Em número de 40, isoladas umas das outras, pequenas e geralmente em mau estado, as casas são cobertas de palha e acham-se enfileiradas em torno de uma grande praça”.*

E Dreys, ao passar pela região diz:

*“A povoação vulgarmente chamada: o Estreito, sita a seis léguas (39,6 km) ao Nordeste de S. José, no lugar em que a península tem menos largura, donde procede seu nome, é triste como o território que a rodeia; suas poucas casas parecem sepultadas nas areias, e, no estado de mediocridade que pertence a todas, excusado é estabelecer distinções entre elas; o único edifício local que merece alguma atenção, é a igreja, cuja situação permite aos navegantes avistá-la do mar quando procuram a barra do Rio Grande”.*

Eis o outro motivo para o êxodo dos habitantes do Estreito. Em vista disso, a freguesia foi transferida para o Porto do Norte, tendo sido mudada - como refere também Saint Hilaire - a localização do Estreito. Foi recriada a paróquia em 1846; porém, mais uma vez as areias soterraram a localidade e teve de ser mudada, em 1872, para as cabeceiras do arroio Bojuru, no extremo sul da antiga Fazenda Real, dando-se a transferência em 1881. Surgiu assim a vila de Bojuru em cuja capela, construída em 1882, ainda é venerada a antiga imagem de Nossa Senhora da Conceição do Estreito. Mas, por volta de 1890, Estreito resurgiu não longe de sua localização primitiva e data de 1899 a nova capela.

### **1.2.2.2 – O Município de Mostardas**

Em 1742 já existia um posto de vigilância na área que hoje compreende o município, sendo possível que esse posto represente o núcleo da povoação que foi fundada em vista da ocupação espanhola no Rio Grande e povoada por casais de número sem radicação a terra e casais açorianos dispersos desde de 1752 e assentados em 1773.

O nome é originário de um navio francês que naufragou na costa do atual município em 1744. O navio recebeu o nome de Mostardas em homenagem a esta família católica. Trazia um grupo de padres jesuítas franceses para as Missões Religiosas, eram patrocinados pela família francesa “Mostardeiro”. Os padres náufragos, após longa caminhada, se instalaram nas imediações do posto de vigilância, e ali, construíram uma capela, tendo como padroeiro “São Luiz”. Tinha como seu protetor “São Luiz, Rei de França”. Com o decorrer dos anos o Posto de Vigilância ficou conhecido como “Guarda de Mostardas”.

Com os combates entre portugueses e espanhóis, no sul, fez com que os habitantes procurassem refúgio mais ao norte, na Freguesia de Mostardas, onde muito se fixaram definitivamente. Demandou também para esta freguesia os retirantes da Colônia do Sacramento após a sua destruição em 1777. Ainda em relação à colonização, tem grande expressão na formação étnica, cultural e religiosa de Mostardas o elemento negro, trazido pelos escravagistas. Mostardas foi criada freguesia pelo alvará de 18 de janeiro de 1773, sob a invocação de São Luís Rei da França.

Saint Hilaire, que passou por Mostardas em 1820, escreve:

*“Mostardas sede de uma paróquia ... compreendendo 1500 habitantes de mais de dois anos. A aldeia é construída no meio de areias e compõe-se de cerca de 40 casas formadoras de uma rua, muito curta e tendo na extremidade a igreja, situada no eixo da via. Das casas algumas são cobertas de telha, mas na maioria não passam de pobres palhoças.*

Nicolau Dreys, em 1834, diz de Mostardas:

*“que é maior que o Estreito, sem por isso passar de mediana; ... a povoação é edificada, como a maior parte das vilas antigas do Brasil, sobre um padrão normal pertencente evidentemente ao modelo dos padres da companhia: é um paralelogramo do qual um dos lados é composto pela igreja e suas dependências; formados os três outros lados das casas dos habitantes, que se foram multiplicando em ruas laterais à medida que as vantagens da localidade iam se desenvolvendo”*,

descrição esta que mostra o desenvolvimento de Mostardas comparando com a descrição de Saint Hilaire.

Na Revolução Farroupilha (1835 – 1845) esta freguesia foi ocupada, durante algum tempo, pelas tropas revolucionárias, onde nasceu Menotti, filho dos combatentes Anita e Giuseppe Garibaldi.

Em torno de 1960 começou o movimento emancipacionista de Mostardas. A Lei Estadual nº 4.691 de 26 de dezembro de 1963 veio tornar sua área politicamente independente. O município foi instalado em 11 de abril de 1964.

### **1.2.2.3 – O Município de Tavares**

Tavares tem sua origem com o estabelecimento de casais açorianos que chegaram a partir de 1760, se dedicando ao cultivo de trigo, centeio e pesca e caça. Quanto ao nome do município existe divergência, alguns dizem ser originado do nome do Coronel Antonio da Silva Tavares, a qual recebeu sesmaria da coroa portuguesa entre os atuais faróis de Capão da Marca e Mostardas com a finalidade de explorar a criação de gado. A outra teria originado em homenagem a Tavares, agrimensor do proprietário das terras Gomércio Barbosa, o qual esteve por muito tempo neste local e era acessível a todos. A data oficial da instalação do povoado como sub distrito do distrito de Mostardas é de 3 de julho de 1943. Com a emancipação de Mostardas, Tavares passou a ser distrito da mesma. O fato é que este povoamento é muito recente comparando com as cidades e os outros distritos da península, não constando dos mapas mais antigos. Tavares emancipou-se de Mostardas em 12 de maio de 1982, através da Lei Estadual nº 7655.

## **1.3 – O COMPORTAMENTO DEMOGRÁFICO DO TERRITÓRIO**

### **1.3.1 - Demografia e Dinâmica Populacional**

Verifica-se que a população do Litoral Centro tem um peso muito pequeno em relação ao total do Rio Grande do Sul, o que demonstra um isolamento social, cultural, comercial e econômico.

A população total da área de estudo é de 40.791 habitantes no ano de 2000 representando 0,40% do Estado e tem uma ocupação de 10,95 habitantes por km<sup>2</sup>.

Esta população está distribuída em 26.921 habitantes na área urbana representando 66% e 13.870 habitantes na área rural equivalendo a 34%. Note-se que o município de Tavares ainda tem a população rural maior que a urbana. A taxa de urbanização de 66% é inferior a do Estado, que é de 81,65%.

A região também tem um baixo índice de ocupação territorial com densidade demográfica de 10,95 habitantes por quilômetro quadrado. A nível nacional a densidade

demográfica é de 19,97 e a estadual de 36,14 habitantes por quilometro quadrado. Assim, diante destes números, vemos que, de alguma forma, este território é desinteressante para a população permanecer.

**Tabela 2 - População Total, Densidade e Taxa de Crescimento Demográfica – 2000**

	SÃO JOSÉ DO NORTE	MOSTARDAS	TAVARES	LITORAL CENTRO	RIO GRANDE DO SUL
<b>População Total</b>	23.792	11.657	5.342	40.791	10.181.749
<b>População Urbana</b>	17.286	7.028	2.607	26.921	8.312.899
<b>% População Urbana</b>	72,65	60,29	48,80	66,00	81,65
<b>População Rural</b>	6.506	4.629	2.735	13.870	1.868.850
<b>Área – km2</b>	1.134,50	1.939,90	651,70	3.726,10	282.062
<b>Densidade Demográfica hab/km2</b>	20,97	6,01	8,20	10,95	36,14
<b>Taxa de Crescimento % ano – 1996 -2000</b>	1,125	6,32	1,35	2,46	1,41

Fonte dos dados brutos: IBGE – Censo 2000

A maior taxa de urbanização pertence ao município de Mostardas com 72,65%. De acordo com o gráfico 1, somente no ano de 1991 a população urbana ultrapassou a rural no Litoral Centro.

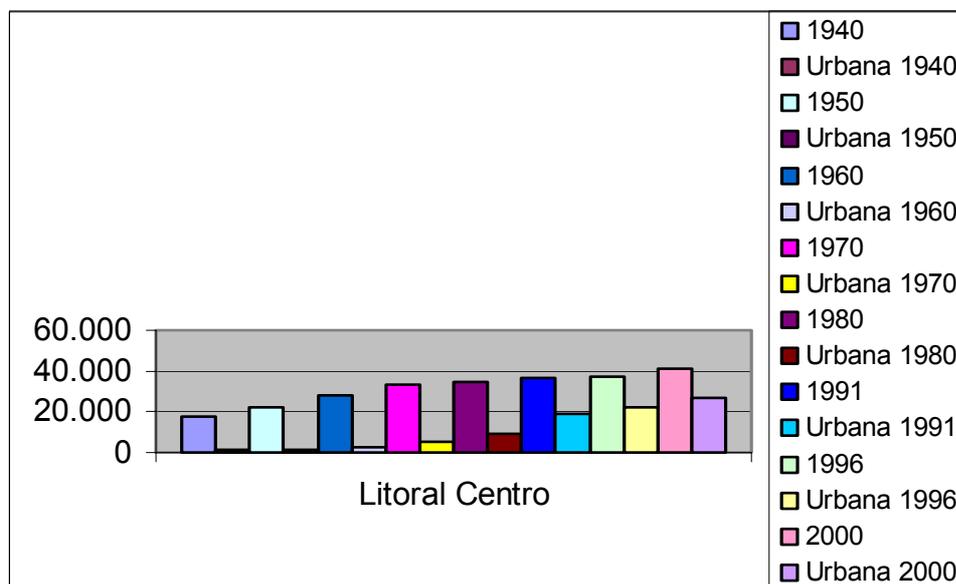
Em termos da porcentagem da população do Litoral Centro comparada com a total do Rio Grande do Sul configura-se que sua participação está em declínio (Tabela 3), devido à migração constante, na busca de oportunidades em outras regiões pelos habitantes locais. Na porcentagem indicada para o ano de 2000 vemos um pequeno crescimento, reflexo da implantação de duas indústrias em Mostardas, abrindo postos de trabalho, fazendo com que retivesse população na região.

**Tabela 3 – Participação (%) do Litoral Centro na População do Rio Grande do Sul 1960 - 2000**

ANO	1960	1970	1980	1991	1996	2000
%	0,51	0,50	0,45	0,39	0,39	0,40

**Dados Brutos: IBGE**

Gráfico 1 – Comparativo do crescimento da população total e população urbana 1940 – 2000



Dados Brutos: IBGE

A taxa de crescimento populacional de Mostardas reflete o fluxo migratório que o município recebeu em razão da instalação de serrarias que beneficiam as florestas de espécies exóticas e a expectativa de uma indústria do ramo calçadista. Segundo informações locais o maior fluxo partiu do município de Tavares. O município de São José do Norte também perde população mas para as cidades de Rio Grande e Pelotas.

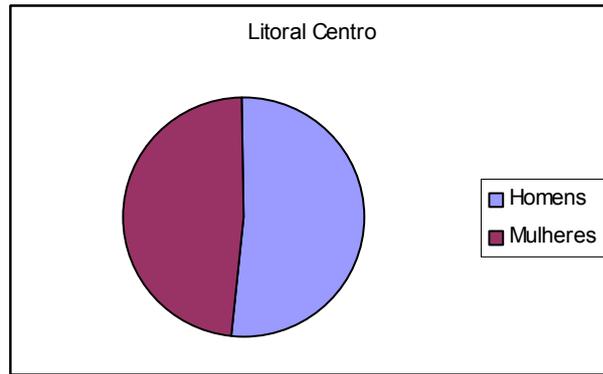
**Tabela 4 – Distribuição da População por Sexo - 2000**

	SÃO JOSÉ DO NORTE	MOSTARDAS	TAVARES	LITORAL CENTRO
Homens	12.222	5.980	2.760	20.962
Mulheres	11.570	5.677	2.582	19.829

Fonte dados brutos: IBGE

Observa-se na Tabela 4 e no Gráfico 2 da distribuição por sexo que existe uma maioria masculina com 20.962 indivíduos ou 51,39% da população sendo em números 5,71% superior em relação às mulheres, característica de sociedades agrárias.

**Gráfico 2 – Relação entre homens e mulheres – 2000**

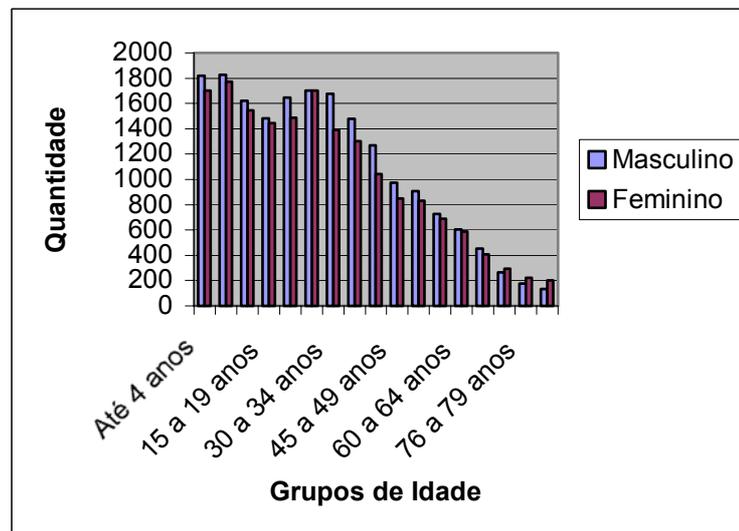


Fonte: IBGE

Comparando o Censo 1991 com o resultado parcial do Censo 2000 verifica-se a queda do percentual de diferença numérica de homens sobre as mulheres, passando de 7,40% para 5,71%, muito provavelmente em razão da urbanização da região e a alteração da matriz econômica, principalmente no município de Mostardas.

Também a porcentagem total de homens na região caiu de 51,78% para 51,39% no mesmo período.

**Gráfico 3 – População Residente por Grupos de Idade no Litoral Centro - 1991**



Dados brutos: IBGE

**Tabela 5 – População Residente por grupo de Idade – Censo 1991**

Grupos de Idade	SÃO JOSÉ DO NORTE			MOSTARDAS			TAVARES			TOTAL		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Até 4 anos	1106	1023	2129	472	462	934	242	215	457	1820	1700	3520
5 a 9 anos	1146	1083	2229	465	488	953	218	204	422	1829	1775	3604
10 a 14 anos	993	992	1985	444	374	818	185	180	365	1622	1546	3168
15 a 19 anos	940	895	1835	368	375	743	175	174	349	1483	1444	2927
20 a 24 anos	1044	913	1957	405	351	756	200	224	424	1649	1488	3137
25 a 29 anos	1087	1048	2135	372	424	796	241	230	471	1700	1702	3402
30 a 34 anos	987	890	1877	440	316	756	248	185	433	1675	1391	3066
35 a 39 anos	870	764	1634	381	348	729	226	190	416	1477	1302	2779
40 a 44 anos	766	633	1399	323	242	565	179	166	345	1268	1041	2309
45 a 49 anos	576	524	1100	241	182	423	156	141	297	973	847	1820
50 a 54 anos	515	496	1011	196	189	385	196	146	342	907	831	1738
55 a 59 anos	445	405	850	178	165	343	104	121	225	727	691	1418
60 a 64 anos	369	337	706	140	162	302	97	88	185	606	587	1193
65 a 69 anos	270	242	512	115	104	219	67	62	129	452	408	860
70 a 74 anos	161	175	336	64	69	133	41	49	90	266	293	559
76 a 79 anos	96	113	209	53	63	116	27	46	73	176	222	398
80 ou + anos	59	108	167	49	69	118	26	26	52	134	203	337
Total	11430	10641	22071	4706	4383	9089	2628	2447	5075	18764	17471	36235

Dados brutos: IBGE

Verifica-se na Tabela 5 e no Gráfico 3 que somente a partir do grupo entre 70 e 74 anos de idade é que se encontram mais mulheres do que homens na região, demonstrando a característica de maior longevidade do sexo feminino ou o exemplo típico de uma emigração seletiva.

Observa-se também no Gráfico 3 uma certa igualdade na quantidade de indivíduos nos grupos de idade até 34 anos, o que sugere um refluxo no crescimento demográfico da região.

De acordo com o Gráfico 3, a população do Litoral Centro começa a entrar na fase de transição demográfica ou de envelhecimento ou seja tem 36,48% de população jovem, 53,58% de adultos 9,24% de idosos. O usual internacional para uma população envelhecida é menos de 33% para jovens, entre 50 e 55% para adulta e 15% para idosos.

## 1.4 – Educação

Observa-se na Tabela 6 a carência de instrução por parte da população do Litoral Centro, ocasionado principalmente pelo grave problema de transporte na região, ou seja, a inexistência de estradas principais e/ou vicinais para o deslocamento dos alunos a escola.

**Tabela 6 - Grupos de anos de estudo Instrução - 10 anos ou mais de idade - 1991**

MUNICÍPIO	SEM INSTRUÇÃO	1 A 3	4 A 7	8 A 10	11 A 14	15 OU +	NÃO DETERMINADA	TOTAL
<b>S. José do Norte</b>	4725	4994	6401	966	516	87	23	17712
<b>Mostardas</b>	1431	1869	3043	434	332	94	0	7203
<b>Tavares</b>	850	1336	1621	243	103	35	7	4195
<b>Total</b>	7006	8199	11065	1643	951	216	30	29110
<b>%</b>	24,07	28,17	38,01	5,64	3,27	0,74	0,10	100,00

Fonte: IBGE - Censo de 1981

Segundo o IBGE - Censo de 1991, 52,24% da população têm até 3 anos de estudos, o que denota o grande atraso cultural da região. Considerando o Ensino Fundamental com 8 anos de estudos verifica-se que 90,24% da população não concluiu o referido nível, chamado antigamente de Estudos de 1º Grau.

**Tabela 7 – Média de anos de estudo\***

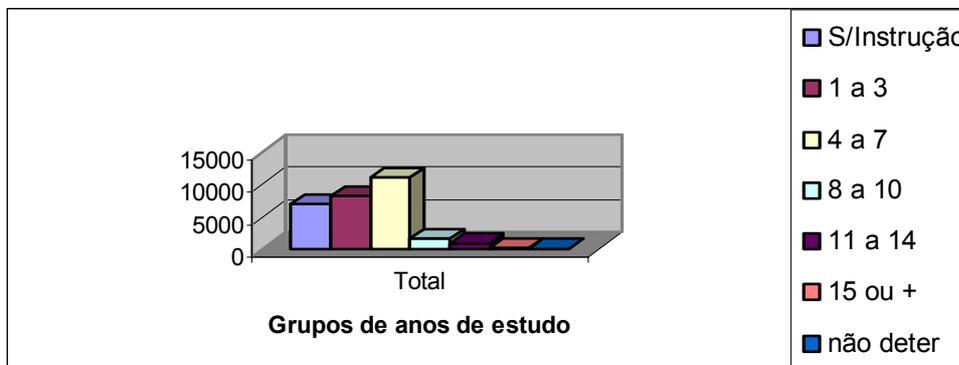
	SÃO JOSÉ DO NORTE	MOSTARDAS	TAVARES	LITORAL CENTRO
<b>Média</b>	3,11	3,81	3,38	3,43
<b>Homens</b>	3	3,72	3,34	3,35
<b>Mulheres</b>	3,22	3,91	3,42	3,52

Fonte IBGE - 1997 - \*4 ou mais anos de idade.

O Ensino Médio realizado após 11 anos de estudos foi concluído por apenas 3,26% da população do Litoral Centro. Segundo a Tabela 6 (seis) 216 pessoas estudaram 15 ou + anos equivalendo a 0,74% do total o que se infere serem o total dos indivíduos que tenham completado um curso superior e habitam a região. Em outro estudo

mais recente, a média de anos de estudos da região é demonstrada na Tabela 7, não alterando a realidade mostrada no Censo de 1991.

**Gráfico 4 – Instrução da população do Litoral Centro - 1991**



Fonte: IBGE

A Tabela 7 com dados divulgados pelo IBGE<sup>3</sup> verifica-se que a média de estudos da região está em 3,43 anos. Na mesma tabela verifica-se que as mulheres têm uma média de anos de estudos maior que dos homens devido a sua não inserção nas lides da agricultura enquanto menores de idade.

**Tabela 8 – Analfabetismo\***

	SÃO JOSÉ DO NORTE	MOSTARDAS	TAVARES	LITORAL CENTRO
<b>Sem Instrução (Média)</b>	29%	22%	24%	25%
<b>Homens</b>	28%	20%	22%	23%
<b>Mulheres</b>	31%	24%	26%	27%

Fonte IBGE – 1997 - \*Menos de 1 (um) ano de estudo

O fato marcante e negativo é que um entre cada quatro indivíduos do Litoral Centro é analfabeto com um percentual de 25%, conforme mostra a Tabela 8. Entre as mulheres, ao contrário da média de anos de estudos, são as que têm maior índice de analfabetismo. São José do Norte apesar de estar próxima a um grande pólo cultural (Rio Grande – Pelotas) tem a maior taxa de analfabetismo da região com 29%. A título de comparação à taxa de analfabetismo do Rio Grande do Sul é de 6,10% e do Brasil de 12,80%.

<sup>3</sup> Base de Informações Municipais – Malha Municipal Digital - 1997

### 1.5 - População Economicamente Ativa

A População Economicamente Ativa é considerada a parcela da população, com 10 anos ou mais de idade, que exerce atividades remuneradas extradomésticas de forma regular ou irregular. De forma geral 44,22% da população do Litoral Centro tem alguma atividade econômica.

A agropecuária extensiva e a pesca são as atividades econômicas com maior número de pessoas labutando no Litoral Centro com 69,42% dos indivíduos economicamente ativos, seguido da prestação de serviços com 6,36% e comércio de mercadorias com 6,28%.

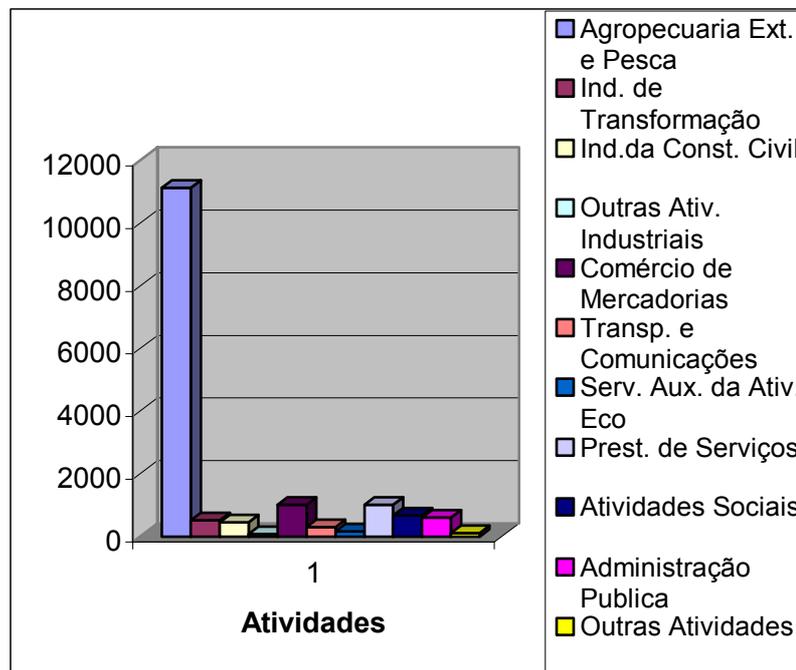
**Tabela 9 - Dados da População Economicamente Ativa - 1991**

MUNICÍPIOS	SÃO JOSÉ DO NORTE	%	MOSTARDAS	%	TAVARES	%
Agropecuária Ext. e Pesca	6989	73,87	1906	51,78	2228	77,33
Ind. de Transformação	272	2,87	210	5,7	29	1,01
Ind. da Const. Civil	148	1,56	249	6,76	51	1,77
Outras Ativ. Industriais	25	0,26	45	1,22	14	0,49
Comércio de Mercadorias	610	6,45	335	9,1	61	2,12
Transp. e Comunicações	184	1,94	74	2,03	36	1,25
Serv. Aux. da Ativ. Eco	75	0,79	62	1,68	20	0,69
Prestação de Serviços	460	4,88	394	10,7	160	5,55
Atividades Sociais	372	3,93	186	5,05	110	3,82
Administração Pública	274	2,9	171	4,65	156	5,41
Outras Atividades	52	0,55	49	1,33	16	0,56
%		100,00		100,00		100,00
Total População Ativa	9461		3681		2881	
% População Ativa	42,86%		40,50%		56,77%	

Fonte: IBGE – Censo 1991

O município de Tavares tem 77,33% da população economicamente ativa laborando na atividade agropecuária expressando, desta forma, o motivo da maior proporção da população rural.

**Gráfico 5 – Distribuição da População Economicamente Ativa por Área de Ocupação - 1991**



Dados brutos: IBGE

O município de Mostardas está se urbanizando rapidamente o que se reflete no crescimento das pessoas inseridas nas atividades secundárias e terciárias.

Conforme informa a Tabela 9 e o Gráfico 5 a proporção da população ativa empregada no setor primário é um sinal do baixo estágio de desenvolvimento da economia do Litoral Centro.

### 1.5.1 - O rendimento

Considerando-se somente os indivíduos que tem rendimento no Litoral Centro constatamos que 80,69% destes indivíduos recebem até 2 Salários Mínimos mensais, de acordo com a Tabela 11. Considerando a população com mais de 10 anos, em qualquer situação, este índice passa para 89,65%. A Tabela 10 e o Gráfico 6 demonstram a situação de renda da população com mais de 10 anos de idade.

**Tabela 10 – Habitantes com e sem rendimento - em Salários Mínimos - 1991**  
Pessoas com mais de 10 anos

Salário	S. José do Norte	%	Mostardas	%	Tavares	%	Total	%
Sem Declaração	612	3,46	10	0,14	128	3,05	750	2,58
Sem Rendimento	7.985	45,08	2.995	41,60	1.767	42,08	12.747	43,79
Até 1 SM	5.170	29,19	2.034	28,25	1.220	29,05	8.424	28,94
Mais de 1 até 2 SM	2.498	14,10	1.199	16,65	477	11,36	4.174	14,34
Mais de 2 até 3 SM	637	3,60	307	4,26	255	6,07	1.199	4,12
Mais de 3 até 5 SM	386	2,18	242	3,36	168	4,00	796	2,73
Mais de 5 até 10 SM	336	1,90	248	3,44	114	2,71	698	2,40
Mais de 10 até 15 SM	52	0,29	72	1,00	23	0,55	147	0,50
Mais de 15 até 20 SM	23	0,13	36	0,50	14	0,33	73	0,25
Mais de 20 SM	12	0,07	57	0,79	33	0,79	102	0,35
<b>Total</b>	<b>17.711</b>	<b>100,00</b>	<b>7.200</b>	<b>100,00</b>	<b>4.199</b>	<b>100,00</b>	<b>29.110</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados brutos IBGE - Censo 1991

O município de Mostardas mostra uma melhor situação em relação ao rendimento do trabalho no Litoral Centro, resultado de sua maior diversificação de atividades econômicas

**Tabela 11 – Habitantes com rendimentos em Salários Mínimos - 1991**  
Pessoas com mais de 10 anos

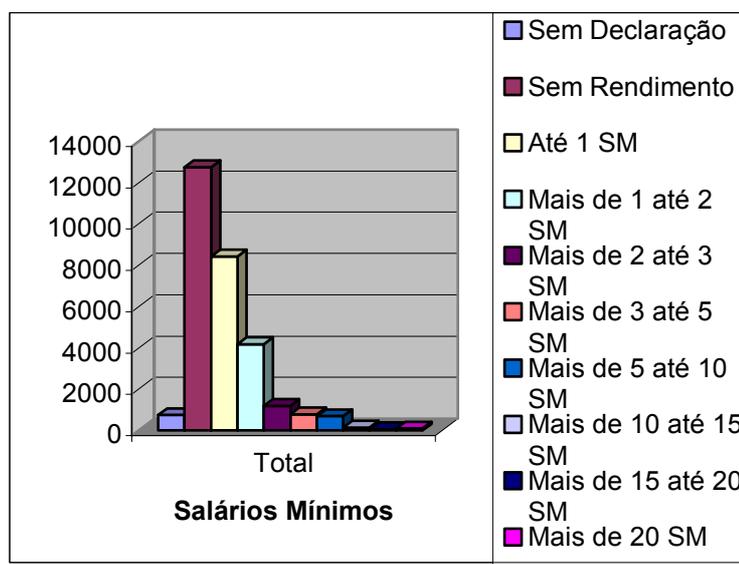
SALÁRIO	S. JOSÉ DO NORTE	%	MOSTARDAS	%	TAVARES	%	TOTAL	%
Até 1 SM	5.170	56,73	2.034	48,49	1.220	52,95	8.424	53,96
Mais de 1 até 2 SM	2.498	27,41	1.199	28,58	477	20,70	4.174	26,73
Mais de 2 até 3 SM	637	6,99	307	7,32	255	11,07	1.199	7,68
Mais de 3 até 5 SM	386	4,24	242	5,77	168	7,29	796	5,10
Mais de 5 até 10 SM	336	3,69	248	5,91	114	4,95	698	4,47
Mais de 10 até 15 SM	52	0,57	72	1,72	23	1,00	147	0,94
Mais de 15 até 20 SM	23	0,25	36	0,86	14	0,61	73	0,47
Mais de 20 SM	12	0,13	57	1,36	33	1,43	102	0,65
<b>Total</b>	<b>9.114</b>	<b>100,00</b>	<b>4.195</b>	<b>100,00</b>	<b>2.304</b>	<b>100,00</b>	<b>15.613</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Dados brutos IBGE - Censo 1991

Desta maneira observamos que a concentração de renda dá de forma alarmante na região onde somente 1,10% dos habitantes com mais de 10 anos de idade ou 2,06% dos habitantes com renda obtém um rendimento maior que 10 salários mínimos mensais.

Pelos atuais critérios<sup>4</sup> do Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal e pelos rendimentos em salários mínimos dos habitantes do Litoral Centro mostrados no Censo Demográfico de 1991, divulgados na Tabela 10, somente 2,76% ou cerca de 1000 habitantes, economicamente ativos e maiores de 10 anos, estariam obrigados a apresentarem Declaração de Renda.

**Gráfico 6 – Mão-de-Obra - rendimento pessoal em Salários Mínimos - 1991**



Dados brutos: IBGE

O nível de rendimento da força de trabalho está associado a qualificação da mão-de-obra que a compõe e é, ainda, dependente do grau de instrução. Assim a Tabela 10 e o Gráfico 6 mostram o baixo nível de renda da população mostrando de forma clara a precária situação da produção primária da região a qual a maior parte dos indivíduos economicamente ativos estão inseridos.

<sup>4</sup> Estão obrigados a Declaração de Imposto de Renda no ano de 2001 todos os contribuintes que receberam rendimentos tributáveis superiores a R\$ 10.800,00 no ano de 2000 ou o equivalente a 74 salários mínimos anuais.

## 1.6 - A posse e o uso da terra

### 1.6.1 - A posse da terra

A tabela 12 mostra a distribuição e estrutura fundiária do Litoral Centro. Considerando individualmente os municípios, a concentração de latifúndios é maior no município de Mostardas que tem uma média de 177,44ha por estabelecimento contra 31,34ha em São José do Norte e 37,93 em Tavares. A área média dos estabelecimentos do Litoral Centro é de 53,64ha. O que exprime bem a realidade da estrutura fundiária da região é que 83,50% ou 3.568 estabelecimentos tem até 50ha somando 38.744ha, ou seja, a grande maioria dos estabelecimentos são menores que a média da região. Assim 705 estabelecimentos ou 16,50% do total tem 190.459ha o que é igual a 87,16% da área dos estabelecimentos agropecuários da região.

Ainda de acordo com a tabela 12 vemos que as áreas dos estabelecimentos até 100ha dos três municípios tem médias uniformes dentro de suas faixas. A partir de 100ha as diferenças passam a ser significativas. Outro dado importante é que 51,18% ou 2.187 estabelecimentos tem até 10ha com 3,11% da área. Portanto é fácil concluir que existem muitos estabelecimentos com pequena área e poucos estabelecimentos com grandes áreas, configurando uma grande concentração de latifúndios na estrutura agrária do Litoral Centro.

O módulo rural estabelecido para todo o Litoral do Rio Grande do Sul é discriminado na Tabela 13. O módulo rural é, segundo a Lei nº 4.504 de 30/04/1964 – Estatuto da Terra,

*“todo o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o processo social e econômico, com uma área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, eventualmente trabalhando com a ajuda de terceiros”.*

Quando o estabelecimento mede menos de 1 módulo rural para a atividade que se destina é caracterizado como um minifúndio.

Tabela 12 – Quantidade e área dos estabelecimentos por grupo do Litoral Centro – 1995-1996

Área	São José do Norte			Mostardas		
	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Média (ha)	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Média (ha)
<b>Menos de 1ha</b>	254	133	0,52	3	1	0,33
<b>1 a menos de 2ha</b>	373	463	1,24	4	6	1,50
<b>2 a menos de 5ha</b>	590	1722	2,92	36	116	3,22
<b>5 a menos de 10ha</b>	364	2461	6,76	72	493	6,85
<b>10 a menos de 20ha</b>	379	5189	13,69	95	1276	13,43
<b>20 a menos de 50ha</b>	393	12049	30,66	143	4478	31,31
<b>50 a menos de 100ha</b>	149	10009	67,17	81	5491	67,79
<b>100 a menos de 200ha</b>	69	9715	140,80	59	8594	145,66
<b>200 a menos de 500ha</b>	27	7835	290,19	58	18292	315,38
<b>500 a menos de 1000ha</b>	15	9139	609,27	31	20046	646,65
<b>1000 a menos de 2000ha</b>	6	9058	1.509,67	14	19262	1.375,86
<b>2000 a menos de 5000ha</b>	2	5405	2.702,50	8	24040	3.005,00
<b>5000 a menos de 10000ha</b>	1	9000	9.000,00	1	5258	5.258,00
<b>Mais de 10000ha</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	2.622	82.178	31,34	605	107.353	177,44

Dados brutos: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Área	Tavares			Litoral Centro		
	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Média (ha)	Estabelecimentos	Área Total (ha)	Média (ha)
<b>Menos de 1ha</b>	63	32	0,51	320	166	0,52
<b>1 a menos de 2ha</b>	102	132	1,29	479	601	1,25
<b>2 a menos de 5ha</b>	166	512	3,08	792	2350	2,97
<b>5 a menos de 10ha</b>	160	1062	6,64	596	4016	6,74
				2.187	7.133	3,26
<b>10 a menos de 20ha</b>	166	2255	13,58	640	8720	13,63
<b>20 a menos de 50ha</b>	205	6364	31,04	741	22891	30,89
<b>50 a menos de 100ha</b>	105	7150	68,10	335	22650	67,61
				1.716	54.261	31,62
<b>100 a menos de 200ha</b>	45	6150	136,67	173	24459	141,38
<b>200 a menos de 500ha</b>	27	7499	277,74	112	33626	300,23
<b>500 a menos de 1000ha</b>	4	2800	700,00	50	31985	639,70
				335	90.070	268,86
<b>1000 a menos de 2000ha</b>	2	2046	1.023,00	22	30366	1.380,27
<b>2000 a menos de 5000ha</b>	1	3670	3.670,00	11	33115	3.010,45
<b>5000 a menos de 10000ha</b>	0	0	-	2	14258	7.129,00
<b>Mais de 10000ha</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	1.046	39.672	37,93	4273	229.203	53,64

**Tabela 13 – Módulo Rural no Litoral do Rio Grande do Sul – em Ha**

<b>LITORAL DO RS</b>	<b>Tipo de exploração</b>						
	Horti-granjeiros	Culturas Permanentes	Culturas Temporárias	Gado de Pequeno Porte	Gado de grande Porte	Florestamento	Exploração não definida
	3	16	20	25	50	80	35

Fonte: INCRA

Fazendo uma comparação da quantidade e área dos estabelecimentos do Litoral Centro (Tabela 12) com o módulo rural do Litoral do Rio Grande do Sul (Tabela 13), levando em conta somente o caso específico da cebolicultura (hortigranjeiro), podemos inferir que 18,69% dos estabelecimentos desta área não tem um módulo rural para plantio de cebolas ou realizar qualquer outra atividade agropecuária (estabelecimentos de menos de 1ha até 2ha). Se contabilizarmos mais a metade dos estabelecimentos de 2 a menos de 5ha (a média é de 2,97ha) esta porcentagem passa para 27,97%. Portanto, aproximadamente um em cada quatro estabelecimentos do Litoral Centro não tem 1 módulo rural para a exploração de hortigranjeiros, ou seja, área igual a 3ha. Sabe-se que são nestes estabelecimentos que se dá a maior porcentagem da produção de cebolas da região.

Para entendimento desta inferência consideramos a cebola para fins de classificação de módulo rural como hortigranjeiro e não como cultura temporária estabelecido pelo IBGE no Censo Agropecuário de 1995/1996. Se utilizássemos o módulo rural de cultura temporária (20ha) para a cebolicultura, 66,16% dos estabelecimentos do Litoral Centro não teriam 1 módulo rural para esta cultura.

### **1.6.2 - O uso da terra**

Os estabelecimentos com menos de 1ha têm, na maior parte do ano, lavoura temporária na sua utilização, com a ocupação média de 84,33% da área total da propriedade (Tabela 15). Da mesma forma os estabelecimentos da faixa de 1 a 2ha tem 74,87% de sua área ocupada com lavoura temporária. Sabendo-se que as duas únicas culturas temporárias utilizadas nesta região são a cebola e arroz, e que o arroz não é econômico em tão pequena área, conclui-se que estes estabelecimentos plantam exclusivamente cebolas

O uso da terra nos estabelecimentos do Litoral Centro nas faixas de área até 10ha se dá com lavouras temporárias em 36,59% de sua área, utilizando 2.610ha nos seus 2.187 estabelecimentos. Pode-se afirmar que 95% desses estabelecimentos plantam cebolas e 5% cebola e arroz.

Nos estabelecimentos destas faixas por área as pastagens naturais somam 2.802ha ou 39,28% destas. As áreas de florestas plantadas é de 1,19% nestes estabelecimentos. O uso da terra nos estabelecimentos nas faixas de área até 10ha com lavoura temporária, pastagens naturais e florestamento somam 77,06% da sua área, e nestes estabelecimentos são produzidas mais de 50% da cebola do Litoral Centro.

**Tabela 14 – Utilização das terras do Litoral Centro em ha – 1995 - 1996**

Área	Lavouras			Pastagens		Matas e Florestas		Produtivas não utilizadas	Não informadas
	Permanente	Temporária	Temporária em Repouso	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
<b>Menos de 1ha</b>	0	140	1	3	0	0	1	0	21
<b>1 a menos de 2ha</b>	1	450	11	67	0	7	3	3	59
<b>2 a menos de 5ha</b>	13	1.077	158	742	15	83	20	27	215
<b>5 a menos de 10ha</b>	26	943	292	1.990	53	222	61	100	329
<b>10 a menos de 20ha</b>	35	1.220	498	5.467	99	366	165	250	620
<b>20 a menos de 50ha</b>	70	2.374	1.082	15.816	417	834	380	581	1.337
<b>50 a menos de 100ha</b>	39	2.405	790	15.925	294	763	351	845	1.238
<b>100 a menos de 200ha</b>	17	2.737	583	17.776	462	792	594	295	1.203
<b>200 a menos de 500ha</b>	11	5.472	1.576	20.261	1.008	883	2.491	379	1.545
<b>500 a menos de 1000ha</b>	6	4.682	1.445	18.555	1.042	793	4.004	70	1.388
<b>1000 a menos de 2000ha</b>	3	5.289	3.596	9.958	494	331	8.682	0	2.013
<b>2000 a menos de 5000ha</b>	6	6.095	5.748	6.210	1.555	329	10.121	435	2.616
<b>5000 a menos de 10000ha</b>	1	3.004	6	3.839	505	1.005	1.750	50	4.098
<b>Mais de 10000ha</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	228	35.888	17.786	116.609	5.944	6.408	28.623	3.035	16.682

Dados brutos: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Nas demais faixas de área dos estabelecimentos as médias de uso da lavoura temporária aumenta para 15,95ha por estabelecimento sendo que estes têm uma área média de 106,45ha correspondendo ao uso de 14,98% destas. O uso destas faixas de área para pastagens tem uma porcentagem de 51,25%. A área plantada com florestas de Pinus e/ou Eucalipto representa 12,85% da área média dos estabelecimentos destas faixas, somando

28.538ha. O somatório do uso da terra nos estabelecimentos nas faixas de área acima de 10ha somam 79,08%. Também se nota que ao mesmo tempo em que diminui a área utilizada com cultura temporária aumenta a utilização como pastagens.

**Tabela 15 – Utilização das terras do Litoral Centro em % - 1995 – 1996**

Área	Lavouras			Pastagens		Matas e Florestas		Produtivas não utilizadas	Não informadas
	Permanente	Temporária	Temporária em Repouso	Naturais	Plantadas	Naturais	Plantadas		
Menos de 1ha	0,00	84,33	0,60	1,80	0,00	0,00	0,60	0,00	12,67
1 a menos de 2ha	0,17	74,87	1,83	11,14	0,00	1,16	0,50	0,50	9,83
2 a menos de 5ha	0,53	45,83	6,72	31,57	0,63	3,53	0,85	1,14	9,20
5 a menos de 10ha	0,65	23,48	7,27	49,55	1,32	5,53	1,52	2,49	8,19
10 a menos de 20ha	0,40	14,00	5,71	62,69	1,13	4,19	1,89	2,87	7,12
20 a menos de 50ha	0,30	10,37	4,73	69,18	1,82	3,64	1,66	2,54	5,76
50 a menos de 100ha	0,17	10,61	3,49	70,3	1,29	3,37	1,55	3,73	5,49
100 a menos de 200ha	0,07	11,19	2,38	72,67	1,89	3,24	2,43	1,20	4,93
200 a menos de 500ha	0,03	16,27	4,69	60,25	3,00	2,63	7,41	1,12	4,60
500 a menos de 1000ha	0,02	14,64	4,52	58,01	3,26	2,48	12,51	0,22	4,34
1000 a menos de 2000ha	0,01	17,41	11,84	32,79	1,62	1,09	28,59	0,00	6,65
2000 a menos de 5000ha	0,02	18,40	17,36	18,75	4,69	0,99	30,56	1,31	7,92
5000 a menos de 10000ha	0,01	21,07	0,04	26,92	3,48	7,05	12,27	0,35	28,81
Mais de 10000ha	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,10</b>	<b>15,65</b>	<b>6,89</b>	<b>50,87</b>	<b>2,59</b>	<b>2,80</b>	<b>12,49</b>	<b>1,32</b>	<b>7,29</b>

Dados brutos: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Outro dado importante é que, segundo informação da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento, 45% da área Litorânea do Rio Grande do Sul não é agriculturável.

De maneira geral os principais usos da terra nos estabelecimentos do Litoral Centro, conforme as Tabelas 14 e 15 são:

- Pastagens naturais ocupando 116.609ha representando 50,87% da área dos estabelecimentos;
- Lavouras temporárias ocupando 35.888ha representando 15,65% da área dos estabelecimentos, e;
- Florestas plantadas ocupando 28.623ha representando 12,49% da área dos estabelecimentos.

## 1.7 - Índices Econômicos

Todos estes índices sócio-econômicos refletem-se também na incipiente economia da região. Este pólo que produz quase a metade da significativa produção de cebola do Estado do Rio Grande do Sul e que praticamente toda sua economia gira no setor primário tem apenas 1% de participação no total estadual, de acordo com a Tabela 16.

**Tabela 16 - Participação (%) da Região no Produto Agropecuário do Rio Grande do Sul 1959 - 1990**

ANO	1959	1970	1975	1980	1985	1990
%	1,16	0,49	1,22	0,74	0,87	1,00

Dados brutos: FEE

Observa-se na Tabela 16 que a região já teve um melhor momento na produção agropecuária do Rio Grande do Sul, atualmente a recuperação começa a se dar principalmente pela mudança da matriz produtiva (pecuária) no município de Mostardas e florestamento em todos, que repercute no índice da região. Portanto, apesar de 64% dos habitantes estarem na área urbana, o principal setor econômico da região é o primário.

**Tabela 17 - Participação (%) da Região no Produto Industrial do Rio Grande do Sul 1959 - 1990**

ANO	1959	1970	1975	1980	1985	1990
%	0,07	0,02	0,02	0,00	0,01	0,01

Dados brutos: FEE

Quanto ao Setor Secundário, conforme se verifica na Tabela 17, é quase inexistente a indústria na região, mas a instalação de uma indústria de beneficiamento de madeira e a expectativa de instalação de uma calçadista no município de Mostardas deve alterar o baixíssimo índice de participação da região no produto Industrial do Rio Grande do Sul.

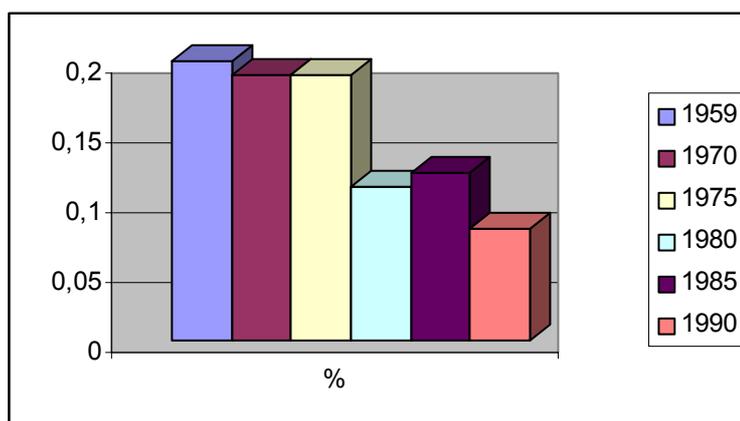
**Tabela 18 - Participação da Região no Produto do Setor Terciário do  
Rio Grande do Sul 1959 - 1990**

ANO	1959	1970	1975	1980	1985	1990
%	0,20	0,19	0,19	0,11	0,12	0,08

Dados brutos: FEE

No Litoral Centro, devido a descapitalização dos camponeses produtores de cebolas e o grave problema em que se encontra esta cultura, principal atividade econômica na região, levou a crise também na economia em geral. Na Tabela 18 e no Gráfico 7 observamos a queda constante da participação da região no produto do setor terciário do Rio Grande do Sul. A pequena recuperação de 1985 deveu-se a uma ótima e valorizada safra de cebolas como descrevemos no Capítulo 3. Portanto o declínio da renda do campo repercute diretamente na renda do setor terciário.

**Gráfico 7 – Participação (%) da Região no Produto do Setor Terciário do  
Rio Grande do Sul 1959 – 1990**



*Dados brutos: FEE*

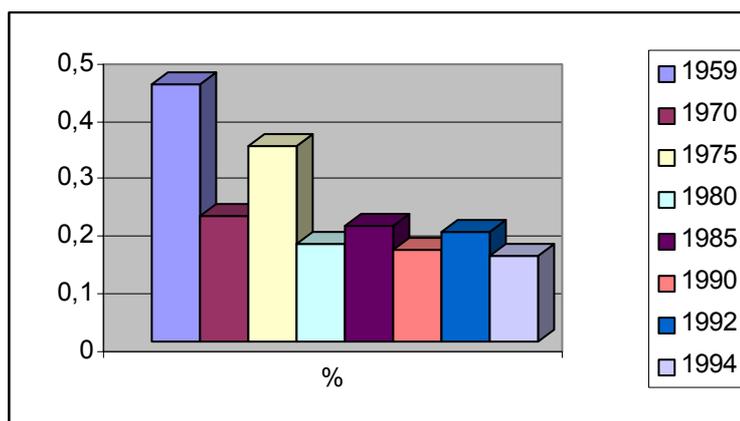
**Tabela 19 - Participação da região no Produto Total do Rio Grande do Sul  
1959 – 1994**

ANO	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1992	1994
%	0,45	0,22	0,34	0,17	0,20	0,16	0,19	0,15

Dados brutos: FEE

A participação da área de estudo no Produto Total do Rio Grande do Sul está em pleno declínio, como mostra a Tabela 19 e o Gráfico 8, com intervalo de pequenas recuperações. Hoje com apenas 0,15% do produto total do estado. Este índice é a repercussão do estado de abandono político-econômico em que se encontra a região, pela falta de infraestrutura de transportes, educação, energia elétrica, etc, etc.

**Gráfico 8 – Participação (%) da Região no Produto Total do Rio Grande do Sul  
1959 – 1994**



Dados Brutos FEE

### 1.8 - Outros Índices

Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM que é composto pelas variáveis, saúde, representada pela esperança de vida ao nascer, educação, através da taxa de analfabetismo e número médio de anos de estudo da população adulta, e renda, representada pela renda familiar per capita dos habitantes de cada município, os municípios do Litoral Centro tem os seguintes índices medidos no ano de 1991:

- a) São José do Norte – Médio (entre 0,50 e 0,65)
- b) Mostardas e Tavares – Médio Superior (entre 0,66 e 0,80).

A título de comparação com os demais municípios do Rio Grande do Sul podemos informar que o IDHM da maioria destes é Médio Superior. Em relação o IDHM Médio existem cerca de 20% dos municípios gaúchos com este índice. Com IDHM baixo superior existem apenas dois.

A expectativa de vida da região é de 69,7 anos. Os habitantes dos municípios de Tavares e Mostardas têm expectativa de vida de 70 anos enquanto que os habitantes de São José do Norte têm expectativa de 69 anos. Quanto a mortalidade infantil Mostardas e Tavares têm um índice de 25 óbitos por 1000 nascimentos vivos. São José do Norte tem um índice melhor, 11 óbitos por 1000 nascimentos vivos. A média da mortalidade infantil da região é 20 óbitos por 1000 nascimentos vivos. Os dados são da Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, informados no ano de 1998.

O Litoral Centro está localizado em uma península com formação de restinga, um braço de terra cercado pela Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico. O terreno é de origem sedimentar caracterizado por modelado arenoso de depósitos clásticos continentais-marinhos, onde as dunas se sobrepõem como desnível da baixa altimetria da região. O clima da área de estudo encontra-se na faixa de transição climática e é caracterizado como subtropical úmido. Quanto à hidrografia não existem rios na região, somente arroios sem importância que escoam as águas das chuvas e as lagoas interiores. A vegetação de porte é inexistente em razão da pobreza do solo em substâncias nutritivas.

A região foi usada, como caminho, pelos portugueses no trajeto Laguna – Colônia do Sacramento, desde 1703. Em 1715 foi fixado o primeiro contingente populacional como um posto de vigilância, provavelmente onde é hoje São José do Norte. A partir de 1732 se dá o povoamento da restinga com o estabelecimento de fazendas e como importante reduto de defesa dos portugueses contra os espanhóis. Os casais açorianos começaram a chegar a partir de 1752 e muito deles foram assentados na região após o conflito com os espanhóis. Com a abertura do canal do Rio Grande em 1823, São José do Norte perde importância como porto principal para a cidade de Rio Grande pois todo o comércio passou a ser feito por esta. Além disto o caminho pela restinga foi abandonado sendo utilizada a laguna como via de transporte. Assim percebe-se que após a Revolução

Farroupilha não temos relatos de fatos históricos importantes na região que caiu no esquecimento em razão do desenvolvimento ir para outras regiões do Rio Grande do Sul.

Os dados sócios econômicos apresentados demonstram que existe no Litoral Centro um grande atraso social e econômico. O grau de instrução da população é baixo o que lhe direciona para a atividade econômica ligada ao setor primário, como camponês ou empregado. O setor secundário é inexistente e o terciário está declinante. A ação empreendedora do camponês se dá em estabelecimentos menores que um módulo rural, não permitindo retorno financeiro adequado. A consequência do processo de baixo grau de instrução/predomínio da atividade no setor primário levam os indivíduos a terem um pequeno retorno financeiro, no caso do camponês, e um baixo valor do trabalho como empregado das áreas de exploração agropecuária maiores. Portanto a renda da população do Litoral Centro está diretamente proporcional ao nível de instrução/atividade desempenhada, desta forma poucos ganham muito e muitos ganham pouco. De qualquer forma a atividade primária é o principal setor econômico da região.

O solo arenoso com carência de substâncias nutritivas leva a uma agricultura débil. Este fato consorciado com a inexistência de outros atrativos econômicos inflige um atraso social e econômico para o Litoral Centro. A região encontra-se, de certa forma, estagnada. Os índices de crescimento econômico da região são muito baixos desde o século XIX, vemos que até a história esqueceu dela. Portanto toda a desigualdade social que se visualiza, reflete com a mesma intensidade, uma desigualdade no espaço

## **CAPÍTULO 2 – A CULTURA DA CEBOLA**

### **2.1. ORIGEM DA CULTURA DA CEBOLA**

A Cebola quanto à classificação botânica científica é da Família das Liliáceas e a espécie é *Allium cepa*. Segundo a The New Encyclopaedia Britannica (1974), a cebola é provavelmente originada na região compreendida entre o Mediterrâneo Oriental e o Oriente Médio, no entanto, segundo a Enciclopédia Mirador Internacional a cebola seria originária da Tundra Asiática. A cebolinha é a espécie *Allium fistulosum* ou cebola Gales é nativa da China e suas propriedades são conhecidas desde as épocas mais remotas pelos seus primitivos habitantes, que se utilizavam como fonte natural de alimentos. Outras espécies são *Allium schoenoprasum* e *Allium ampeloprasum*. É conhecida no estado selvagem, desde tempos pré-históricos e é difundida há séculos em todas partes do mundo,

dada a sua facilidade de aclimação, passando a ser comercialmente cultivada. Era muito apreciada na antiguidade oriental – Assíria, Babilônia e Egito – e clássica – Grécia e Roma. Encontrada em sarcófagos de Faraós, aparece depois nos Jardins Mongóis da Índia e da Pérsia como planta ornamental.

Cebola é a designação comum desta planta herbácea bulbosa. Seu bulbo escamoso e subgloboso, compõe-se de uma sucessão de túnicas apertadas superpostas, as externas membranosas e as internas mais espessas, embora tenras. Este bulbo que é a cebola propriamente dita, pode ser oblongo ou achatado, de cor branca, dourada e violeta e tem folhas cilíndricas ou tubulares longas (alcança entre 30 cm e 70 cm de altura), ocas e mais grossas na base, também são comestíveis. As flores, brancas ou rosadas, estão dispostas em umbelas. O seu principal emprego reside no consumo doméstico na culinária e é consumido cru em salada ou cozido. Outras formas de usos da cebola são em cremes, condimento/tempero, aromatizante (no vinagre, no sal), na indústria farmacêutica e na medicina popular, em rituais mágicos populares, em decoração (casca) e em tingimentos.

A cebola contém substância muito semelhante ao glúten, além de açúcar não cristalizável, mucilagem, ácidos acético e fosfórico, citrato calcário e celulose. O óleo volátil, sulfurado e acre da cebola irrita os olhos e faz chorar.

A cebola é cultivada em regiões temperadas e subtropicais de todo o mundo e prefere o sol e os solos bem drenados. A maioria das variedades de cebolas são sensíveis ao comprimento do dia e/ou da noite. Variedades da cebola adaptadas para cultura em latitudes de clima quente não formarão bulbos durante os dias curtos de inverno em altas latitudes. Variedades que formam bulbos grandes durante os dias curtos de altas latitudes formarão bulbos pequenos durante os dias longos de baixas latitudes.

A cebola brasileira origina-se principalmente das variedades ibéricas: cebola de Lisboa; de Tenerife; Saloia Grande de Portugal; Amarelo-Enxofre de Portugal; Amarelo-Gigante de Espanha; Branca de Valência; Chata da Madeira; Vermelha das Canárias, Branca de Setúbal; Amarelo-Rósea das Canárias. Também cebolas italianas – Barletta Branca; Vermelha de Genova; Branca da Itália; Branca de Nápoles; e da Roxa Argentina, que é chata e vilácea. A composição da cebola brasileira está demonstrada na Tabela 20.

Tabela 20 - Composição da Cebola Brasileira  
Dados por 100g de porção comestível crua.

ÁGUA (G)	88,5
Proteínas (g)	1,8
Lipídios (g)	0,2
Carboidratos (g)	9,5
Total (g)	100
Carboidratos disponíveis (g)	7,6
Energia (Kcal)	39

Fonte: Dados brutos FAO

## 2.2. INTRODUÇÃO DO BULBO NO LITORAL CENTRO

Não é possível datar a introdução da cebola na região, mas pode-se dizer através de testemunhos que o introdutor da cultura foram os açorianos na metade do século XVIII. Flores (1996) escreve:

*“Os açorianos desde 1752 plantavam trigo, tabaco, algodão, centeio, cevada, milho, arroz, alpiste, legumes, melancia, **cebola**, mandioca e cana de açúcar, conforme informações de Aires de Casal, de Manoel Antônio Magalhães e do gen. Böhm, dando à capitania a fama de celeiro farto”.*

Estas informações são relativas aos açorianos assentados na Comandância Militar do Continente de São Pedro, antigo nome do Rio Grande do Sul e as testemunhas são as autoridades da época.

Os viajantes estrangeiros que visitaram o Rio Grande do Sul e esta área no século XIX deixaram seus relatos, falando de alguma maneira sobre a cebola. Na sua passagem pela Freguesia do Estreito, em 05 de agosto de 1820, Saint Hilaire descreve:

*“Paramos em uma aldeóla chamada Freguesia do Estreito, nome que se deve à sua situação no lugar mais estreito do istmo e por ser a sede de uma paróquia. ... Assim que o general apeou do cavalo, o cura o conduziu à igreja, ainda por acabar e que nada apresentava de notável. Em seguida fomos à sua casa e, enquanto esperávamos o jantar, levou-nos a passear no jardim, onde havia um bellissimo parreiral e diferentes espécies de legumes, chicória, **cebola**, mostarda, nabos, aipo, couve, brócolos e até couve-flor que produzem bem na região”.*

Dreys em sua passagem por Mostardas em 1834 descreve “...a respeito da vegetação; ali se notam **estrias prolongadas de verdura**, as quais se ligam às pastagens mais seguidas e nutrientes das estâncias vizinhas;...”. As estrias muito provavelmente são da cultura da cebola ao qual podemos observar o preparo do solo na **Foto 1**. Dreys ainda diz “Contenta-se (a população) a suprir as necessidades da vida por meio d’algumas culturas próximas”.

Dreys, do Estreito, comenta:

*“Pelo mais o terreno da vila dá bastante indícios de esterilidade; porém a pouca distância encontra-se uma d’aquelas situações aprazíveis, semeadas pela mão da providência nesses campos desolados; e no Capão do Meio, Lugar assaz populoso e próspero em culturas...”*

Na sua narrativa Dreys em São José do Norte, no mesmo ano, diz:

*“Deve-se notar enfim que as areias da Vila do Norte gozam de uma merecida fama pela produção dos melões e das melancias, que são certamente as melhores do Brasil; e das raízes comestíveis, tais como as **cebolas**, os nabos, etc. Chegando ali uma grande personagem em 1820, apresentaram-lhe, como objeto de curiosidade, e amostras da fertilidade da terra, dois nabos que pesaram um 32 e o outro 25 libras (14,515 kg e o outro 11,340 kg)”*.

Deduz-se pelo ano da visita que o grande personagem é Saint-Hilaire, o qual não faz referência na sua obra a esta passagem.

Bunse (1981) diz “Se, portanto, a fazenda se confunde com as origens do município, desde cedo, certamente com a localização dos “casais de número”, surgiu a agricultura”. Constata-se então que o grande introdutor da agricultura na região foi o elemento açoriano e por conseguinte a cebola. Portanto a informação mais antiga que se tem da introdução da cebola no Litoral Centro é a descrição de Flores (1996) em 1752, mas com a possibilidade de ter sido introduzida alguns anos antes.

### 2.3 - O ESPAÇO AGRÍCOLA DO LITORAL CENTRO

Enquanto no setor setentrional do Litoral Centro a grande propriedade continua sendo tradicional, na parte meridional, de Mostardas para o sul, predomina a

pequena propriedade com a agricultura. Isso não quer dizer que não existam fazendas, principalmente no Distrito de Bojuru; mas são menos freqüentes no sul da região e sua importância é insignificante, comparada com a produção agrícola. Tão pouco, no setor setentrional se desconhece a agricultura; esta, porém, apresenta um aspecto totalmente distinto devido o orizicultura.

Se, portanto, a fazenda se confunde com as origens da região, desde cedo, certamente com o assentamento dos casais açorianos, surgiu a agricultura. E embora as terras não sejam as melhores, a agricultura continua tradicional, tendo até tomado, nos últimos decênios, incremento de vulto, com o surgimento das lavouras de arroz na zona norte da região.

Com o predomínio da cultura da cebola, antes de Tavares se emancipar, Bunse (1981) diz que *“falar em Mostardas é falar em cebola”*. A esta agricultura tradicional foi acrescentado um novo aspecto pela introdução da cultura do arroz na região. É na zona norte, na zona das fazendas, que surgiram as granjas de arroz, pois, além da grande extensão das propriedades, foi a facilidade de irrigação que fez com que o arroz começasse a ser cultivado nesta parte do Litoral Centro. A zona de Mostardas para o sul continua sendo o domínio da cebola, não se prestando para o plantio do arroz por não se poder aproveitar a água da Laguna dos Patos para a irrigação a qual, em certas épocas do ano, fica salinizada na sua parte sul.

## **2.4 – AS CONDIÇÕES NATURAIS DA CULTURA DA CEBOLA**

É importante que o clima e o solo sejam aptos para a cultura que se pretende estabelecer, a fim que se tire o máximo de produtividade. George (1972) ilustra bem esta afirmação:

*“De um ponto de vista puramente teórico, parece racional reservar a cada cultura ou grupo de culturas, ou a cada criação, o domínio climático e pedológico que permite obter melhores rendimentos e, para isso, eliminar dos mesmos terrenos as culturas que neles não encontram as condições mais favoráveis. Essa redistribuição geográfica das espécies cultivadas pode ser encarada na escala de cada estado — é a especialização agrícola regional — ou no conjunto do mundo, na hipótese de uma colaboração econômica sem restrições”*.

Diante desta colocação vamos mostrar como se insere o cultivo da cebola diante do clima e o solo desta área de estudo.

Em relação ao clima segundo o Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul, em seu volume II, Zoneamento Agrícola, o Litoral Centro é uma “Zona Preferencial” para a cultura da cebola, pois correspondem às melhores condições climáticas, podendo ser ou não o local ideal para a mesma, comparando com outras áreas de mesma produção do mundo, mas apresentando boas condições de plantio no Rio Grande do Sul.

A cultura da cebola é raramente econômica em zonas onde o clima tem poucas variações, ou aquelas em que não ocorrem estações definidas de frio e calor, seca e umidade do ar e do solo. Esta espécie se adapta bem à região, pois é planta de clima relativamente frio com abundância de umidade no solo durante os estágios de crescimento, requerendo calor, solo e ar seco, no período de maturação. Terreno com muita umidade não é aconselhável para a cultura da cebola.

A “cura” ou a secagem dos bulbos torna-se impossível sem a utilização de processos artificiais e não há boas condições de conservação quando a maturação e a colheita ocorrem sob muita chuva. Temperaturas altas, aliadas com atmosfera seca, facilitam a colheita e “cura” dos bulbos.

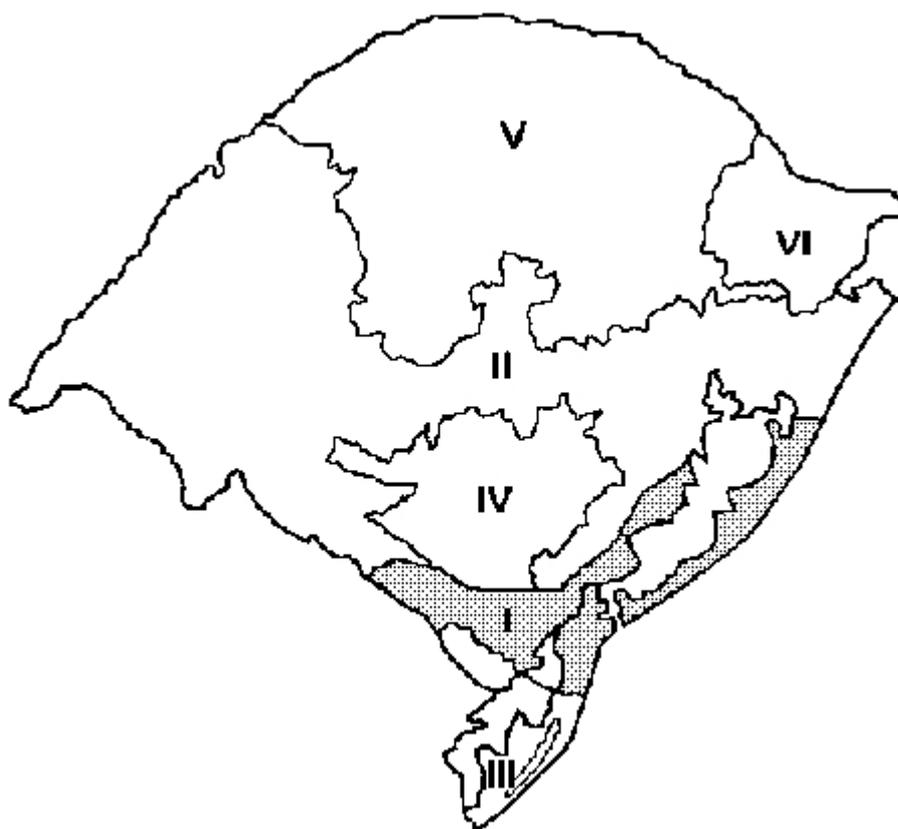
Nos climas cujo inverno pode ser tolerado pela cebola - caso do Rio Grande do Sul - pode-se plantar no início do inverno e colher em meados de novembro a início de janeiro. Mas são especialmente as condições de umidade do solo e do ar para a maturação, colheita e “cura” dos bulbos que distinguem as zonas do estado quanto a sua preferência para esses cultivos. Este é o motivo que determina que os municípios maiores produtores sejam aqueles localizados na zona de verão quente e seco, os quais se integram os municípios da área de estudo.

No caso do Litoral Centro, está dentro da zona preferencial para o cultivo da cebola, a área compreendida pelos municípios de Tavares, Mostardas e São Jose do Norte. A zona preferencial para a cebola apresenta as seguintes condições climáticas típicas: deficiência hídrica de 172mm ao ano (somente 1mm na zona tolerada), excedente hídrico no verão de 13mm (idem para a zona tolerada) e temperatura média em outubro de 17.1°C (18.9°C para a zona tolerada), mostrado no Mapa 3. Portanto, são as condições de deficiência hídrica anual que diferenciam as zonas preferenciais das toleradas.

Nesse sentido, os municípios de Tavares, Mostardas, São José do Norte e Rio Grande (que não pertence ao Litoral Centro) caracterizam-se pelas melhores condições climáticas para a produção desses bulbos, já que mostram a ocorrência da mais alta deficiência hídrica anual e o mais baixo excedente hídrico anual normal do Estado.

Não só de clima preferencial que se dá o cultivo da cebola como também o solo apropriado. A cultura necessita de adequado preparo do solo e prefere solos soltos. Segundo as Classes de Capacidade de Uso do Solo a área do Litoral Centro tem os solos próprios para este cultivo, em relação a solos soltos, que é caracterizado pela Classe IV, Subclasse IVe. Esta unidade abrange as terras com topografia de plano a ondulado, constituídas por solos de profundidade variável, tendo, como característica comum, uma limitação relacionada com a extrema suscetibilidade a erosão, tanto hídrica como eólica, em qualquer de suas formas (erosão laminar, em sulcos, em voçorocas ou ainda a presença de dunas na área considerada ou nas adjacências).

**Mapa 3 – Zoneamento Climático para a Cultura da cebola**



Fonte: Mapa modificado do Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário do RS - 1985

Legenda: I – Zona Preferencial (em destaque); II – Zona Tolerada; III, IV e V Zonas Marginais; VI – Zona Inapta.

O Estado do Rio Grande do Sul tem 2% de sua área com solos da Classe IV, Subclasse IVe e no Litoral Centro existe em torno de 9% do total deste solo. Aliando-se com a situação climática verifica-se que esta área tem potencial para o desenvolvimento do cultivo da cebola. Na Tabela 21, a seguir, pode-se visualizar as relações território/área relativo ao tipo de solo.

**Tabela 21 - Demonstrativo do Tipo de Solo e Área.**

<b>TERRITÓRIO</b>	<b>ÁREA</b>
Estado do RS	282.062 km <sup>2</sup>
Solo classe IV – Subclasse IVe = 2% do RS	5.641 km <sup>2</sup>
Litoral Centro	3.726 km <sup>2</sup>
Solo classe IV – Subclasse IVe = 9% do Litoral Centro	335 km <sup>2</sup>
Cultura da Cebola no Litoral Centro - aproximadamente	58,5 km <sup>2</sup>

Fonte dos dados brutos: IBGE/ACIIRS/FEE-RS

O solo classe IV – Subclasse IVe existente no Litoral Centro equivale a 13,6% de sua área total. A área preferencial climática de plantio, portanto são de 50.700 hectares e as áreas utilizadas para a cultura são de 5.850 hectares (IBGE, 2000) nos três municípios do Litoral Centro, equivalente a 11,54%. É importante dizer que apesar de haver solos soltos na área de estudo eles são pouco estruturados, com baixíssimos índices de matéria orgânica, pouca fertilidade natural e com pH baixo – ácidos. Rambo (1942) faz a seguinte alusão a área: “*entre os solos riograndense, são os mais estéreis*”. Portanto, devido à constituição geológica do Litoral Centro os solos têm baixo conteúdo de matéria orgânica, que é um fator limitante a produtividade e qualidade da maioria das colheitas na área. As terras são basicamente arenosas o que acentua a lixiviação dos fertilizantes aplicados.

Existe boa disponibilidade de água no subsolo, mesmo em épocas de seca e também a nível de superfície durante algumas fases de desenvolvimento da planta. Porém, devido à natureza arenosa do solo, ocorre alternância (rápida) de excessos e deficiências no teor de umidade nos solos, durante alguns períodos de desenvolvimento da planta. O baixo teor de matéria orgânica e a persistência dos ventos, criam uma situação de deficiência de umidade, após alguns dias sem chuva. A falta/excesso de água afeta diretamente o

rendimento, estabilidade anual e qualidade da produção. Esse é um dos principais problemas para a qualidade da cebola e sua comercialização.

A erosão é outro problema na área de estudo, principalmente devido à ação de ventos, que são constantes e característicos na região. Os solos descobertos ficam desprotegidos frente à ação eólica, tendo como consequência a remoção da parte superficial do solo e seus nutrientes. A maioria dos agricultores não usa nenhuma prática para proteger os solos da erosão. O baixo teor de umidade na terra arenosa colabora para a erosão eólica. A ação dos ventos constantes resseca as plantas e solo, diminuindo a produtividade das culturas.

Portanto os solos do Litoral Centro apesar de serem da Classe IV – Subclasse IVe, preferenciais para o que se destina, são inférteis precisando uma grande quantidade de adubos para se estabelecer o cultivo da cebola.

## 2.5 – AS TÉCNICAS AGRÍCOLAS DA CULTURA DA CEBOLA

### 2.5.1 - Fases

De acordo com o calendário agrícola para a cultura da cebola, válida para o estado do Rio Grande do Sul e a região de estudo, as fases da cultura podem ser descritas como segue, e mostrada na Tabela 22. O tempo de produção depende do tipo de ciclo da cebola. Existem três tipos de ciclos produtivos na cultura da cebola - precoce (curto), médio e longo - que vão do final de abril, com a semeadura, até o mês de janeiro com a colheita.

No mês de abril começa o preparo do solo, com adubação química e esterco da sementeira ou viveiro assim como das terras onde receberão a cultura definitiva.

**Tabela 22 - Calendário Agrícola da Cebola para o Rio Grande do Sul**

FASES DACULTURA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Preparo do Solo				XX	XX	XX	XX					
Semeadura				XX	XX	XX						
Transplante							XX	XX				
Tratos Culturais					XX							
Colheita	XX											XX
Comercialização	XX	XX	XX	XX	XX							XX
Entressafra					XX							

Fonte: Fundação Getulio Vargas

Elaboração: SAA/CEPA/RS

Nesses canteiros de forma estreita e comprida, chamados sementeira ou viveiros, semeia-se a semente em fins de abril ou começo de maio. As sementes são distribuídas pela superfície do canteiro de duas formas: lançadas com a mão ou depositadas em sulcos. Após, são tapadas com uma fina camada de terra e por cima desta uma camada de palha seca a qual será retirada assim que emergir as primeiras plantinhas.

Feita a sementeira ou viveiro deve-se cuidar dos canteiros, capinando ou usando-se herbicida, até o ponto de muda. Isto é chamado de tratos culturais. O transplante ou transplantação dá-se em fins de julho ou início de agosto. O processo é feito com a mão: arranca-se a muda e planta-se no canteiro em três carreiras. Quanto maior for o espaçamento, maior a porcentagem de bulbos maiores, e menor a produção total. Entre os canteiros ficam os sulcos chamados regos, que se visualiza na Foto 1.

**Foto nº 1 – Preparo da terra para o plantio definitivo de cebolas  
no Município de Mostardas**



Foto: Jones Muradás

A partir do transplante, a muda de cebola fica na terra três meses e se obtém a cebolinha e por mais três meses a cebola. Nesta fase também existem os tratos culturais onde são retirados as ervas daninhas e os possíveis endurecimentos da superfície, no primeiro caso isto ocorre com a capina ou o uso de herbicidas, no segundo, exclusivamente com o uso da enxada. Durante o crescimento, a cebola está sujeita a doenças e pragas que comentaremos em seguida.

### **Foto nº 2 – Mudanças de cebola no momento do transplante**



Foto: Jones Muradás

Crescida, distinguem na cebola: a cabeça, o talo e a rama. Depois de “encabeçada”, pronta para a colheita, a rama fica amarelada, dobra o talo ou “estala” e as folhas tombam, que por fim amarelam e secam. Entre dezembro e janeiro é realizada a colheita. A colheita é manual deixando os bulbos, em grupos, cerca de quatro dias nos canteiros, cobertos pelas folhas, para a “cura”, que é de grande importância para a conservação do bulbo (Foto 3). A fase seguinte é o armazenamento em galpões, onde se completam a “cura” dos bulbos.

Alguns ceboleiros ainda trançam a rama com junco. O junco é cortado nas lagoas e em banhados, freqüentes na região. Numa trança somam-se mais ou menos 30 cebolas, decrescendo em tamanho, de sorte que a trança vai afinando, O resultado é a

“*réstia*”, habilmente feita: num lado as cebolas e, no outro, a trança, pesando em média 1,800 kg. As réstias são empilhadas no galpão: cabeça contra trança.

**Foto 3 – Colheita da cebola**



Foto: Jones Muradás

Observa-se na Foto 3 os bulbos, em grupos, nos canteiros para a “cura”, na frente e atrás dos safristas.

Os tipos da cebola, de acordo com seu tamanho ou diâmetro, são discriminados na tabela 23.

**Tabela 23 – Tipos de cebola conforme seu diâmetro**

<b>TIPOS</b>	<b>MAIOR DIÂMETRO TRANSVERSAL (MM)</b>
<b>1</b>	Até 35
<b>2</b>	Maior que 35 até 50
<b>3</b>	Maior que 50 até 70
<b>4</b>	Maior que 70 até 90
<b>5</b>	Maior que 90

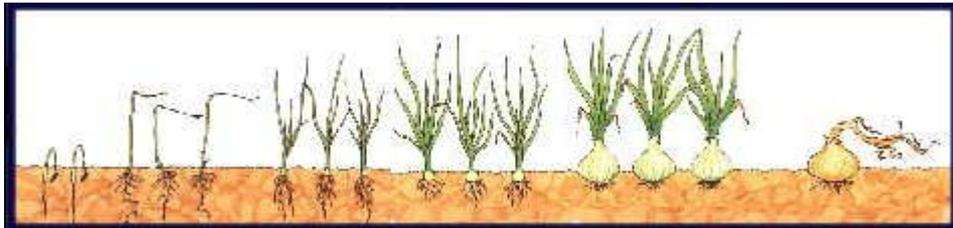
Fonte: EMATER

A cebola Tipo 1 é utilizada para conservas. A Tipo 2 é a de menor valor no mercado. A partir da cebola Tipo 3 é bem aceita pelo mercado consumidor.

### 2.5.2 – Estágios

De acordo com a Figura 1 os estágios da cultura da cebola são os seguintes:

**Figura 1. Os estágios da cultura da cebola**



Estágios:1

2

3

4

5

6

Figura modificada, extraída de <http://www.juagro.com.br/pr02.htm>.

Site da Juazeiro Agropecuária Comércio e Representações do NE Ltda.

1. A Figura 1 mostra a semente germinada com cerca 15 dias;
2. O desenvolvimento da planta com cerca de 60 dias pronto para transplante, conforme a Foto 2;
3. O desenvolvimento da planta com aproximadamente 100 dias;
4. Com cerca de 150 dias a planta está na fase da “cebolinha”;
5. o bulbo mostra-se desenvolvido, nesta fase a planta já conta com cerca de 200 dias;
6. O bulbo pronto para a colheita, cerca de 240 dias depois do plantio. A rama fica amarelada e a cebola dobra o talo ou “estala” que em seguida começam a amarelar e secar.

## 2.6 – TÉCNICAS E AÇÕES BIOLÓGICAS NA CULTURA DA CEBOLA<sup>5</sup>

<sup>5</sup> \*Fotos de doenças e pragas extraída de <http://www.juagro.com.br/pr02.htm> Site da Juazeiro Agropecuária Comércio e Representações do NE Ltda.

## 2.6.1 – Doenças

### 2.6.1.1 – Mela ou Podridão do Pescoço

O Mela ou Podridão do Pescoço é causado pelo fungo *Botrytis*. Os esporos da doença são transmitidos pela água. Seus sintomas são diversas manchas brancas ou cinzas nas folhas, o talo ou “pescoço” fica mole e tomba, as mudas ficam “meladas” e morrem. Para o controle do fungo deve se evitar o excesso de irrigação. Pode-se fazer o controle com defensivos agrícolas.

### 2.6.1.2 – Míldio ou Lã-Preta



Foto 4. Míldio.

O Míldio ou Lã-Preta é causado pelo fungo *Peronospora Destructor*. Os esporos da doença são transmitidos pela água. Seus sintomas são manchas amarelo-claro ou preta; bem difusas, Nota-se uma formação semelhante a fios de lã muito finos recobrendo as manchas. Para o controle do fungo deve se evitar o excesso de irrigação e o plantio muito adensado. Pode-se fazer o controle com defensivos agrícolas.

### 2.6.1.3 - Alternaria ou Sapecá



\*Foto 5 - Alternaria



\*Foto 6 - Alternaria

A Alternaria ou Sapeca é causada pelo fungo *Alternária Porri*. A transmissão da doença se dá pela propagação do esporos pelo vento. Os sintomas são manchas brancas nas folhas, apresentando coloração púrpura na época chuvosa. Para o controle do fungo deve se evitar o excesso de irrigação. Pode-se fazer o controle com defensivos agrícolas.

#### **2.6.1.4 - Rola / Antracnose ou Mal das Sete Voltas**

A Rola/Antracnose ou Mal das Sete Voltas é causado pelo fungo *Colletotrichum gloeosporioides*. Os esporos da doença são transmitidos pela água. Os sintomas apresentados são: tombamento de mudas e volteamento de folhas, sendo que ocorre um crescimento anormal do bulbo, mais comumente chamado de "cachorro quente". Para o controle do fungo deve se evitar o excesso de irrigação e instalação de sementeiras altas. Pode-se fazer o controle com defensivos agrícolas.



\*Fotos 7 e 8 – Rola ou Mal de Sete Voltas

### **2.6.2 – Pragas**

#### **2.6.2.1 – Lagarta-Rosca**

Os danos que a Lagarta-Rosca causam são o corte das mudas novas (no viveiro) junto ao solo, e na cultura definitiva cortam e destroem as folhas e os bulbos parcialmente ou totalmente. Ocorrem em todo o ciclo da cultura. As condições que

favorecem o aparecimento desta praga é o tempo seco e altas temperaturas. A Lagarta-Rosca encontra-se nas folhas e no solo, em volta do bulbo. Como controle é utilizado inseticidas sistêmicos de contato

### 2.6.2.2 - Tripes / Piolho



\*Fotos 9 e 10 – Tripés ou Piolho

Os danos que o inseto Tripés/Piolho causa é a raspagem das folhas ocasionando manchas típicas prateadas nas folhas, provocando seu amarelamento e seca prematuros, reduzindo a produção. Ocorrem em todo o ciclo da cultura.

As condições que favorecem ao inseto são períodos secos e altas temperaturas. O Tripés/Piolho é encontrado nas bainhas das folhas. Como controle é utilizado inseticidas sistêmicos de contato

### 2.6.2.3 - Larva Mineradora / Riscador



Fotos 11 e 12 – Larva Mineradora e o “riscado” que faz na folha.

Os danos causados pela Larva Mineradora/Riscador são a formação de galerias por toda a folha da cebola, levando posteriormente à morte da mesma. Ocorrem

em todo o ciclo da cultura e são encontrados nas folhas. As condições que favorecem ao inseto são períodos secos e altas temperaturas. O controle é realizado com a alternância de defensivos agrícolas de grupos químicos diferentes.

Assim a cultura da cebola foi introduzida no Litoral Centro pelo elemento açoriano por volta de 1750. Hoje, o plantio comercial predomina a partir da cidade de Mostardas para o sul da região. O ciclo produtivo da cebola vai do final de abril, com a semeadura, até o mês de janeiro com a colheita. O tempo de produção depende do tipo de ciclo da cebola, ou seja, precoce (curto), médio e longo.

Em termos climáticos é uma zona preferencial de desenvolvimento da cultura aliado com o tipo de solo soltos com grande potencial para o plantio. Apesar disto, os solos são pouco estruturados, com baixo índice de matéria orgânica, pouca fertilidade natural, com pH baixo, ácido, ou seja, estéril, demandando muito adubo para estabelecer o cultivo da cebola. Além disso está sujeito a forte erosão eólica.

### **CAPÍTULO 3 – A ECONOMIA DA CEBOLA**

Este capítulo enfoca a produção de cebolas nos segmentos nacional/estadual/regional e suas peculiaridades de área colhida, quantidade produzida, produtividade média e valor de comercialização com destaque especial para o Litoral Centro, articulados através da análise e sistematização de dados, principalmente das fontes secundárias.

Enfocamos ainda a importação, a disponibilidade e o consumo nacional/estadual, a relação valor recebido *versus* custo de produção, e ainda, um perfil completo da produção de cebolas na área de estudos e sua situação econômica.

#### **3.1 – A PRODUÇÃO BRASILEIRA**

A cultura da cebola brasileira no período 1980 – 2000 não apresentou crescimento da área de cultivo, apenas houve breves alterações que levaram sua média de área colhida para 70.197 ha/ano. Em relação a quantidade anual produzida houve um significativo aumento de 64,38% do país neste período. No mesmo tempo houve o aumento de produtividade em 65,86%. A produção nacional neste período passou de 694.585 para 1.141.813 toneladas colhidas anualmente, praticamente na mesma área plantada. Pode-se observar na Tabela 24 estas afirmações, assim como uma série histórica da produção de cebolas no Brasil no período 1980 a 2000.

**Tabela 24 - Área Colhida, Quantidade Produzida e Produtividade Média no Brasil 1980 – 2000**

<b>ANO</b>	<b>ÁREA COLHIDA (HA)</b>	<b>QUANTIDADE PRODUZIDA (T)</b>	<b>PRODUTIVIDADE MÉDIA (KG/HA)</b>
1980	67.044	694.585	10.390
1981	74.250	778.403	10.484
1982	62.399	670.624	10.747
1983	67.174	724.583	10.787
1984	69.242	718.394	10375
1985	57.795	637.007	11.022
1986	63.676	639.182	10.038
1987	75.041	853.968	11.380
1988	69.420	780.314	11.240
1989	73.810	797.325	10.802
1990	74.646	869.067	11.642
1991	76.666	887.728	11.579
1992	76.289	895.971	11.744
1993	71.910	928.704	12.914
1994	81.638	1.020.035	12.914
1995	74.676	940.537	12.594
1996	69.838	897.643	12.853
1997	67.801	883.988	13.038
1998	66.827	832.835	12.493
1999	67.583	1.005.155	14.958
2000	66.416	1.141.813	17.233

Dados brutos: IBGE

### **3.1.1 - OS ESTADOS PRODUTORES**

#### **3.1.1.1 - Área Colhida**

Os estados maiores produtores de cebola, atualmente, no Brasil são pela ordem Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Paraná os quais são responsáveis por 97% da área colhida e 95% da produção (safra 2000). Os outros estados tem uma produção insignificante de cebolas que são comercializadas e consumidas nos municípios próximos das áreas de cultivo. (Tabelas 25 e 26).

**Tabela 25 – Área colhida de Cebola (Ha) nos principais estados produtores 1980 – 2000**

ANO	RS	SP	SC	PE	BA	PR	OUTROS
1980	20.477	17.047	12.248	6.940	3.798	4.256	2.278
1981	22.524	18.200	16.872	5.894	3.404	5.097	2.259
1982	19.703	16.180	11.384	4.570	4.498	4.180	1.884
1983	19.858	16.955	12.336	7.690	4.360	4.184	1.971
1984	23.122	16.244	12.157	6.850	5.923	3.485	1.511
1985	18.175	14.389	14.399	2.366	2.565	4.590	1.311
1986	17.139	15.770	16.666	3.614	4.380	4.634	1.473
1987	19.561	16.700	23.760	4.281	3.730	5.565	1.444
1988	16.045	15.692	21.856	2.346	7.493	4.705	1.283
1989	16.692	16.285	24.296	3.230	7.788	4.541	978
1990	17.271	15.680	27.278	2.750	5.096	5.543	1.028
1991	17.152	15.562	26.919	3.517	6.778	6.023	715
1992	18.643	12.470	29.733	3.581	3.917	6.849	1.096
1993	15.505	14.510	22.176	5.844	6.258	6.453	1.164
1994	19.134	14.580	27.321	5.275	5.389	8.442	1.497
1995	17.198	14.390	24.676	5.725	5.543	5.861	1.283
1996	14.777	12.505	24.136	5.116	5.492	5.784	2.028
1997	16.174	10.355	23.564	4.791	4.577	5.400	2.940
1998	16.421	10.500	24.525	3.153	4.945	6.300	983
1999	16.648	12.710	21.806	4.300	5.623	4.500	1.996
2000	16.603	10.620	24.231	3.053	4.518	5.200	2.191

Dados Brutos: IBGE

No início da década de 80 o Rio Grande do Sul tinha a maior área colhida de cebola seguida por São Paulo e Santa Catarina. Em 1986 Santa Catarina, fruto de investimentos em pesquisa, ultrapassou São Paulo e em 1987 o Rio Grande do Sul em área colhida, mantendo-se esta ordem até a safra de 2000. O Paraná é o quarto colocado em área colhida nas últimas safras, perdendo eventualmente o lugar para a Bahia.

### 3.1.1.2 – Quantidade Produzida

O estado do Rio Grande do Sul foi o maior produtor de cebolas até o ano de 1977. São Paulo estatisticamente sempre teve maior quantidade produzida em relação ao Rio Grande do Sul apesar de menor área colhida, consequência da maior produtividade.

**Tabela 26 – Quantidade produzida (t) nos principais estados produtores 1980 - 2000**

	RS	SP	SC	PE	BA	PR	OUTROS
1980	151.193	279.789	103.605	87.028	40.140	21.170	11600
1981	192.665	282.600	151.809	70.728	40.790	26706	13105
1982	168.555	255.620	113.745	54.091	46.023	21.923	10.667
1983	167.483	253.900	125.710	92.714	53.044	23.000	8.732
1984	155.988	270.107	111.116	81.789	71.905	19.089	8.400
1985	172.876	236.877	148.130	22.721	20.361	27.635	8.407
1986	107.645	264.283	148.426	42.032	48.470	19.300	9.026
1987	166.743	282.500	261.373	48.141	54.424	31.120	9.667
1988	131.787	266.696	229.197	28.416	87.143	27.715	9.360
1989	127.355	283.903	207.587	35.598	107.812	27.674	7.396
1990	131.647	275.997	306.529	34.302	68.489	44.613	7.490
1991	110.901	296.069	288.988	52.907	86.513	43.560	8.790
1992	176.119	247.264	309.766	50.395	50.724	52.298	9.405
1993	156.394	290.230	231.319	90.633	81.435	66.476	12.217
1994	175.804	299.650	301.921	78.570	79.120	66.794	18.176
1995	138.302	320.080	258.328	80.080	75.375	52.421	15.951
1996	152.100	281.610	226.445	68.567	75.314	59.555	34.052
1997	162.250	245.290	245.337	76.560	61.560	51.050	41.941
1998	166.147	205.790	272.700	50.130	67.168	56.400	14.500
1999	177.349	245.420	348.630	64.500	70.769	56.400	42.087
2000	181.621	272.560	456.036	48.573	74.667	52.800	55.556

Dados brutos: IBGE

Em 1985 o Rio Grande do Sul perdeu a segunda posição no ranking produtivo para Santa Catarina. A partir de 1990 São Paulo e Santa Catarina alternaram-se anualmente como estado maior produtor de cebolas. Em 1997 Santa Catarina tomou a frente e consolidou-se como estado maior produtor nacional de cebolas. O Paraná com menor produtividade é o quinto colocado (safra 2000) em quantidade produzida. Estes dados podem ser visualizados na Tabela 26.

### 3.1.1.3 Produtividade

São Paulo, a nível nacional, sempre foi o estado que teve a maior produtividade graças aos centros de pesquisa que levam a incorporar métodos e tecnologias ao cultivo e ainda a situação estratégica como distribuidor nacional de produtos, conseguindo na safra 2000 a média de 25.665 kg/ha.

**Tabela 27 - Produtividade Média de cebolas por Estados 1980 – 2000**

ANO	RS	SP	SC	PE	BA	PR	OUTROS
1980	7.383	16.412	8.458	12.540	10.568	4.974	10.544
1981	8.554	15.527	8.998	12.000	11.893	5.240	10.630
1982	8.555	15.799	9.992	11.836	10.232	5.245	5.662
1983	8.434	14.975	10.191	12.056	12.166	5.497	4.430
1984	8.434	16.628	9.140	11.940	12.140	5.478	5.560
1985	9.512	16.462	10.288	9.603	7.938	6.021	6.413
1986	6.281	16.759	8.906	11.630	11.066	4.165	6.128
1987	8.524	16.916	11.001	11.245	14.591	5.592	6.695
1988	8.213	16.995	10.486	12.112	11.629	5.890	7.295
1989	7.629	17.433	8.544	11.021	13.843	6.094	7.562
1990	7.622	17.601	11.237	12.473	13.439	8.048	7.286
1991	6.495	19.025	10.735	15.043	13.354	7.232	12.294
1992	9.446	19.828	10.418	14.072	12.829	7.635	8.581
1993	10.086	20.002	10.431	15.508	13.012	10.301	10.496
1994	9.188	20.552	11.050	14.894	14.681	7.912	12.142
1995	8.041	22.243	10.465	13.987	13.598	8.944	12.433
1996	10.293	22.519	9.382	13.402	13.713	10.296	16.791
1997	10.031	23.688	10.412	15.980	13.450	9.454	16.791
1998	10.117	19.599	11.119	15.899	13.583	8.952	14.266
1999	10.652	19.309	15.988	15.000	12.586	12.533	14.751
2000	10.939	25.665	18.820	15.910	16.527	10.154	21.086
<b>Média</b>	8.782	18.758	10.765	13.245	12.706	7.175	10.373

Dados Brutos: IBGE

Na série histórica da Tabela 27, depois de São Paulo, Pernambuco e Bahia se alternam com a segunda maior produtividade nacional perdendo para Santa Catarina nas últimas duas safras (1999-2000) que obteve 18.820 kg/ha. O Rio Grande do Sul permanece com baixa produtividade histórica apesar de ser o terceiro maior produtor em quantidade colhida com apenas 10.939 kg/ha.

### 3.1.1.4 - A Rentabilidade da produção de Cebolas no Brasil

A rentabilidade média em Reais (R\$) da produção de cebolas é apresentada aqui desde a introdução deste padrão monetário no Brasil em 1994, de acordo com dados do IBGE, conforme tabela abaixo.

**Tabela 28 – Preço médio (R\$) recebido pela produção de cebolas, por kg.  
1994 – 1999**

<b>ANO</b>	<b>BRASIL</b>	<b>RS</b>	<b>SP</b>	<b>SC</b>	<b>PE</b>	<b>BA</b>	<b>PR</b>	<b>OUTROS</b>
<b>1994</b>	0,23	0,13	0,33	0,20	0,20	0,28	0,14	0,26
<b>1995</b>	0,30	0,30	0,32	0,28	0,31	0,31	0,27	0,36
<b>1996</b>	0,19	0,14	0,20	0,18	0,25	0,23	0,13	0,24
<b>1997</b>	0,33	0,29	0,42	0,30	0,46	0,28	0,16	0,13
<b>1998</b>	0,31	0,29	0,43	0,19	0,53	0,26	0,24	0,87
<b>1999</b>	0,26	0,24	0,36	0,15	0,41	0,24	0,24	0,44
<b>Média</b>	0,27	0,23	0,34	0,22	0,36	0,27	0,20	0,38

Dados brutos: IBGE

A Tabela 28 mostra que no estado de Pernambuco ocorre o maior valor médio de venda do produto (R\$ 0,36) em decorrência de este ser distante dos demais estados produtores e não necessitar somar custos de transporte. Os “outros” estados pelo mesmo motivo de distâncias e haver o consumo local/regional têm o melhor preço médio recebido (R\$ 0,38) pelo produto.

O estado de São Paulo pelo motivo de ser um pólo produtor/distribuidor tem um valor médio de remuneração da produção expressivo (R\$ 0,34) comparando com a média brasileira (R\$ 0,27). O Rio Grande do Sul tem o valor do quilograma comercializado historicamente abaixo da média nacional (R\$ 0,23) juntamente com Santa Catarina, apesar de serem grandes produtores.

### 3.2 – O CIRCUITO ECONÔMICO DA CEBOLA

Apesar de não haver motivos para a importação, complementando as necessidades de consumo interno, o Brasil tem feito isto motivado pelo baixo preço do mercado, a

desvalorização da moeda nacional e as facilidades com a abertura do mercado internacional, inclusive com os acordos comerciais do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

**Tabela 29 – Importação de cebola – Quantidade (mil t.) e Valor Pago (em US\$)  
1992 - 2000**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Quantidade (mil t.)</b>	95,87	88,20	138,50	313,69	741,08	264,37	330,10	224,41	75,13
<b>US\$ milhões</b>	18,03	26,04	28,20	55,32	38,42	75,35	57,87	24,99	13,16
<b>US\$/t</b>	187,97	296,61	204,48	175,30	51,84	285,00	175,04	111,36	175,16

**FONTE:MDIC/SECEX - Secretaria de Comércio Exterior / Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.**

Na Tabela 29 temos uma panorâmica dos últimos nove anos da quantidade importada de cebolas e o dispêndio desnecessário de divisas com a importação do produto. A média do valor da tonelada neste período ficou em US\$ 184,75, no mesmo período a cebola nacional paga ao produtor ficou abaixo deste valor. Em 1996 a cebola procedente da Argentina foi oferecida a valores abaixo do custo de transporte local/regional fazendo com que os produtores, principalmente gaúchos, deixassem a cebola apodrecer nos galpões.

**TABELA 30 - IMPORTAÇÃO DE CEBOLAS POR PAÍS (T) 1991 A 1999**

<b>PAÍSES</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>
<b>Argentina</b>	42.837	94.641	83.706	137.719	307.400	739.372	257.283	328.629	223.943
<b>Chile</b>	15.733	0	4.061	94,3	4.073	1.484	6.560	240,8	446
<b>Espanha</b>	5	1.236	0	0	2.197	220,4	0,4	1.196	11,3
<b>Estados Unidos</b>	5,6	0	0	0	22,6	1,7	23,8	35,5	13
<b>Países Baixos</b>	0	0	439	692	1,4	1,9	502,8	3	0,8
<b>Total</b>	58.581	95.877	88.206	138.505	313.694	741.080	232.328	330.104	224.414

Fonte: SECEX/MDIC

A Argentina é o nosso maior vendedor (Tabela 30) seguido do Chile e eventuais aquisições da Espanha. As poucas quantidades importadas dos outros países se justificam como aquisição de bulbos para produção de sementes e pesquisa.

A disponibilidade percapita média de cebola por habitante/ano, informada na Tabela 31, no período 1991-2000 no Brasil são de 7,15 quilogramas, excluindo-se do

cálculo o ano atípico de 1996, conforme já comentamos. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar (1995/1996) do IBGE o consumo médio percapita de cebolas no Brasil são de 4,064 quilos/ano.

**TABELA 31 - DISPONIBILIDADE DE CEBOLAS – BRASIL (1991 – 2000)**

<b>BRASIL</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>Produção (mil t)</b>	887,7	895,9	928,7	1.020,0	940,5	897,6	883,9	832,8	1.005,1	1.141,8
<b>Importações (mil t)</b>	58,5	95,8	88,2	138,5	315,6	741,0	264,3	330,1	224,4	75,13
<b>Exportações (mil t)</b>	0,5	0,6	1,6	0,3	13,8	0,0	1,0	0,8	2,5	1,0
<b>Disponibilidade per capita (kg/hab/ano)</b>	6,4	6,6	6,7	7,5	7,9	10,8	7,2	7,1	7,5	7,2

Fontes: IBGE, SECEX/MDIC.

A população do estado do Rio Grande do Sul, segundo o mesmo estudo, é a maior consumidora percapita do produto com uma média de 6,181 kg/ano. De acordo com estudo da Fundação de Economia e Estatística do RS – FEE o consumo percapita gaúcho de cebola está em 7,0 kg/ano. Ainda no estudo do IBGE em todas as faixas de renda o consumo é próximo a média, com exceção da faixa de renda até 2 salários mínimos que tem uma média de 2,666 kg/ano. Da mesma forma ocorre no RS, existindo também um consumo 20% acima da média nas faixas de maior renda.

Vemos, portanto, que não existe razão para a importação de cebolas uma vez que o consumo brasileiro anual está em torno de 920.000 t (cálculo com 20% de perdas quaisquer – por exemplo apodrecimento do produto) e uma produção nacional de 1.141.800 t.

### **3.3 - A CEBOLA COMO ATIVIDADE ECONÔMICA DO LITORAL CENTRO**

#### **3.3.1 – A área Colhida**

A área colhida no Litoral Centro no ano de 2000 foi de 5.850 hectares representando 35,23% do Rio Grande do Sul e 8,81% da área colhida do Brasil. Dados estatísticos oficiais revelam que, no período 1981 a 2000, houve uma redução de 37,51%

da área plantada. De acordo com esses dados, em 1981, o Litoral Centro possuía 9.362 hectares de cebola e em 2000 havia 5.850 ha, diminuindo 3.512ha de área plantada.

Tabela 32 – Área Colhida no Litoral Centro (t) 1980 - 2000

a	SÃO JOSÉ DO NORTE	MOSTARDAS	TAVARES	LITORAL CENTRO
1980	4.177	3.183	*	7.360
1981	6.000	3.362	*	9.362
1982	5.200	3.300	*	8.500
1983	5.200	1.150	2.210	8.560
1984	6.000	1.050	2.400	9.450
1985	4.000	820	1.650	6.470
1986	4.000	678	1.212	5.890
1987	4.500	990	2.400	7.890
1988	4.484	SD	1.800	6.284
1989	4.500	510	1.500	6.510
1990	4.500	920	1.400	6.820
1991	4.000	780	1.900	6.680
1992	4.000	980	2.200	7.180
1993	2.509	900	1.500	4.909
1994	3.500	900	2.500	6.900
1995	2.500	800	1.750	5.050
1996	3.746	750	1.800	6.296
1997	2.300	650	1.500	4.450
1998	2.500	650	1.800	4.950
1999	2.800	700	2.300	5.800
2000	2.800	750	2.300	5.850

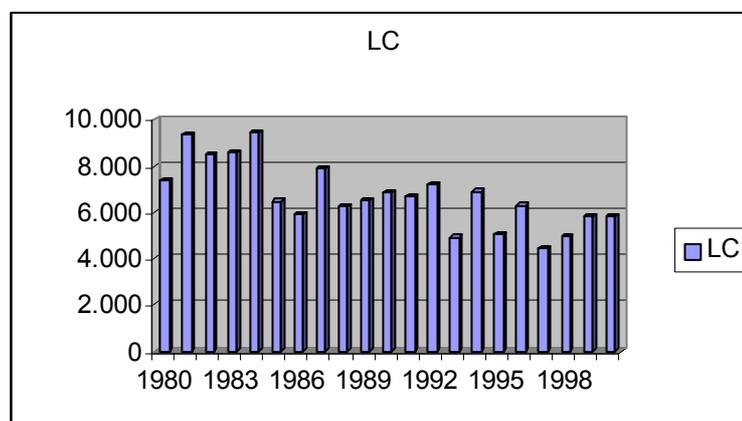
Dados brutos: IBGE - \* Ainda não emancipado – SD Sem Dado

A média de hectares colhidos pelos municípios do Litoral Centro são 3.963 para São José do Norte, 1.134 para Mostardas e 1.895 para Tavares. Podemos visualizar, conforme a Tabela 32, que os dois primeiros municípios estão colhendo abaixo de sua média enquanto o último está acima dela. Em consequência desta disparidade a região está colhendo em torno de menos 1.000 hectares anualmente em relação a sua média de 6.992 hectares no período 1980 – 2000.

O Gráfico 9 mostra a tendência da redução de área colhida nos últimos anos. A maior área colhida pelo Litoral Centro foi na safra de 1984 com 9.450ha. Em termos percentuais a safra de 1982 foi a melhor em relação ao estado do Rio Grande do Sul com 43,14% da área colhida. Em relação ao país a melhor safra foi a de 1984 com 13,65% da área colhida nacional. A menor área colhida foi na safra de 1997 com 4.450ha. Em

termos percentuais negativos foi na mesma safra de 1977 a menor área colhida com 27,51% em relação a área gaúcha e 6,56% em relação a área nacional.

**Gráfico 9 – Área colhida de cebolas no Litoral Centro 1980 – 2000**



Dados brutos: IBGE

Fazendo a comparação da área colhida do Litoral Centro com o total da área colhida nos estados (Tabela 25) podemos observar que, nas duas últimas safras, foi menor apenas que Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul (descontando a área colhida do Litoral Centro) mostrando a significância da região como pólo cebolicultor.

**Tabela 33 - Origem da produção de cebolas por extrato de área (ha) em %**

ÁREA - HA	ATÉ 20	21 A 50	51 A 100	101 A 1000	+ DE 1000	TOTAL
<b>São José do Norte</b>	60,0	25,0	10,0	5,0	-	100
<b>Mostardas</b>	46,0	36,0	13,0	5,0	-	100
<b>Tavares</b>	65,7	19,1	8,0	7,2	-	100

Fonte: Escritórios Municipais da EMATER - 1996

A origem da produção por extrato de área (Tabela 32) mostra que a grande maioria da cebolas é produzida em pequenas propriedades rurais da região, ou seja, que tenham até 20 hectares o que é um indicativo que nesta região a cultura é realizada pelo pequeno camponês, pequeno proprietário rural.

Da mesma forma é a área plantada/colhida destas propriedades que tem uma média de 1,43 hectare no Litoral Centro.

**Tabela 34 – Discriminação das áreas mínima, média e máxima de plantio de cebola por município do Litoral Centro.**

	MÍNIMO/HA	MÉDIA/HA	MÁXIMO/HA
<b>SÃO JOSÉ DO NORTE</b>	0,5	1,5	20,0
<b>Mostardas</b>	0,5	1,2	25,0
<b>Tavares</b>	0,5	1,6	25,0
<b>Litoral Centro</b>	0,5	1,43	23,33

Dados brutos: EMATER/RS

As áreas mínimas, médias e máximas de plantio de cebolas das propriedades estão discriminadas na tabela 34. Para mostrarmos a relevância da área cultivada com cebolas no Litoral Centro mostramos na Tabela 35 as porcentagens comparativas com a área municipal relativas a cada município.

**Tabela 35 – Comparativo área municipal – área de cultivo de cebolas - %**

MUNICÍPIOS	ÁREA MUNICIPAL HÁ	ÁREA PLANTADA HÁ	% ÁREA MUNICIPAL CULTIVADA C/ CEBOLA
<b>SÃO JOSÉ DO NORTE</b>	113.450	2.800	2,47
<b>Mostardas</b>	193.990	750	0,39
<b>Tavares</b>	65.170	2.300	3,53

Dados brutos: IBGE

Devemos lembrar que os municípios do Litoral Centro estão numa restinga que contém área praial marinha, praial lagunar, de dunas e das inúmeras lagoas e áreas alagadas no seu interior, impróprias para cultivo. Portanto subtraindo as áreas descritas acima para cálculo da porcentagem de áreas utilizadas no cultivo da cebola nestes municípios veremos que são significativas.

Além do Litoral Centro destacam-se ainda os seguintes municípios no estado do Rio Grande do Sul com uma área colhida relevante na safra 2000: Rio Grande com 1.500 ha, Canguçu com 1.200 ha, Pelotas com 1.142 ha, São Lourenço do Sul com 700 ha, Antonio Prado com 400 ha, Ipê com 300 ha e Nova Roma do Sul com 270 ha.

**Tabela 36 – Número de municípios com cultivo de cebola por ano – RS**

ANO	Nº MUNICÍPIOS COM CULTIVO DE CEBOLA - RS	Nº DE MUNICIPIOS NO RS
1990	319	430
1995	391	467
1999	377	497

**Dados brutos: IBGE**

No Rio Grande do Sul a maioria dos municípios tem alguma produção de cebolas, inclusive Porto Alegre, a capital do estado, quem tem uma média de 10ha cultivados por ano. A Tabela 36 mostra o grande número de municípios que cultivam a cebola no Rio Grande do Sul.

### **3.3.2 Quantidade Produzida**

A quantidade colhida no Litoral Centro no ano de 2000 foi de 78.600 toneladas de cebolas representando 43,28% do Rio Grande do Sul e 6,88% da produção nacional.

A média da quantidade produzida pelos municípios do Litoral Centro são 38.605t. para São José do Norte, 12.300t. para Mostardas e 23.493t. para Tavares. Vemos que conforme a Tabela 37 que os dois primeiros municípios estão produzindo abaixo de sua média enquanto o último está acima dela. Mesmo assim a região está produzindo acima de sua média anual que são 71.048 toneladas no período 1980 – 2000.

Verifica-se que a quantidade produzida era maior no passado devido a maior área plantada mas está aumentando anualmente devido a maior produtividade (Gráfico 10). A maior quantidade colhida pelo Litoral Centro foi na safra de 1981 com 95.663t. Em termos percentuais a safra de 1996 foi a melhor em relação ao estado do Rio Grande do Sul com 61,90% da cebola colhida. Em relação ao país a melhor safra foi a de 1985 com 13,42% da produção nacional.

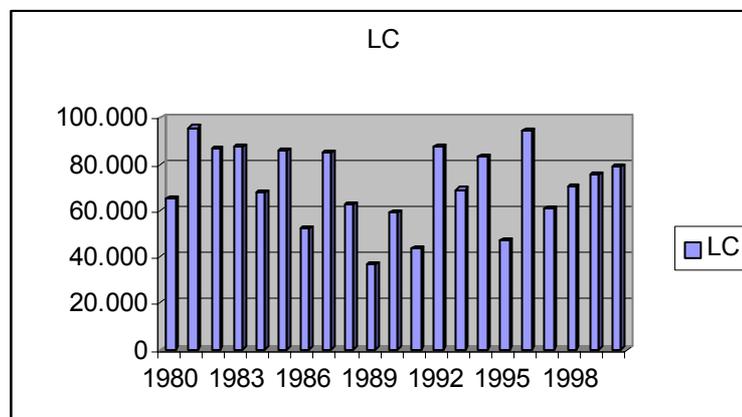
**Tabela 37 – Quantidade Produzida(t) de Cebolas no Litoral Centro (1980 – 2000)**

ANO	SÃO JOSÉ DO NORTE	MOSTARDAS	TAVARES	LITORAL CENTRO
1980	33.410	31.819	*	65.229
1981	57.000	38.663	*	95.663
1982	49.434	36.909	*	86.343
1983	49.434	13.800	24.310	87.544
1984	37.050	8.531	21.840	67.421
1985	48.000	12.382	25.080	85.462
1986	30.000	7.797	14.665	52.462
1987	40.000	12.870	31.680	84.550
1988	41.030	SD	21.600	62.630
1989	31.500	5.304	20.512	36.804
1990	31.500	11.040	16.450	58.990
1991	25.000	5.226	13.300	43.526
1992	48.000	10.780	28.600	87.380
1993	35.036	9.900	24.000	68.936
1994	38.500	9.900	35.000	83.400
1995	25.000	6.180	15.750	46.930
1996	53.728	9.825	30.600	94.153
1997	29.900	6.500	24.000	60.400
1998	37.000	6.500	27.000	70.500
1999	33.600	7.000	34.500	75.100
2000	36.600	7.500	34.500	78.600

Dados brutos: IBGE - \* Ainda não emancipado – SD Sem Dado

Quanto a menor quantidade colhida foi na safra de 1989 com 36.804t. Em termos percentuais negativo também foi na safra de 1989 a menor quantidade colhida com 28,90% em relação a produção gaúcha e 4,62% em relação a produção nacional.

**Gráfico 10 – Quantidade produzida (t) de cebolas no Litoral Centro 1980 – 2000**



Dados brutos: IBGE

Comparando-se as quantidades produzidas no Litoral Centro com o total das quantidades produzidas nos estados (Tabela 26) podemos observar que nas últimas três safras a produção da área de estudos foi menor apenas que Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul (descontando a quantidade produzida no Litoral Centro) mostrando a importância da região como abastecedora de cebolas a nível nacional.

Para esta especialização produtiva as cidades da região têm estrutura de armazenamento e comercialização, algumas específicas para o produto outras de forma arcaica e/ou improvisada<sup>6</sup>. Para armazenar a safra, a maioria dos produtores tem em sua propriedade algum tipo de abrigo chamado de Galpões Rústicos, mas também existem paióis e depósitos.

**Tabela 38 – Locais de Armazenagem da produção de cebolas (t)**

TIPOS / TON. MUNICÍPIO	GALPÕES RÚSTICOS	TON.	PAIÓIS	TON.	DEPÓSITOS	TON.
<b>São José do Norte</b>	2.500	40.000	100	8.000	1	2.000
<b>Mostardas</b>	898	10.780	4	320	-	-
<b>Tavares</b>	1.500	18.000	3	240	-	-
<b>Total</b>	4.898	68.780	107	8.560	1	2.000

Fonte: Escritórios Municipais da EMATER – 1996

Estes totalizam 5.006 locais de armazenagem podendo abrigar 79.340 toneladas de cebola, podendo teoricamente estocar toda a safra da região ao mesmo tempo (Tabela 38). Na realidade muitos destes locais estão sem condições de manter a safra até por poucos dias, de acordo com que foi visto no trabalho de campo, devido a má conservação dos mesmos, oriunda da descapitalização do camponês.

O destino da produção de cebolas dos camponeses do Litoral Centro é em mais de 93% as mãos dos intermediários, como demonstra a Tabela 39.

**Tabela 39 - Destino da produção de Cebola - em %**

DESTINO	INDÚSTRIA	INTERMEDIÁRIO	CONS. DOMÉSTICO	OUTROS
<b>São José do Norte</b>	-	98,0	-	2,0
<b>Mostardas</b>	-	93,0	1,0	6,0
<b>Tavares</b>	-	93,0	1,0	6,0

Fonte: Escritórios Municipais da EMATER – 1996

<sup>6</sup> Na cidade de São José do Norte locais onde funcionam “danceterias” fora da época de safra são utilizados para fazer o toalete, classificação e embalagem da cebola.

A ausência de agroindústria na região faz com que inexista a aquisição de cebolas por parte desta atividade econômica.

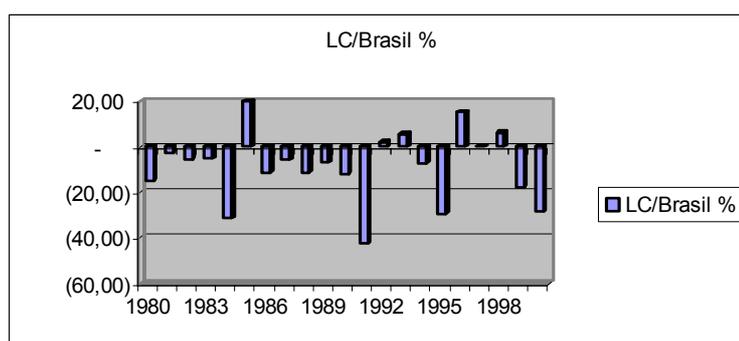
Conforme já citado na área colhida, além do Litoral Centro, destacaram-se os seguintes municípios com relevante quantidade produzida na safra 2000: Rio Grande com 18.000t., Canguçu com 7.200t., Pelotas com 7.994t., São Lourenço do Sul com 2.400t., Antonio Prado com 8.168t., Ipê com 2.400t. e Nova Roma do Sul com 6.720t. Individualmente o município de São José do Norte sempre teve a maior quantidade produzida no Rio Grande do Sul

### 3.3.3 Produtividade Média

Quanto a produtividade média por hectare no Litoral Centro no ano de 2000 foram colhidos 10.939 quilos por hectare de cebolas representando 12,74% acima do índice do Rio Grande do Sul e 28,39% abaixo do índice médio nacional.

A média da produtividade por hectare dos municípios do Litoral Centro são 10.170kg para São José do Norte, 10.782kg para Mostardas e 13.015kg para Tavares.

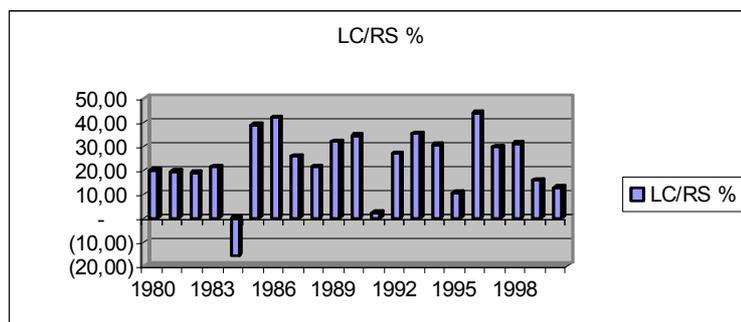
**Gráfico 11 – Comparativo em porcentagem de Produtividade Média  
Litoral Centro – Brasil (1980 – 2000)**



Dados Brutos: IBGE

Observa-se, conforme a Tabela 40, que os municípios de São José do Norte e Tavares estão com a produtividade acima de sua média enquanto Mostardas está com produtividade abaixo dela. Mesmo assim a região está com produtividade acima de sua média anual que são 10.889kg no período 1980 – 2000.

**Gráfico 12 – Comparativo em porcentagem de Produtividade Média  
Litoral Centro – Rio Grande do Sul 1980 - 2000**



**Dados Brutos: IBGE**

A cultura de cebola, dependendo dos tratos culturais, pode atingir um rendimento de até 30.000 kg/ha. Isso pode ser confirmado através de dados da EMBRAPA/SP, onde existem muitas áreas plantadas que apresentam esse rendimento.

A maior produtividade média exibida pelo Litoral Centro foi na safra de 1996 com 14.814kg por hectare. Em termos percentuais a safra de 1996 também foi a melhor em relação ao estado do Rio Grande do Sul com 43,92% acima da produtividade, em relação ao país a melhor safra foi a de 1985 com 19,84% acima da produtividade média nacional. Em relação a comparação com a produtividade média nacional o Litoral Centro obteve em apenas cinco safras produtividade maior, conforme mostra o Gráfico 11.

A menor produtividade foi na safra de 1991 com 6.650kg. Em termos percentuais negativo aconteceu na safra de 1984 com 15,40% abaixo da produtividade gaúcha e 42,57% abaixo em relação a produtividade média nacional, na safra de 1991.

Em relação a comparação com a produtividade média do Rio Grande do Sul o Litoral Centro obteve apenas uma safra produtividade menor (1984), conforme mostra o Gráfico 12.

Ao nível de Rio Grande do Sul destacam-se a produtividade média dos municípios de Rio Grande com 12.000kg/ha e Antônio Prado com 20.420kg/ha. Fica o registro que na área de estudo, os entrevistados declararam ter produtividade maior que os dados oficiais. Em Tavares foi divulgado uma produtividade de 20.000kg/ha com picos de 22.000kg/ha.

**Tabela 40 – Produtividade Média - kg/Ha de Cebolas no Litoral Centro  
1980 - 2000**

ANO	SÃO JOSÉ DO NORTE	MOSTARDAS	TAVARES	LITORAL CENTRO
1980	7.998	9.996	-	8.863
1981	9.500	11.500	-	10.218
1982	9.507	11.185	-	10.158
1983	9.507	12.000	11.000	10.227
1984	6.175	8.125	9.100	7.135
1985	12.000	15.100	15.200	13.209
1986	7.500	11.500	12.100	8.907
1987	8.889	13.000	13.300	10.716
1988	9.150	SD	12.000	9.967
1989	7.000	10.400	12.820	10.073,33
1990	7.000	12.000	11.750	10.250,00
1991	6.250	6.700	7.000	6.650,00
1992	12.000	11.000	13.000	12.000,00
1993	13.964	11.000	16.000	13.654,67
1994	11.000	11.000	14.000	12.000,00
1995	10.000	7.700	9.000	8.900,00
1996	14.342	13.100	17.000	14.814,00
1997	13.000	10.000	16.000	13.000,00
1998	14.800	10.000	15.000	13.266,67
1999	12.000	10.000	15.000	12.333,33
2000	12.000	10.000	15.000	12.333,33

Dados brutos: IBGE - \* Ainda não emancipado – SD Sem Dado

A maior produtividade de Tavares, em relação aos outros municípios, se caracteriza pelas ações de extensão rural, principalmente aos estudos de solo no município que inclusive leva o adubo a vir formalizado de fábrica, ou seja, tem as necessidades de nutrientes da cebola preenchidas de acordo com a ausência destes no solo. Foi realizada a análise de solo nas pequenas propriedades rurais e o adubo foi prescrito de acordo com estas características e vem de fábrica com a mistura de nutrientes específica para as condições de solo do município, baixando custos e evitando desperdícios.

Comparando-se a produtividade do Litoral Centro com a produtividade dos estados (Tabela 27) podemos observar que São Paulo sempre teve produtividade muito superior ao Litoral Centro, em algumas safras até foi o dobro desta. Pernambuco e Bahia também sempre tiveram produtividade maior que a região de estudo. Santa Catarina teve produtividade média maior nas últimas duas safras. A produtividade da safra 1999/2000 do Litoral Centro foi maior apenas que a do Paraná e do Rio Grande do Sul (no conjunto)

mostrando a problemática da região com a falta de assistência técnica e a descapitalização dos camponeses.

### 3.3.4 Rentabilidade Média

Para simplificar e melhorar o entendimento neste item a unidade de medida utilizada será o quilograma (kg). O valor médio recebido pela produção, dados oficiais divulgados pelo IBGE para o Litoral Centro no ano de 1999, foram de R\$ 0,22 por kg de cebolas representando 8,33% abaixo do valor médio do Rio Grande do Sul e 15,38% abaixo do valor médio nacional para esta safra.

A média do valor pago por kg de cebola nos municípios do Litoral Centro (período 1994 a 1999) são R\$ 0,23 para São José do Norte e R\$ 0,19 para Mostardas e Tavares.

Conforme a Tabela 41, o município de São José do Norte recebeu nesta safra o valor da sua média por kg, ou seja R\$ 0,23. Tavares e Mostardas receberam valores acima de sua média no mesmo período. A região conseguiu valores superiores a sua média dos últimos seis anos recebendo R\$ 0,22.

Tabela 41 – Valores recebidos por quilograma de cebola 1994 - 1999

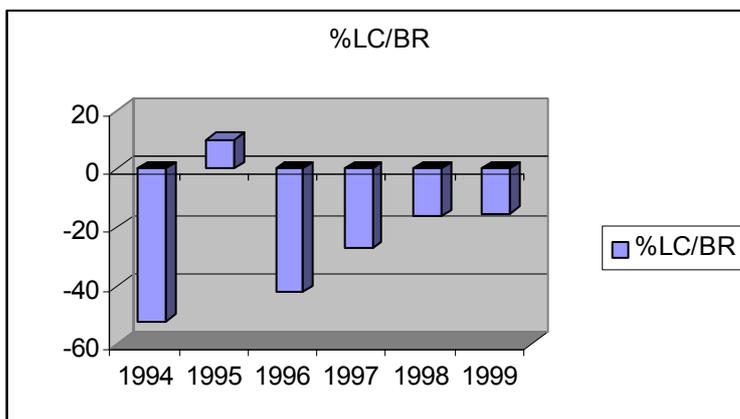
<b>ANO</b>	<b>SÃO JOSÉ DO NORTE</b>	<b>MOSTARDAS</b>	<b>TAVARES</b>	<b>LITORAL CENTRO*</b>
<b>1994</b>	0,08	0,14	0,12	0,11
<b>1995</b>	0,39	0,25	0,25	0,33
<b>1996</b>	0,10	0,11	0,11	0,11
<b>1997</b>	0,32	0,17	0,18	0,24
<b>1998</b>	0,28	0,24	0,24	0,26
<b>1999</b>	0,23	0,22	0,21	0,22
<b>Média</b>	0,23	0,19	0,19	0,21

Dados brutos: IBGE \* Média dos três municípios

O maior valor médio recebido pelo quilograma no Litoral Centro foi na safra de 1995 com R\$ 0,33. Em termos percentuais a safra de 1995 também foi a melhor em relação ao estado do Rio Grande do Sul e o Brasil com 10,0% acima do valor médio pago pelo quilograma. Em relação a comparação com o valor médio recebido pelo

quilograma nacional o Litoral Centro obteve em apenas uma safra valor maior, conforme mostra o Gráfico 13.

**Gráfico 13 – Porcentagem – Rentabilidade Média – Litoral Centro/Brasil  
1994 - 1999**

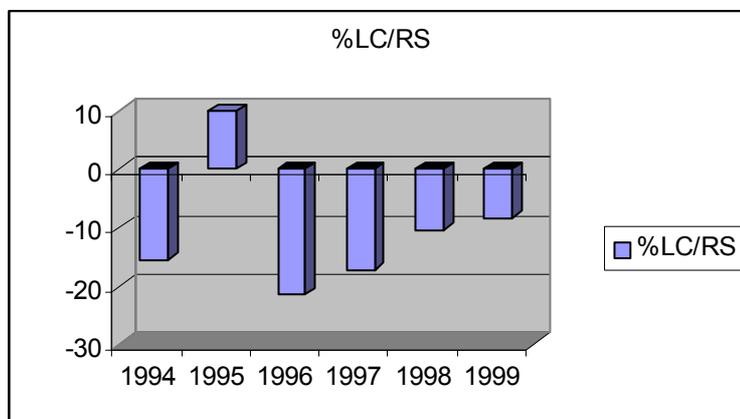


Dados brutos: IBGE

O menor valor recebido foram nas safras de 1994 e 1996 com R\$ 0,11. Em termos percentuais negativos aconteceram na safra de 1994 com 21,43% abaixo do valor gaúcho e 52,17% abaixo em relação ao valor médio nacional na safra 1996.

Em relação a comparação com o valor médio do Rio Grande do Sul o Litoral Centro obteve em apenas uma safra valor médio maior, conforme mostra o Gráfico 14.

**Gráfico 14 – Porcentagem – Rentabilidade Média –  
Litoral Centro/Rio Grande do Sul 1994 - 1999**



Dados brutos: IBGE

Em nível de Rio Grande do Sul destacam-se os valores médios recebidos pelos produtores de cebola dos municípios de Antônio Prado e Ipê com R\$ 0,35 o quilograma na safra de 1999 e média no período 1994 – 1999 de R\$ 0,30. Chama-se a atenção que os municípios do Rio Grande do Sul com pequena e/ou insignificante área colhida tem valor médio de comercialização do quilograma de R\$ 0,29 no mesmo período. Percebe-se deste modo que o cultivo realizado fora dos grandes pólos produtores tem uma maior valorização por atender diretamente o consumidor e não haver grandes custos de transporte.

Comparando-se o valor pago pelo quilograma do Litoral Centro com o valor pago nos estados (Tabela 28) podemos observar que São Paulo sempre teve valor recebido muito superior ao Litoral Centro, exceto em uma safra (1997) que foi a melhor em termos de preço recebido no Brasil. Pernambuco e Bahia também sempre tiveram maiores valores recebidos que a região de estudo. Santa Catarina teve valores recebidos por quilograma menores que o Litoral Centro nas duas últimas safras pela abundante oferta do produto, inclusive sendo o único estado o qual o Litoral Centro teve valores recebidos por quilograma superior, mostrando a falta de remuneração adequada ao trabalho do camponês produtor de forma a conseguir viabilizar o seu sustento e o da sua família.

### **3.3.5 - Relação custo de produção x valor recebido**

Neste item vamos fazer a relação dos custos de produção e o valor recebido pelo produtor por sua safra.

Segundo a EMATER os custos de produção de 1 hectare de cebolas são de R\$ 1.824,00 divididos em R\$ 884,00 de insumos e R\$ 940,00 de serviços e/ou mão-de-obra, conforme a Tabela 42. No custo do hectare plantado não está incluída a manutenção de galpões e transporte de insumos até o local da produção, que em determinadas localidades é muito caro devido a inexistência de estradas.

Nesta tabela está incluída a remuneração dos serviços do produtor camponês, isto é, se ele efetivamente executou os serviços. Segundo as entrevistas realizadas no trabalho de campo os produtores tiveram uma despesa média de R\$ 1.500,00 por hectare, incluindo insumos e mão-de-obra. Desta maneira podemos concluir que o

produtor camponês realizou serviços com valor entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 e que precisa recuperar o valor deste trabalho.

**Tabela 42 - Custo de produção de cebola – 1 ha (Safrá 2000 – 2001)<sup>7</sup>**

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO R\$	CUSTO ORÇADO R\$
<b>1. INSUMOS</b>				
Calcário	kg	1.000	0,045	45,00
Esterco Curral	t	10	12,50	125,00
Adubo	Kg	500	0,37	185,00
Nitrato de Amônia	kg	200	0,28	56,00
Cloreto de Potássio	kg	50	0,41	20,50
Semente Fiscalizada	kg	2,5	40,00	100,00
Inseticida	l	1,0	29,00	29,00
Herbicida total	l	4,0	12,00	48,00
Herbicida pré-emergente	l	2,0	16,00	32,00
Herbicida pós-emergente	l	1,5	42,00	63,00
Fungicida Preventivo	kg	4,0	13,00	52,00
Fungicida p/ Alternária	l	1,5	49,00	73,50
Fungicida p/ mildio	kg	1,0	46,00	46,00
Espalhante adesivo	l	2,0	4,50	9,00
<b>SUB-TOTAL</b>				884,00
<b>2. SERVIÇOS</b>				
Calagem	D/H	0,5	10,0	5,00
Lavração/gradagem	h/tr	5,0	25,00	125,00
Encanteiramento	h/tr	2,0	25,00	50,00
Adubação	D/H	2,0	10,00	20,00
Adubação cobertura	D/H	2,0	10,00	20,00
Incorporação adubo	h/tr	2,0	25,00	50,00
Sulcamento	D/H	3,0	10,00	30,00
Transplante	D/H	15,0	15,0	225,00
Aplicação Agrotóxico	D/H	5,0	10,00	50,00
Colheita/Cura ao Sol	D/H	15,00	10,00	150,00
Transporte Interno	h/tr	1,0	25,00	25,00
Cura e Armazenagem	D/H	10,0	10,0	100,00
Toalete e Classificação	D/H	9,0	10,00	90,00
<b>Sub-Total 2</b>				940,00
<b>TOTAL</b>				1.824,00

Fonte: EMATER – Mun. Rio Grande - D/H = Dias homens – h/tr = Hora Trator

Segundo informações dos camponeses produtores na safra de 1999, colhida entre dezembro de 1999 e janeiro de 2000, “quem recebeu R\$ 0,10 por quilo, deu graças a Deus”. A safra 2000/2001 foi melhor para o camponês recebendo entre R\$ 0,25 e R\$ 0,22

<sup>7</sup> Tabela confeccionada em maio/2000 – Valor do Dólar no dia 10/05/2000 = R\$ 1,82.

o quilograma descontando 12% do valor se a toaleta (corte da haste e da raiz) não foi realizada.

De acordo com a Tabela 41, com dados oficiais do IBGE, os produtores do Litoral Centro receberam R\$ 0,22 pelo quilograma na safra de 1999 o que vai frontalmente contra os dados indicados pela EMATER/RS e divulgados semanalmente pelo Jornal Correio do Povo de Porto Alegre, mostrados na Tabela 43, e ainda a informação direta do camponês produtor. Segundo as reportagens do Jornal Correio do Povo dos dias 05/12 e 13/12 de 1999 o produtor recebia entre R\$ 0,05 e R\$ 0,10 por quilograma. Em 29/01/2000 a reportagem dizia que o produtor recebia R\$ 0,07 (sete centavos) por quilograma, apesar da EMATER/RE divulgar R\$ 0,13, conforme a mesma tabela.

**Tabela 43 – Preços (R\$) recebidos pelos produtores de cebolas no RS - Sc 20 kg**

<b>PERÍODO</b>	<b>PREÇO MÍNIMO</b>	<b>PREÇO MÉDIO</b>	<b>PREÇO MÁXIMO</b>	<b>VALOR MÉDIO KG</b>
<b>19 a 23/01/1998</b>	4,00	4,60	5,00	0,22
<b>18 a 23/01/1999</b>	3,00	4,00	5,00	0,20
<b>17 a 21/01/2000</b>	1,60	2,55	3,50	0,13
<b>15 a 19/01/2001</b>	3,00	5,50	7,00	0,26

Fonte: EMATER - RS / CORREIO DO POVO

Diante dos dados mostrados neste estudo podemos fazer um exercício contábil. Multiplicando-se R\$ 0,22 por 20 quilogramas (saco de cebolas) teremos um produto de R\$ 4,40 o que não condiz com o recebido pelos produtores e divulgados pelo órgão de assistência técnica. Na realidade os produtores receberam em torno de R\$ 2,00 o saco de 20kg de cebolas na safra de 1999, sendo que a diferença do divulgado pela EMATER foi recebida pelo intermediário.

Na safra de 2000 colhida entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001 o camponês produtor recebeu a média de R\$ 0,23 por quilograma descontando 12% para fazer a toaleta, ficando um total médio de R\$ 4,00 o saco de 20kg. Da mesma forma do ano anterior a diferença ficou com o intermediário.

A Tabela 44 informa o valor da cebola do Rio Grande do Sul, das últimas duas safras, vendida por atacado no Entrepasto Terminal de São Paulo onde mostra uma tendência de dobrar de preço naquele terminal (considerando o preço máximo), em relação aos divulgados pela EMATER/RS.

**Tabela 44 - Preços (R\$) da cebola gaúcha recebida por atacado no Entrepasto Terminal de São Paulo - Sc 20 kg**

PERÍODO	PREÇO MÍNIMO	PREÇO MÉDIO	PREÇO MÁXIMO
18/02/2000	5,50	-	6,00
26/01/2001	12,00	13,00	14,00

Fonte: Ceagesp/Gazeta Mercantil (2001)  
 Bolsinha Informs - SP publicação da Bolsinha de Cereais (2000)  
 Valor do Dólar no dia 26/01/2001: R\$ 1,973

As duas tabelas de preços, pela proporcionalidade de seus dados, dão consistência ao nosso pensamento de que os dados oficiais não estão corretos quanto ao valor recebido pelos camponeses produtores de cebolas nas referidas safras.

Em relação ao valor efetivamente recebido, o custo de produção e a produtividade média por hectare podemos inferir o seguinte resultado para a safra de 1999:

- a) valor recebido por quilograma igual a R\$ 0,10;
- b) produtividade média declarada pelos camponeses produtores de 15.000kg/ha;
- c) custo de produção declarado pelos camponeses produtores em torno de R\$ 1.500,00 o hectare.

Visualizamos melhor esta situação na Tabela 45, abaixo.

**Tabela 45 – Demonstrativo do resultado financeiro da safra de cebolas 1999/2000 no Litoral Centro**

VALOR LÍQUIDO RECEBIDO PELO KG	PRODUTIVIDADE MÉDIA	CUSTO DE PRODUÇÃO	RECEITA	RESULTADO
<b>R\$ 0,10</b>	<b>15.000kg/ha.</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>	<b>R\$ 0,00</b>

Dados: Jones Muradás

Assim um quilograma valendo R\$ 0,10 multiplicado pela produtividade média declarada pelos camponeses produtores de 15.000 quilogramas por hectare resulta em um valor de R\$ 1.500,00. Portanto chegamos ao resultado financeiro dos camponeses produtores de cebolas para a safra de 1999. Foram investidos o valor de R\$ 1.500,00 em insumos e serviços e tiveram uma receita com a venda das cebolas de R\$ 1.500,00. O resultado foi que os camponeses realizaram trabalho gracioso para o intermediário e a cadeia comercial da cebola.

Em analogia ao discorrido acima, para a safra de 2000 colhida entre dezembro de 2000 e janeiro de 2001 o camponês produtor foi um pouco melhor, conforme o Tabela 45. De qualquer forma a remuneração pelo trabalho de cultivo realizado pelo camponês é inexpressiva sendo inferior a um salário mínimo<sup>8</sup> mensal, por hectare plantado, no decorrer do ano de 2001.

**Tabela 45 – Demonstrativo do resultado financeiro da safra de cebolas  
2000/2001 do Litoral Centro**

VALOR LÍQUIDO RECEBIDO PELO KG	PRODUTIVIDADE MÉDIA	CUSTO DE PRODUÇÃO	RECEITA	RESULTADO
<b>R\$ 0,20</b>	<b>15.000kg/ha.</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>	<b>R\$ 3.000,00</b>	<b>R\$ 1.500,00</b>

**Dados: Jones Muradás**

Vamos fazer um outro exercício, agora das despesas e rendimentos de um intermediário local. Tomando o município de Tavares como exemplo, um produtor recebeu do intermediário local R\$ 0,23 o quilograma de cebola Tipo 3 e em perfeito estado de conservação, o qual foi descontado 12% do toaleta restando R\$ 0,20 por quilograma. O intermediário local de posse desta cebola terceirizou o serviço do toaleta pagando cerca de R\$ 0,50 por vinte quilogramas, selecionou e embalou. O saco de polietileno ou polipropileno para embalar a cebola custa R\$ 0,50 e a mão de obra para selecionar e embalar está em torno de 1,5 salário mínimo durante o tempo em que houver trabalho, isto é, um período de 2 meses. São necessários de três (3) a cinco (5) homens de acordo com o volume de cebolas a disposição deste intermediário. Considerando que o intermediário compra a produção de dez camponeses com um total de 150 toneladas (15t por produtor) pagou R\$ 34.500,00 e descontou 12% da toaleta pagando a prazo (60 dias) R\$ 30.360,00, portanto o intermediário não desembolsou nenhum dinheiro pela cebola, só pagará (se não aplicar o calote) quando comercializar. Pagou pela toaleta R\$ 3.750,00 no fim de cada 30 dias de trabalho para diversas pessoas (após o toaleta restaram cerca de 145t - resíduos e perdas). Para os outros trabalhadores, cinco (5), pagou pelos dois meses R\$ 1.812,00. Despesas de transporte da propriedade do camponês até a cidade fica em torno de R\$

<sup>8</sup> Salário Mínimo de 2001: janeiro a abril igual a R\$ 151,00, de maio a dezembro igual a R\$ 180,00 totalizando r\$ 2.044,00 neste ano.

1.000,00 e com sacos de nylon mais R\$ 3.650,00. A despesa total do intermediário foi de R\$ 40.572,00. O quilograma de cebola equivale agora a R\$ 0,28. Portanto a cebola sai da área de produção pelo equivalente a R\$ 5,60 a saca de 20 quilogramas. A cebola, nas condições informada, custava em janeiro de 2001 o equivalente a R\$ 7,00 o saco de 20kg resultando ao intermediário um lucro de R\$ 0,07 o quilograma e R\$ 1,40 o saco. Mostramos acima que sem o risco de produção e quase sem capital o intermediário local, o primeiro da cadeia de intermediação, tem um lucro de R\$ 10.150,00 trabalhando com a produção de apenas dez camponeses. Na região de estudos existem mais de quatro mil (4.000) camponeses produtores que dependem da cebola como fonte de renda. A maioria dos camponeses (70%) está na categoria em transição (produção entre 10 e 50 t cebola/ano), 20% dos produtores têm um nível menor de produção comercial e são classificados como periféricos, sendo consolidados apenas 10% de produtores (produzem mais de 50 t/ano).

Cabe aqui informar que a cebola “in natura”, isto é, somente embalada, é isenta de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e faz parte da cesta básica de alimentos. Diante deste fato a cadeia de intermediários pode livremente transacionar o produto sem que haja a incidência do imposto em cascata e onerando o produto a cada transação.

Nesta safra, o lucro do intermediário local foi maior do que em relação a safra 1999/2000. Nas mesmas condições citadas acima ele obteve um lucro em torno de R\$ 0,20 por saco de 20kg, muito bom em relação ao camponês produtor que trabalhou de graça para toda a cadeia de comercialização. É interessante lembrar que após um ano muito ruim observou-se um outro alentador para o produtor, o que não deixa de ser uma tática dos que decidem pelo preço, para não matar a galinha dos ovos de ouro, ou seja, se os camponeses produtores abandonarem o cultivo, por plena descapitalização, os atravessadores não terão a quem explorar no futuro.

A existência de um grande número de intermediários, a nível nacional, até o consumidor final é uma característica básica na comercialização da cebola. Esta cadeia de comercialização acontece da seguinte forma: Os camponeses produtores vendem a cebola ao intermediário local que, por sua vez vende a um segundo intermediário que transaciona o produto aos atacadistas do estado e/ou do país, que repassa aos varejistas de sua região ou entrega o produto diretamente aos agentes compradores das redes de supermercados. Esta é

a cadeia mínima podendo existir ainda uma ou mais intermediações. Se os produtores conseguirem, via organização, eliminar um atravessador da cadeia de comercialização vão ter um retorno financeiro significativo.

A cultura da cebola da região apresenta uma alta sensibilidade para a competitividade no país e em nível de Mercosul devido a sua posição geográfica e o baixo nível tecnológico de produção. A entrada em grande quantidade da cebola catarinense no mercado brasileiro a partir de 1985, com menor custo de produção e mais próxima dos principais centros consumidores (menor valor do frete), aumentou a oferta no mercado nacional e diminuiu o já minguado lucro dos produtores da região.

Mas não é este, no nosso entender, o fator do baixo valor da cebola local. Quem fixa os preços da cebola são os atacadistas estabelecidos na cidade de São Paulo. O valor é pago ao camponês de acordo com as possibilidades de retiradas da mais valia pela cadeia de intermediários e o custo de transporte, ou seja, todos ganham um pouco e o camponês produtor fica com a sobra ou nada. Toda a cadeia se ajusta ao patamar de preço estabelecido na cidade de São Paulo.

O que dá sustentação a nossa idéia é que o valor de venda da cebola catarinense na cidade de São Paulo (Tabela 47) é igual ou poucos centavos maior em relação à cebola gaúcha (Tabela 44), mesmo com a melhor qualidade do produto. Na nossa opinião esta é a maior restrição econômica ao cultivo, e de difícil solução, prejudicando diretamente o camponês produtor.

**Tabela 47 - Preços (R\$) da cebola catarinense recebida por atacado no Entrepósito Terminal de São Paulo - Sc 20 kg**

<b>PERÍODO</b>	<b>PREÇO MÍNIMO</b>	<b>PREÇO MÉDIO</b>	<b>PREÇO MÁXIMO</b>
18/02/2000	5,50	-	6,00
26/01/2001	12,55	13,55	14,55

Fonte: Ceagesp/Gazeta Mercantil (2001)  
Bolsinha Informs - SP publicação da Bolsinha de Cereais (2000)  
Valor do Dólar no dia 26/01/2001: R\$ 1,973

Os problemas de preço pela safra também ocorrem em Santa Catarina, maior produtor nacional. Segundo o Jornal Folha de São Paulo (26/02/2000), na safra 1999/2000 apesar de uma produção 30% maior do que no ano anterior os camponeses faturaram 50% a

menos. Diz a reportagem que os produtores tiveram um lucro de R\$ 0,02 (dois centavos) por quilograma nesta safra enquanto que na anterior tiveram R\$ 0,04 (quatro centavos).

No decorrer da safra 2000/2001, nos supermercados da cidade de Porto Alegre, verificamos que o consumidor final, com raras exceções, pagou menos que R\$ 0,75 o quilograma da cebola o que equivale dizer que houve uma elevação em torno de 250% do valor pago ao camponês produtor. Ao mesmo tempo observamos uma certa cartelização, mesmo em época da safra gaúcha os preços locais (RS) da cebola não baixam e estão atrelados aos preços de atacado de São Paulo.

Conclui-se, então, com este fato que existe efetivamente a fixação do preço de venda da cebola, a nível nacional, na cidade de São Paulo. Alonso (1984) ilustra bem a nossa argumentação:

“O que se tem observado a tendência de que as regiões mais ricas quase sempre obtêm preços relativamente mais altos do que os praticados pelas áreas atrasadas. Isto tem contribuído, em alguma medida, para que as desigualdades tenham persistido ou aumentado. Contribui para essa circunstância o fato de que os preços de muitos produtos das regiões pobres que são exportados tendem a ser determinados em grande parte nos centros econômicos importadores, geralmente as regiões mais ricas.”

Os princípios que regulam o mercado nacional da cebola condicionam a vida dos camponeses locais. Além das imposições das áreas ricas sobre as pobres estamos vendo também as ações da cidade sobre o campo. Segundo Lefebvre (1971) *“Hoje a vida camponesa carece de autonomia. Não pode evoluir de acordo com as leis próprias”*. As ações e decisões são deliberadas na cidade e são implementadas e refletidas no campo.

O acompanhamento da mídia impressa<sup>9</sup> com dados do Procon/ Dieese do Estado de São Paulo verifica-se que a cebola é o produto mais suscetível a aumentos de valores para o consumidor final. Os motivos vão desde a entrada de cebola por importação, estiagem que possa ocorrer no centro do país, greve de caminhoneiros e as vezes artimanhas inerentes deste mercado. Em resumo, o valor da cebola é majorado por qualquer circunstância no local de decisão da comercialização nacional não refletindo estes problemas nos preços pagos ao camponês produtor.

---

<sup>9</sup> Jornal Folha de São Paulo de 26/02/00 - 10/03/00 - 01/04/00 - 06/05/00 - 23/05/00 - 01/06/00.

Portanto, a percepção resultante nos estudos da situação da cultura da cebola no Litoral Centro é de que existe uma desarticulação do setor agrícola em nível nacional, ou seja, falta uma política agrícola para o Brasil, cada setor, em particular, age de uma forma que reflete nos demais estágios da cadeia produtiva agrícola regional. Nascimento (2001) se expressa com humor sobre o assunto e diz: *“A falta de política governamental tem causado mais estragos do que granizo ou secas”*.

O absurdo maior é a importação desnecessária do produto, cumprindo acordos comerciais, onerando a balança externa de pagamentos do país e concorrendo com a produção nacional, uma vez que existem excedentes nacionais do produto brasileiro.

Em relação ao cultivo de cebolas no Litoral Centro existe “quantidade” em relação a área colhida e resultado da produção com pouca “qualidade” na produtividade e rentabilidade, refletindo o atraso cultural/tecnológico/econômico da área. Além disso existe uma alta sensibilidade competitiva em relação a posição geográfica e também a qualidade do produto que leva a criar problemas de comercialização das safras.

Mas a maior restrição econômica da produção de cebolas do Litoral Centro, no nosso entender, é a fixação dos preços do produto no atacado no estado de São Paulo onde toda a cadeia de intermediários se adapta, cada um retirando um pouco, restando migalhas, ou nada, para o camponês produtor.

## **CAPÍTULO 4 – O CAMPONÊS CEBOLICULTOR E SUAS RELAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS**

Neste momento do estudo mostramos a sistematização dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com os camponeses produtores<sup>10</sup>, orientadas por um questionário padrão (em anexo) onde o camponês produtor de cebolas exteriorizou suas relações com a produção e com os outros atores da cadeia produtiva. São analisadas, neste capítulo, as medidas políticas micro e macro econômicas que se refletem na produção, o apoio recebido pelo produtor das prefeituras municipais, os órgãos governamentais de assistência à agricultura, o acesso às instituições financeiras, as relações com os intermediários, a propriedade, o processo de cultivo, a visão do mercado e comercialização do produto, e outros aspectos sempre na ótica do produtor.

### **4.1 - O CAMPONÊS PRODUTOR E SUAS RELAÇÕES COM A CEBOLICULTURA**

Entre os produtores de cebola a grande maioria tem baixo nível de instrução e existe uma alta porcentagem de analfabetos. Alguns freqüentaram a escola no máximo

---

<sup>10</sup> Estabelecemos a denominação de “camponês produtor” para o cebolicultor desta área de estudo devido a este não ser um camponês típico e a análise de sua unidade de produção mostra que não é um produtor de subsistência que disponibiliza seu excedente e também não se pode dizer que seja o da propriedade familiar eficiente.

por cinco ou seis anos, enquanto a média de anos de estudos é de três anos. Os produtores mais jovens são os que têm mais anos de estudos.

A maioria dos pequenos camponeses produtores dos três municípios sempre plantaram cebolas, isto quer dizer que continuaram a fazer o que seus pais já faziam, uma vez que é uma monocultura tradicional nesta área. A preservação da “tradição” foi a maneira pela qual começaram seu cultivo próprio, por influência direta de seus pais. Os atuais produtores não sabem quando e como começou o cultivo comercial de cebola nesta região, mas sabem que isto ocorre a várias gerações.

Perguntado porque somente se planta cebolas nesta região responderam que é a única cultura comercial conhecida dos pequenos proprietários. Um produtor falou que a cebola é a fonte do negócio na região, acrescentando que *“antigamente só vendo a cebola na roça já tinha empréstimo no armazém”*, outro produtor disse *“que foi a coisa que mais deu, arrumou tudo graças à cebola”*.

Apesar dos grandes problemas de comercialização e outros inerentes a produção de cebolas nesta região o produtor não se afasta do cultivo, pois declara que *“vive da cebola”* e que *“não sabe fazer outra coisa”*. Sentimos nestas afirmações o enraizamento da cultura da cebola nos pequenos produtores desta região e também o despreparo técnico para outra cultura.

Os camponeses produtores quando foram indagados se consideravam-se profissionais da cultura da cebola e todos, sem exceção, pensaram um pouco antes de responder afirmativamente. Este tempo de raciocínio para uma resposta óbvia nos induz a pensar que para o produtor de cebola esta atividade é muito mais do que uma profissão, é algo que está intimamente ligado a vida destas pessoas, pois a grande maioria delas vivenciou esta realidade desde seu nascimento, vendo seus pais, avós e outros parentes ligados umbilicalmente na terra e na cultura da cebola.

Quanto a orientação técnica na produção o camponês produtor pouco se vale de órgãos técnicos demonstrando que ainda existe o empirismo do produtor. O produtor traz consigo uma bagagem transmitida de pai para filho e quando indagado quem lhe orienta no cultivo disseram *“vou por mim”* e *“planto na prática”*.

Os produtores que não diversificam suas atividades agrícolas, ou seja, não plantam outra cultura fora do calendário agrícola da cebola, trabalham como mão-de-obra assalariada na cultura do arroz, o que ocorre nos municípios de São José do Norte e

Mostardas. Em São José do Norte os pequenos produtores também se ocupam da pesca de subsistência ou profissional quando não estão cuidando da produção de cebolas.

A horta de subsistência está sendo abandonada, é utilizada somente pelos produtores que estão mais distantes das cidades. O fato do trabalho assalariado de uns, aposentadoria de outros com a conseqüente entrada desta receita são as razões para não haver a horta de subsistência da família. Um relato importante foi dado por um camponês em relação do porquê não tinha horta: “*A cebola não dá nada. Eu tenho certo 300 reais por mês e dá para ir se virando*” falando da receita com sua aposentadoria somada com a da sua esposa, um salário mínimo de cada, totalizando R\$ 302,00.

A possibilidade de haver alteração de produção, isto é, trocar a cebola por outra cultura ou consorciar com esta, neste momento não está sendo cogitada. As razões, duas de maneira geral, são: não saberem os produtores para que produto trocar ou a que cultura se dedicar e a segunda as mesmas razões que os levaram a não ter hortas, ou seja, trabalho assalariado e aposentadoria.

Em relação à família os cebolicultores disseram que estas lhes ajudam, mas apurou-se que na realidade, ou trabalham sozinhos ou contratam mão de obra por empreitada<sup>11</sup>. Está ocorrendo um processo em que os adolescentes homens pouco têm se empenhado em relação a dar continuidade na atividade do pai, estando mais preocupados de estarem na cidade e usufruírem desta outra realidade. Desconsiderando os que estudam, trabalham ou se ocupam em atividades eminentemente urbanas. Portanto a faixa etária dos produtores de cebola é elevada e não parece que os jovens, filhos dos produtores, estejam inclinados a continuar plantando. Registra-se que a média de idade do pequeno produtor rural na área é de mais de 50 anos de idade, o que identifica uma população rural em processo de envelhecimento.

Os empregados (por tarefa), na média de três, são usados no plantio e na colheita, de 6 a 9 dias de trabalho no total por safra, para um hectare. Para isto receberam na safra 2000/2001 entre R\$ 25,00 e R\$ 30,00 para plantarem (transplantar) ou colherem 1.000 (mil) réstias<sup>12</sup> de cebola.

Na Foto 12, observa-se alguns safristas fazendo a colheita da cebola no município de Mostardas em um estabelecimento de um produtor que utiliza os moldes

---

<sup>11</sup> Contratação de mão-de-obra por tarefa, ao conclui-la o trabalhador é dispensado.

<sup>12</sup> Uma réstia igual a 30 mudas ou 30 cebolas geralmente plantadas em 1m<sup>2</sup>; 10.000 réstias equivalem à plantação em 1 ha.

capitalista de produção, ou seja, planta empresarialmente. Um dos safristas utilizados neste estabelecimento disse: “É uma exploração. Recebemô R\$ 30,00 prá colhê mil réstia<sup>13</sup>”.

**Foto 12 – Safristas colhendo cebolas**



Foto: Jones Muradás

#### **4.2 - O RECURSO TERRA**

Na cultura da cebola, considerando a realização dos tratos culturais nas fases da cultura, a mão de obra utilizada para isto e a possibilidade de executar esta tarefa equivale a 1 (um) homem por hectare/ano ou safra. Além deste motivo principal os outros que ocorrem na região são o de não poder cuidar da cultura, devido a idade avançada e o reduzido tamanho dos estabelecimentos (minifúndios). Há também os camponeses produtores que teriam o espaço mas necessitariam de mão de obra quase permanente e pagamento de salários, o que os inviabilizariam financeiramente.

Desta maneira a pequena propriedade e/ou a pequena agricultura familiar não tem capacidade de plantar cebolas em área muito superior do que 1 ha/ano pela incapacidade de fazer os tratos culturais necessários ao bom desenvolvimento da cultura. Verifica-se que a média de áreas plantadas na região de estudos fica em torno de 1,43ha de

---

<sup>13</sup> Mil réstias equivalem a trinta mil cebolas.

acordo com o mostrado na Tabela 34, o que comprova a impossibilidade do cultivo de cebolas em uma área maior, pela falta de mão de obra disponível ao nível familiar. Ao mesmo tempo em que não pode fazer os tratos culturais em áreas maiores a área que planta é insuficiente economicamente. Segundo Küchemann (1980)

*“Do ponto de vista econômico o minifúndio deve ser visto como uma ‘economia subempresarial’, como uma unidade econômica incapaz de sobreviver com a racionalidade econômica requerida pelo sistema capitalista, de proporcionar e garantir tanto vendas mínimas como estabilidade social”.*

Todos os produtores entrevistados se declararam proprietários da terra, só um deles tinha permissão de uso. A figura do arrendamento para o cultivo da cebola existe, mas somente com os produtores capitalizados que plantam empresarialmente ditos “grandes” que exploram até 25 ha. Nesta situação pode-se adaptar a forma de circuitos segundo Santos (1979) que o usa para o comércio urbano. Assim o circuito inferior da cebolicultura consiste de atividades de pequena escala, plantação em até 2 hectares, e diz especialmente respeito a produtores pobres e descapitalizados. O circuito superior ou moderno pouco existe na região mas começa a tomar força principalmente com a chegada de investidores capitalizados e que trazem consigo mecanização e tecnologia.

O custo da terra varia de acordo com a distância das sedes municipais, e está cotada, segundo os produtores, entre R\$ 3.000,00 perto da cidade e R\$ 1.500,00 mais longe desta, o hectare.

A eletrificação rural ainda engatinha na área de estudo, as propriedades somente têm energia elétrica quando perto da estrada RST 101 e as principais estradas municipais. No interior de São José do Norte nem perto da estrada, ou do que é chamado no que se transita, existe eletrificação. A água é retirada de poços em todos os municípios. Em termos de transporte, considerando que as sedes de Mostardas e Tavares recém foram ligadas por asfalto com a capital do Estado pode-se imaginar o quanto são precárias as estradas que ligam os distritos destes municípios. Quanto a São José do Norte as estradas municipais ainda são caminhos de carretas o que impede o transito dos camponeses em situações de chuva ou seca devido aos respectivos problemas de atoleiro.

### 4.3 AS TÉCNICAS DE CULTIVO

A ausência de tecnologia, a falta de infraestrutura na propriedade e descapitalização do camponês produtor inibe a utilização maciça da mecanização que é utilizada somente nos locais próximos as cidades através de máquinas das Associações pagando o produtor por hora trabalhada. Desta maneira o contraste é evidente em relação a outras áreas agrícolas do estado.

A terra é arada por trator solicitado pelo produtor junto a Associação Comunitária de cada município e pago em hora máquina, mais ou menos 3 horas de trabalho dá conta de 1 ha, na segunda etapa alguns utilizam animais na aragem. Todos os produtores manifestaram que gostariam de mecanizar totalmente o trabalho na terra, inclusive se dispõem a pagar hora máquina para isto.

Em razão do pequeno espaço da propriedade o cebolicultor faz pouca, ou não faz, a rotação de terras no cultivo. A produtividade nas propriedades é diferente em razão da semente utilizada, quantidade de insumos usados e outras questões inerentes a produção, como ataque de pragas, desta forma a produtividade média dos produtores entrevistados foi de 13800 kg/ha. Neste número foi computado um produtor com uma produtividade excelente e outro com sua cultura atacada por fungos e sem o tratamento adequado, de qualquer forma, excluindo estes dois, a média de produtividade seria a mesma. A produtividade oficial de cada município foi informada no Capítulo 3.

Segundo os produtores o “*sameio*”, ou seja, a semeadura é realizada no final de abril e início de maio com transplante em fins de julho início de agosto e a colheita realizada em novembro do tipo precoce, e dezembro para a de ciclo normal. Foi visualizado em trabalho de campo, em meados do mês de janeiro, que ainda havia produtores na fase de colheita. As principais variedades de cebola cultivadas são a Crioula Mercosul, Roxa, Baia Precoce e Baia Periforme.

O investimento do produtor na cultura em insumos teve um valor médio de R\$ 1.500,00 por hectare segundo informações da EMATER/RS e das empresas de comércio de insumos. Alguns produtores não sabiam precisar o valor investido na produção. Os produtores que não sabiam quanto tinham investido na produção eram os que tinham suas propriedades mais distantes das cidades, os produtores que sabiam quanto haviam investido não tinham qualquer registro ou anotação contábil, sabiam “*de cabeça*”.

Portanto o produtor não faz contabilidade dos seus negócios, isto é, não anota quanto gasta e quanto ganha e em consequência não sabe o resultado do seu trabalho.

Em relação aos insumos além da semente todos usaram adubo, uréia, esterco de galinha, em quantidade proporcional a área plantada. O defensivo agrícola foi utilizado, mas foi informado de forma indireta, ou seja, o produtor deu a entender que usava, durante a conversa. Chamou atenção que os camponeses produtores entrevistados, de maneira geral, omitiram a utilização de defensivos agrícolas. Dos produtores entrevistados somente um fez análise química do solo.

Quanto a plantar cebolas ecológicas sem usar pesticidas e defensivos agrícolas todos disseram que não tinham pensado a respeito, um camponês disse: *“tem mais saída, mas dá mais trabalho”*, Este camponês produtor planta em uma pequena área e também vende no varejo. O produtor do Litoral Centro, que está longe do grande público consumidor deste produto especial, ainda não se interessou neste tipo de cultivo. O maior problema do cultivo orgânico é o escoamento da produção pois o intermediário que faz isto não tem interesse em partilhar pequenas quantidades.

Na safra 2000/2001 todos os produtores entrevistados tiveram na sua cultura o fungo Míldio vulgarmente chamado de veludo ou lã, com exceção de um. Para combater o fungo, os produtores gastaram entre R\$ 106,00 e R\$ 300,00 incluídos na informação do custo de produção do hectare. O produtor entrevistado que não usou defensivos para o fungo perdeu quase toda a produção, não disse o motivo, mas muito provavelmente estava descapitalizado para adquirir o produto fungicida.

#### **4.4 - A COMERCIALIZAÇÃO - UM COMÉRCIO ATRASADO, MAS ESPECIALIZADO**

Os produtores que ainda armazenavam cebolas nos galpões disseram que não tinham perdido nenhuma quantidade (em torno de 30 dias da colheita). A maioria dos produtores colheu e vendeu diretamente, sem armazenar, na realidade estes produtores tinham galpões muito rústicos, em mau estado de conservação e de pequena capacidade de armazenagem. A cebola armazenada em galpões dura aproximadamente de 3 a 4 meses dependendo da sua qualidade.

Indagados se a construção de galpões comunitários melhoraria a comercialização da cebola todos disseram que sim, mas não disseram o motivo. Um produtor disse que “*dependia da comercialização e venda*” talvez querendo dizer que dependia do mercado na época da comercialização. Isto é mais uma mostra que os produtores de cebola sabem plantar, mas não sabem comercializar seus produtos.

Em relação ao conhecimento do mercado da cebola a metade dos entrevistados disse não conhecer, outros disseram que não eram bem orientados, ou seja, eles não sabiam e não tinham quem lhes orientassem sobre o funcionamento do mercado; quem disse que conhece o mercado e não teria dificuldades para procurar melhor preço vendeu rápido sua safra para os atravessadores.

Na safra 2000/2001 o valor recebido pelo produtor esteve entre R\$ 0,20 e R\$ 0,23 o quilograma do produto e esperavam receber mais. Disseram que o preço justo seria de R\$ 0,30. Deste valor é descontado 12% se a cebola for entregue sem ser feita a “toalete” ou seja, o corte da haste e da raiz. O camponês produtor discute muito o fato da cebola Tipo 1 e 2 valer a metade da Tipo 3 (Tabela 23). Em visualização rápida nos locais de venda a varejo em Porto Alegre encontra-se cebola Tipo 2, e até Tipo 1, misturada a Tipo 3 e maiores em um flagrante ato de esperteza dos intermediários para com os produtores.

Em relação ao resultado da safra 2000/2001 todos disseram que iriam lucrar, mas não sabiam quanto. Entendemos que não queriam informar. Outros camponeses não sabiam quanto tinham gasto e, por conseguinte não sabiam na realidade o resultado final. O que podemos afirmar é que na safra 2000/2001 os produtores realmente ganharam algum dinheiro, o que não ocorreu pelo menos nas últimas três safras, onde a maioria dos produtores mal conseguiu tirar o dinheiro do investimento, ou seja, o custeio dos insumos da safra. Como não existe contabilidade o produtor não percebe o resultado de seu trabalho.

Indagados se já pensaram em fazer algo para aumentar o valor da cebola (agregar valor) a totalidade dos camponeses entrevistados disseram que não, em razão do desânimo em produzir, doença e a idade avançada (cerca de 60 anos). O sentimento foi de que os produtores só querem ou somente sabem plantar, a atitude de fazer algo para agregar valor deixam para o intermediário e os outros segmentos verticais da cadeia de comercialização.

Da mesma forma disseram que comparando o presente com o passado, financeiramente já estiveram muito melhor. Um camponês produtor disse que *“hoje não pode fazer conta, contando com o dinheiro da cebola”*.

A safra de cebolas foi vendida de maneira geral para os intermediários, alguns ainda tinham cebola armazenada esperando melhor preço. Esta exceção é dos camponeses produtores que cultivaram pequenas áreas e que também vendem a varejo.

A relação do produtor com o intermediário que compra sua produção além de comercial é de amizade para pelo menos a metade dos entrevistados, a outra metade disse ser mais ou menos amigo destes. Citaram o fato que quando tem alguma dificuldade financeira para adquirir um insumo para controlar alguma deficiência da lavoura são assistidos pelo atravessador, pagando a ele posteriormente. O intermediário na realidade está preservando seu lucro futuro. Os intermediários locais atualmente preocupam-se em preservar este mercado, cumprindo os prazos de pagamento e cuidando para que o produtor tenha insumos a disposição como vimos acima.

O produtor não acredita, ou acha difícil, que poderia vender sua produção para outra pessoa ou empresa que não fosse o intermediário ganhando mais (um produtor que disse acreditar, vendeu rápido para o atravessador). De maneira geral o produtor entende que o papel do intermediário *“é ganhar dinheiro”*, mas concorda com o modo de procedimento deste. Um produtor idoso disse que o papel do intermediário *“não era bom, mas não via alternativas”*.

O calote é algo institucionalizado na cultura da cebola em razão dos altos e baixos dos preços do produto no início da cadeia comercial. O maior motivo se explica quando o intermediário combina um preço com um produtor para pagar em determinado tempo, neste período o preço da cebola cai no mercado e o intermediário fica sem capital para honrar o pagamento.

Também o estelionato está instalado na cadeia da cebola com compras realizadas com cheques pré-datados acompanhados por toda sorte de artimanhas. Segundo Fontoura (1995) *“Os negócios são efetuados “de boca”. Assim os produtores, na maioria analfabetos ou com nível baixo de escolaridade, tornam-se presas fáceis para o logro ou até mesmo o não pagamento pela venda da mercadoria”*. Segundo o Jornal Folha de São Paulo (26/02/2000), somente no ano de 1999, os produtores de cebola de Santa Catarina, perderam 20 % da safra, o equivalente a R\$ 5 milhões devido ao calote. O calote e/ou o

logro acontecem em grande escala na cadeia da cebola, não somente com os produtores menos esclarecidos mas também com as Cooperativas.

É difícil encontrar algum produtor que não tenha sofrido calote ou um golpe de estelionatários em pelo menos uma oportunidade. Atualmente, a maioria dos produtores somente vende sua produção a prazo e/ou em cheque pré-datado para os atravessadores conhecidos e moradores no município.

Os intermediários que também cultivam cebola, tem garantia de lucro devido à intermediação para os grandes atacadistas regionais. Seu lucro portanto, se dá mais pela intermediação do produto dos pequenos produtores do que pelo seu próprio cultivo e ainda tendo grande quantidade para disponibilizar ao atacadista.

O camponês produtor não sabe o destino da sua produção e o preço final vendido neste local. Sabe apenas que a grande maioria da cebola vai para São Paulo. Nenhum vendeu sua produção na Central de Abastecimento S/A - CEASA e não pensa em vender sua produção em outro local. Os produtores acham que a estrada totalmente asfaltada poderia melhorar a comercialização escoando a produção por São José do Norte, no entanto as opiniões em relação ao valor do produto são conflitantes, pois disseram que poderia acontecer de tudo, ou seja, baixar, manter-se e/ou aumentar o preço final.

#### **4.5 - OS CAMPONESES FALAM DOS ATORES**

Todos produtores fazem parte da Associação Comunitária por necessidade, pois esta dispõe de trator que faz trabalho de aragem coletivo. O produtor paga por hora máquina. Fora esta intervenção, o cultivo da cebola é realizado “*cada um por si*”, pois os produtores são extremamente individualistas. Não existe ajuda mútua nem troca de experiências.

Nenhuma agroindústria procurou os camponeses produtores para comprar sua produção e este também não procurou colocar sua produção neste ramo de atividade. Os produtores não pensam em ter uma pequena agroindústria vinculada a sua produção de cebolas. Também não sabem que existe financiamento para este projeto e quando foram informados desta possibilidade não mostraram interesse. Não se imaginam administrando este negócio por não terem espírito empreendedor, não pensam grande, estão acomodados esperando pela próxima safra.

O sindicato de trabalhadores rurais não lhes dá assistência em relação a defesa de seus interesses junto aos bancos, vendas para intermediários, etc., somente ajuda a encaminhar documentos e aposentadorias, na função de despachantes. Há os camponeses que disseram que: “*não ajuda em nada*”. O Sindicato, segundo eles, cobra para fazer declarações, preenchimento de fichas ou cadastros para empréstimos, etc, mas “*cobra a metade dos outros*” escritórios que fazem este serviço.

Os camponeses produtores de maneira geral não vêem nada de positivo ou de negativo no Sindicato em relação ao negócio cebola. Ele é inoperante neste sentido. Os produtores acreditam que o sindicato deveria ajudar mais na orientação da produção e que deveriam ter máquinas e tratores para ajuda-los no plantio, o que poderiam pagar por hora máquina.

Os comerciantes de insumos não são parceiros dos camponeses produtores. Em razão dos problemas de capitalização dos produtores os comerciantes de insumos não dão prazo, há somente a venda a vista, com medo de um possível calote. O adubo também é comprado via EMATER em Mostardas e Associações em Tavares e São José do Norte, a semente certificada é adquirida pelo sistema Troca-Troca nos Sindicatos e Associações Comunitárias, os outros insumos com empresas. A queixa é que compram insumos sem prazo e vendem a produção com prazo.

A Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento – SAA ajuda os produtores com a coordenação do Programa Troca-Troca com entrega de sementes certificadas e o reparo de alguns galpões. Os Sindicatos, Associações e a EMATER atuam como distribuidores das sementes e os recursos.

Em relação a EMATER os produtores disseram que não tem a assessoria dela, mas sabe-se que no caso dos cebolicultores que também plantam arroz foi a EMATER que fez o projeto de empréstimo via PRONAF no Banco do Brasil. Na verdade a orientação técnica, principalmente por parte da EMATER, se dá mais por parte do interesse dos produtores do que propriamente da possibilidade deste órgão, pois existe carência de pessoal técnico para atender a demanda. Foi citado um caso de má orientação por parte de um técnico da EMATER que levou um camponês produtor ao prejuízo em parte de sua lavoura, mas com certeza foi um mal entendido ou tratou-se de um caso isolado.

Com o desenvolvimento da região e a chegada do asfalto, em consequência a informação, em Mostardas e Tavares alguns cebolicultores estão diversificando a

produção plantando de uma a duas quadras de arroz com assistência da EMATER e feijão miúdo no mesmo local onde é plantada a cebola – após a colheita desta, aproveitando, como dizem, a “*força da terra*”, mas isto não é regra geral.

Os camponeses produtores praticamente não utilizam crédito agrícola via instituição bancária. Os créditos são realizados via Associações como no caso de Tavares. Os produtores estão descapitalizados, desta forma evitam os bancos e não fazem empréstimo de custeio para plantar cebolas. Vários produtores de Mostardas estão plantando arroz em área superior a cebola (de uma a duas quadras<sup>14</sup>) e tem empréstimo do PRONAF no Banco do Brasil, neste caso os empréstimos foram realizados com a garantia da safra. O custeio da safra de cebolas é realizado por recursos próprios pagando os insumos adiantados, ou seja, recebem o valor desta safra e compram os insumos da próxima recebendo-os quando do preparo da terra para o plantio ou conforme vão necessitando no Calendário Agrícola.

Os produtores pouco falam das Secretarias Municipais de Agricultura, mas os que se referiram a elas citaram a de São José do Norte como atuante, principalmente na figura do Secretário. O que não é de estranhar pois na época de safra de cebola o município é movido exclusivamente por conta deste fator.

As linhas de crédito do PRONAF e do RS RURAL não são bem divulgadas pelos atores da cadeia da cebola e isto faz com que os camponeses não usufruam alguma delas.

#### 4.6 - OUTROS ASPECTOS

O camponês produtor entende que o Governo Federal não ajuda com suas políticas agrícolas e de comércio exterior a cebolicultura. No entender deles o Governo deveria baixar o preço do adubo, via subsídio, e dar mais apoio de financiamento via PRONAF e Pronafinho. Um produtor disse, em relação as políticas adotadas pelo governo federal, que “*que não vê furo*” para o futuro.

Em relação à importação de cebolas da Argentina e Chile os produtores disseram que era um “*mau negócio, terminou com os produtores*”, “*terminou com a nossa (cebola)*” e “*é ruim*”. De maneira geral são contra a importação do produto.

---

<sup>14</sup> Uma quadra equivale a 1,74 ha.

Existe divergência no pensamento dos produtores, alguns dizem que a cebola da região não é competitiva devido a quantidade de mercadoria no mercado. Outros disseram que era competitiva, pois o mercado gosta da nossa cebola, mas este ano, um camponês disse “*deu ruim*” referindo-se a qualidade da cebola. O produtor não sabe o quê deveria ser feito para melhorar as condições de produção e venda da cebola, muito menos o quê fazer para se ter um rendimento maior e tornar a cebola da região mais competitiva no mercado. Todos disseram não saber o que fazer, um camponês produtor disse “*plantar mercadoria boa e ter qualidade no produto*”. Percebe-se que os produtores de maneira geral estão conscientes que produzir cebola de qualidade é o primeiro passo para o sucesso na venda da safra, mas não sabe como fazê-la.

Os produtores nunca tentaram se organizar com a finalidade de vender independentemente sua produção. Em relação ao custo de produção, no entender do produtor, o procedimento que poderia fazê-lo baixar era diminuir o preço dos insumos e um disse ser muito difícil fazê-lo.

Na opinião dos produtores a cultura da cebola está sempre em crise “*devido os outros países*” (alusão às importações), outro respondeu que a cebola “*não é falada*” e não tem incentivo, outro citou a falta de dinheiro para maiores investimentos. Mesmo continuando os problemas na comercialização e descapitalização todos disseram que vão continuar a plantar cebolas. Um secretário municipal da região não ligado a cadeia da cebola disse: “*Eu não sei o que pensam os produtores, se dão mal todo o ano e continuam plantando*”. Talvez seja o que Castro (1993) afirma “*... as sociedades compõem o espaço e se tornam, muitas vezes, presas dele.*”

No entender do produtor o maior problema do mercado da cebola é a venda, pois “*não tem preço*”, preço mínimo de venda, “*não tem preço que pague a produção e trabalham de graça*”, pois não existe política de garantia de preços mínimos o que seria um bom instrumento de política agrícola disponível para proteção e apoio da lavoura ceboleira. A garantia de preço mínimo contribuiria para amenizar as instabilidades dos níveis de preços e manutenção dos estoques para suprir a demanda do mercado interno.

Para contornar estes problemas ou buscar alternativas para a produção todos disseram não saber o que fazer. Um produtor disse que pela sua idade avançada “*vou deixar como tá*”. Todos estão conformados com a situação.

A cebola “*in natura*” não é tributada pelo ICMS portanto o produtor não tem esta despesa. Em relação ao Imposto de Renda Pessoa Física os rendimentos do camponês

não alcançam sequer o valor mínimo para serem obrigados a fazer a declaração. Alguns disseram pagar o Imposto Territorial Rural - ITR.

Os produtores não reconhecem nenhuma “*briga*”, disputa ou conflitos entre regiões (outras cidades, SC, etc.) relativo à produção e ao mercado da cebola. Também não reconhecem seus vizinhos da área de estudo como seus concorrentes na comercialização da cebola uma vez que os maiores compradores são os atravessadores e estes compram todas as safras.

Os produtores entendem que o moderno na cultura da cebola é a “*mecanização da lavoura*” e a “*aplicação do veneno com bomba no trator*”. Outro falou “*caprichar para colher boa, caprichar para ganhar mais*”. Outro produtor disse ser a classificação da cebola e o camponês que tinha o maior grau de instrução disse “*tradicional com sempre*”.

No íntimo os camponeses sabem que não vai haver continuidade o trabalho de produção rural em pequenas propriedades, as novas gerações não querem este tipo de trabalho, “*não querem pegar no pesado*”. A faixa etária dos produtores dos camponeses da região é alta, por volta dos 50 anos. A renovação tem que se dar por força dos novos atrativos no negócio cebola.

Indagados sobre qual era o futuro da cebolicultura mostramos algumas respostas, ilustrando o que o produtor pensa: “*é negro*” referiu-se um camponês; outro falou que “*não tem futuro*”; outro disse que “*não tem (futuro), planta para não ficar parado*” e outro disse “*produzir boa (cebola) para ganhar mais*”.

Nota-se que a cultura da cebola é realizada sob um sistema de produção não tipicamente capitalista, com pequenas exceções, e deve-se segundo Fontoura (1995) “... por não apresentarem ao nível da unidade de produção uma racionalidade empresarial articulada ao investimento, ao desenvolvimento técnico, a divisão do trabalho, com uma prática de contabilidade.” Também é essencialmente produzida por camponeses em uma organização familiar e compete com a empresa capitalista por suportar preços baixos em determinadas safras, o que na empresa privada inviabiliza o retorno do capital investido. A transferência do valor-trabalho camponês para setores capitalistas acontece em dois momentos. No primeiro através da aquisição dos insumos e no segundo momento para os intermediários e por consequência aos grandes atacadistas. A cebolicultura da região não capitalizou seus produtores apenas transferiu valor-trabalho do campesinato para os agentes da cadeia local e nos centros urbanos maiores.

Desta forma visualizamos que o atual produtor de cebolas desta região pode ser comparado ao camponês do início do século passado, por sua postura e atitude perante a modernidade, e pelo seu isolamento geográfico e também cultural. O Camponês com o seu conformismo e o baixo nível cultural aliado a falta de ações públicas, assistência técnica e o isolamento da região resulta em uma alienação deste e o conseqüente realizar de um trabalho gratuito.

## **CAPÍTULO 5 - OS ATORES DA CADEIA DA PRODUÇÃO DE CEBOLAS**

Da mesma forma que no capítulo anterior sistematizamos neste as entrevistas com os atores da cadeia da cebola e sua realidade é mostrada a seguir. Mostraremos a idéia que os atores da cadeia tem sobre o produtor de cebolas e seu modo de agir em relação a produção e a comercialização da safra. Estes atores são representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Escritórios Municipais da EMATER, Associações Comunitárias, Secretarias de Agricultura, Comerciantes de Insumos, Rede Bancária, etc. Primeiramente vamos focar assuntos referente ao específico da cultura para depois entrarmos, no caso cebolicultor, propriamente dito.

### **5.1 A CULTURA DA CEBOLA NA ÓTICA DOS ATORES**

Os atores da cadeia da cebola também não sabem quando e como teve início o cultivo comercial nesta região. As informações prestadas são desconstruídas demonstrando a absoluta falta de memória social, unicamente sabem que o cultivo se iniciou com a chegada de imigrantes açorianos, como relatam os habitantes mais idosos.

Considerando a produção agrícola familiar a cultura da cebola nesta região é a que mais se adapta as condições adápticas e climáticas, como já vimos anteriormente, mas é também uma questão cultural. A tradição do plantio de cebolas é decorrência da cultura ser altamente rústica e de plena adaptação ao solo da região, fácil manejo ao plantar e colher,

mão de obra disponível, razoável produtividade, condições de armazenagem, produto com fácil comercialização e ainda um fator geográfico importante para o desenvolvimento das variedades cultivadas que é a luminosidade refletida pelas duas massas de água, laguna e oceano.

Os problemas crônicos de preço para comercialização da safra de cebolas na visão de cada ator são vários. Começa com o problema cultural da forma da venda, onde o camponês espera o comprador na propriedade, não sai da propriedade para vender. O camponês produtor vende a cebola no cercado, de forma bruta não fazendo o trabalho do toailete<sup>15</sup> e a classificação, com isto, recebe pela safra o que o intermediário quer pagar. Alguns entrevistados disseram que caiu a qualidade<sup>16</sup> da cebola devido a quantidade de defensivos agrícolas empregada no cultivo e, conseqüentemente, baixando o valor de comercialização.

Os atores de São José do Norte têm uma melhor visão de mercado dizendo que os problemas são normais com excesso de oferta e por isto a dificuldade de colocar a mercadoria no mercado. A safra de Santa Catarina - SC acontece na mesma época e os dois estados (RS/SC) colocam no mercado mais de 600.000t de cebola e que existe uma procura no país de 350.000t no período de dezembro a abril. Somente a produção do Litoral Centro poderia abastecer o Rio Grande do Sul o ano todo.

Na ótica de um ator os camponeses produtores

*“só querem produzir, sem se preocupar com a boa técnica e o mercado. Quer que façam tudo para ele, desde apanhar a cebola na propriedade até a comercialização, só quer ver o resultado financeiro. Querem se livrar da cebola logo, tirar rápido da propriedade. A estrutura está desorganizada e os produtores querem que se faça este trabalho por eles, inclusive perdendo financeiramente”.*

A inércia cultural faz com que os camponeses não acompanhem a modernização, não têm coragem para inovar e empreender. Além disso o camponês produtor coloca qualquer problema comum como prioridade no seu dia a dia, deixando de lado o principal, o seu ganha pão. Enquanto não resolve um simples problema cotidiano deixa de lado até a sua produção. A inércia cultural é básica na região, por isto a crise e a conseqüente inércia econômica.

---

<sup>15</sup> Toailete é o ato do corte da haste e da raiz do bulbo.

<sup>16</sup> O bulbo reduz sua consistência natural, notada ao se apertar/apalpar.

Os produtores mostram que cada um tem interesses e necessidades de conhecimentos diferentes para sobreviver, desta maneira a educação ou a cultura está relacionada com os interesses de cada lugar da região.

A educação para a vida ocorre no seio de sua comunidade, onde o indivíduo não aprende somente os conteúdos de seus valores mas também de seus ideais. Os valores, normas sociais e políticas estão enraizados na região e só lentamente se modificam com a influência dos agentes externos.

O individualismo do camponês é forte e enraizado, sendo puramente irracional. Nota-se, nos seus depoimentos, que estão confinados no seu “eu”. São proprietários de suas capacidades de produção e não devem coisa alguma a sociedade. Por não dever não pensam na associação ou na busca da cooperação mútua. Ninguém pode impor-lhe coisa alguma pois se sente como a fonte de todo o valor. Desta maneira se dá a individualidade e autonomia total. A vida e a sobrevivência do indivíduo são os únicos critérios de valor. Cada indivíduo desenvolve suas próprias sensibilidades somado com as tradições morais e sociais recebidas dos seus genitores.

Crivela (1995) dá seu ponto de vista sobre o assunto:

*“O perfil do produtor de cebola caracteriza-se pela individualidade, o qual vive de forma isolada, face às distancias e ao péssimo estado de conservação das estradas. O cebolicultor é um homem sofrido, simples e com tradição muito arraigada em torno desta cultura.”*

Diante deste modo de pensar e agir fica difícil o desenvolvimento econômico da região rumo a uma economia de mercado. A manutenção de hábitos tradicionais constitui-se em fator inibidor de inovação tecnológica e de racionalidades que poderiam garantir maior competitividade.

Para contornar em parte o problema de comercialização e aumentar o valor da cebola, os atores dizem que o produtor deve fazer o trabalho de toaleta e a classificação, tomar para si a comercialização, evitando o calote, usar semente certificada e implantar as técnicas agroecológicas. E o principal problema deles, como política nacional, realizar um programa de redução das áreas plantadas de cebola com fins de valorizar o produto.

Aqui vamos fazer a nossa intervenção. A cultura da cebola é pouco absorvedora de mão-de-obra na sua fase de cultivo. Além do contingente de mão-de-obra diretamente ocupado na atividade, no caso o camponês produtor e sua família, um número expressivo de pessoas são dependentes dessa cultura na fase da colheita e pós colheita,

fazendo a toalete, classificação e embalagem, trabalho que dura no máximo 3 meses por ano. Pertencem a essas categorias os habitantes das cidades, no caso mulheres de todas idades acompanhadas de crianças e homens não adolescentes<sup>17</sup>, que procuram os galpões dos atravessadores, em busca deste trabalho.

Depois destas informações introdutórias fica um problema. Os atores da cadeia da cebola criticam os camponeses produtores por não realizarem o toalete e assim valorizar seu produto, mas se este fizer o beneficiamento, uma grande quantidade de pessoas ficarão sem este trabalho e conseqüentemente sem os rendimentos, aumentando os problemas sociais nas cidades do Litoral Centro. Para ilustrar este problema relataremos a situação a seguir. Um senhor, aparentando cerca de 60 anos, realizando o trabalho de toalete dentro de um galpão, no centro da cidade de São José do Norte, espontaneamente disse: *“sou calçador, mas não existe trabalho, aqui dá prá tirá mais de salário no fim do mês”*. A remuneração por este trabalho era de R\$ 0,25 por caixa, de aproximadamente 10 kg, executada. Portanto necessitava realizar o toalete em 604 caixas ou aproximadamente 6.000 quilogramas de cebolas para receber um salário mínimo<sup>18</sup>. Considerando um camponês produzindo 15 toneladas, ele e sua família levarão cerca de 30 dias, em dedicação exclusiva, para fazer o toalete, perdendo tempo e oportunidade para a venda. Possivelmente inviabilizando a comercialização devido também aos problemas de estocagem, pela má conservação dos galpões rústicos em sua propriedade.

Retomando as idéias dos atores, a possibilidade de diversificar a produção comercial nesta área é possível, mas não é realizada, pois o agricultor não quer e/ou não tem interesse, teria mais trabalho na diversificação (dizem que é uma questão cultural, a cebola sempre sustentou a família), somente foi citado o feijão miúdo (que foi a salvação nos últimos 3 anos) que se planta após a colheita da cebola. Citaram a possibilidade de diversificar com o plantio do maracujá e o milho, um ator completou *“o que quiser dá”*. No município de São José do Norte nem todos acreditam na diversificação pela falta de infraestrutura e energia para a irrigação. O problema crucial é a falta de estradas asfaltadas com a conseqüente dificuldade de colocar no mercado a produção.

O apoio por parte dos atores aos produtores se dá pela EMATER que realiza a assistência técnica na roça. As associações que agem na região se limitam a

---

<sup>17</sup> Não foi observada a presença de adolescentes do sexo masculino nas lides da cebolicultura, e também não se consegue explicação para o fato.

<sup>18</sup> Salário mínimo da época R\$ 151,00 – Valor do Dólar - média de janeiro de 2001 R\$ 1,93.

comercialização de insumos e aluguel de hora máquina de tratores e os Sindicatos apóiam como intermediário do Sistema Troca-Troca<sup>19</sup>.

Na ótica dos atores a cultura da cebola está sempre em crise porque o produtor não sabe se comportar como empreendedor, não querem se envolver com a comercialização, predomina o individualismo, e ainda com a falta de estímulos, pois plantam porque são obrigados. Dizem ainda que não tem um preço compatível com os custos de produção e historicamente existem altos e baixos, com queda na demanda e preço, a grande produção nos outros estados, a questão tecnológica tradicional, a falta de uma estrutura de venda cooperativada para a produção, ausência de armazéns socializados para armazenagem e inexistente poder de barganha com o mercado. Diante de tudo isto a comercialização se torna um problema levando a crise permanente.

De maneira geral os atores acreditam que os cebolicultores são profissionais da cultura, entre os que disseram não serem profissionais houve quem disse que são *“exploradores da terra”*. Entre os que concordaram um disse que *“desde cedo plantam porque são obrigados”* caracterizando um determinismo, uma obrigação para sua subsistência.

Nenhum dos atores faz análise química do solo para os produtores, a EMATER encaminha para os laboratórios com o custo do serviço por conta dos produtores.

Os atores da cadeia principalmente os de apoio técnico tentaram orientar os produtores em plantar cebolas com adubo orgânico e sem usar defensivos agrícolas (agricultura ecológica), mas está muito lento o desenvolvimento desta idéia devido a aceitação do produtor em realiza-la. O fato é que a forma de comercialização da produção, via atravessador realizada em grande escala, não dá chance para este tipo de produção.

Um sistema de estocagem bem organizado e um fluxo de comercialização cooperativado poderiam ser uma solução, mas convencer o produtor a realiza-lo, devido a sua individualidade, é quase impossível. No ano de 2000 Tavares, com uma produção total de 34.500t, transacionou, via Associação, 1500t neste processo mostrando que o sistema pode ser a saída para a comercialização. Outro ator disse: *“que com esta sistemática qualquer produto seria possível”*.

---

<sup>19</sup> O programa Troca-Troca é o financiamento pela Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul de semente certificada de cebola e será pago pelos cebolicultores, dois meses após o início da comercialização e com a mesma variação de preço do milho.

A construção de galpões utilizados de forma socializada melhoraria a comercialização da cebola. Em razão de boa armazenagem a cebola estará apta para consumo até 2 meses na variedade precoce e no máximo 6 meses as de outras variedades. A cebola ecológica, segundo informam, pode ser consumida em até 12 meses.

Os interessados locais na cebolicultura foram indagados se pensaram em alguma idéia ou tomaram alguma atitude para aumentar o valor da cebola (agregar valor, etc). As respostas foram desalentadoras. Em Mostardas fizeram reuniões no sentido de achar saídas para o setor ceboleiro local, no momento da ação todos queriam que um ator em especial operacionalizasse, ou seja, não havia divisão de tarefas. Outro ator, referindo-se a este fato, disse “*que cada um puxa para um lado*”. Em Tavares, nos últimos anos, não houve clima, principalmente pelo confronto político da Prefeitura contra a Associação e a EMATER, para um trabalho conjunto entre os atores da cadeia. Podemos observar a absoluta falta de articulação dos atores que nada fazem para tentar reverter a situação da cebolicultura da região.

É consenso dos atores da cadeia que a perspectiva de ampliação do mercado a partir de novas formas de uso da cebola se dá via incremento da agroindustrialização tendo como exemplo a conserva, além da transformação em pasta e a desidratação do bulbo. A cebola pelada (sem casca) ou machucada poderia ser aproveitada na desidratação não havendo esta perda. No entanto nenhuma agroindústria voltada para o beneficiamento da cebola está instalada ou pretende se instalar nos municípios da área de estudo. No nosso entender a agroindústria não se instala porque não existe diversificação da produção, assim evita a ociosidade fora do período de safra. Portanto deve-se planejar outras culturas e diversificar para fazer ocupar a agroindústria todo o ano.

Para a produto da região tornar-se competitivo no mercado nacional os atores disseram que os produtores deveriam usar semente selecionada melhorando a qualidade da cebola, conserva-la por mais tempo (galpões) e conhecer os processos de comercialização. Um ator disse: “*que empiricamente a cebola da região chega a ser competitiva*”.

O destino da produção das cebolas produzido nestes municípios é a CEASA no Rio Grande do Sul e os estados do Rio de Janeiro, Brasília, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo que faz a redistribuição.

Em termos de organização dos produtores existem duas realidades. Em Mostardas e São José do Norte estão desorganizados e não querem trabalhar em conjunto

por motivos de individualidade. Em Tavares 65% dos produtores estão organizados em grupos na compra de insumos, comercialização e mecanização da produção.

Os atores consideram importante que os produtores se organizem e se associem, pois teriam melhores resultados, mas é difícil em razão do individualismo e o tradicionalismo. As Associações e Sindicatos compram carga fechada de adubos (capacidade plena de carga de um caminhão) e vendem com pequena margem de lucro aos camponeses produtores. Notamos que os Sindicatos que deveriam liderar movimentos de associação dos produtores, para melhorar sua situação, relega esta tarefa a um plano inferior, assim estas ações inconscientemente alimentam o individualismo do produtor.

Os atores indagados sobre a situação financeira do camponês, de forma geral, disseram que *“o produtor está pior; muito pior; e já teve melhor”* comparando com outros períodos (anos).

O papel dos "atravessadores" ou intermediários para os cebolicultores locais segundo o entendimento dos atores é o seguinte: *“devido a atual situação é positivo, pois é um mal necessário”*. Outro diz que *“falam mal, mas dependem dos atravessadores”*. Outro ator diz que é negativo, *“pois ficam com todo o lucro”*. Ainda que *“só estavam buscando lucros”*. Outro acredita que: *“deveria haver uma cooperativa para fazer a comercialização e evitar o intermediário”*. Outro ator acredita que: *“é positiva a atuação dos atravessadores devido a não organização dos produtores e para o escoamento das safras”*. E mais *“que no momento era necessário, se não houvesse a atuação deles não dava vazão da safra”*. O que se observa é que o intermediário é fundamental na atual organização de cadeia da cebola retirando a produção da propriedade e levando ao mercado, processo que o camponês produtor não quer e nem admite fazer pelos motivos expostos neste capítulo. Podemos perceber, pelo significado de cada declaração, o posicionamento ideológico de cada ator.

Pode-se considerar que os atravessadores no comércio de cebolas são atualmente um “agente social” nas cidades do Litoral Centro pois na época da safra dá trabalho e por consequência renda, mesmo explorando, a população pobre que necessita sobreviver. Mas o atravessador também é vilão, o exemplo é divulgado pelo Jornal Folha de São Paulo (10/03/2000) que diz:

*“Depois de quatro anos fora do mercado de cebola, a Cooperativa Regional Vale do Itajaí – Cravil (Santa Catarina) voltou a comercializar o produto. Estava fora do mercado devido a quantidade de calote recebido dos atravessadores do produto. A Cravil está vendendo cebola direto para as redes de supermercados”*.

Os bancos não têm linhas de crédito para os atravessadores (capital de giro), estes dispõem somente de “conta-especial”, para que possam fazer sua administração financeira e adquirir as safras dos produtores.

Os atores indagados sobre um possível programa de recuperação da cultura da cebola na região, que busque alternativas para a produção e/ou novas estratégias nas vendas, disseram que a construção de novos galpões e programas como o Troca-Troca devem ser ampliados. Em Tavares com os produtores de cebola apresentando uma faixa etária muito elevada disseram que deve-se manter o mesmo nível de produção e sem muita novidade de tecnologia, buscando lentamente a venda local para evitar o calote. Outro ator preconiza o agro-ecológico, e ainda outro ator completa que *“a produção ecológica seria um nicho de mercado importante no atual momento de consumo”*. E ainda que *“têm que melhorar a qualidade e baixar custos, via produção interna de adubos orgânicos na propriedade, sem perder a produtividade”*. Vemos que a partir da verbalização destas alternativas, que inclusive os atores, com um nível de racionalidade maior, pouco tem a colaborar com o incremento da cebolicultura do Litoral Centro.

## **5.2 - OS ATORES FALAM DOS ATORES**

Entre os Sindicatos, Cooperativas, e Associação de Trabalhadores Rurais, quem dá assistência em relação a defender os interesses dos cebolicultores junto aos bancos, vendas para intermediários, é apenas a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Tavares. Esta Associação é a única atuante na comercialização da cebola e repassa empréstimo bancário aos produtores.

De forma geral os atores vêem os Sindicatos de Trabalhadores Rurais como não atuantes no processo de defesa dos produtores de cebola em relação aos problemas de cultivo e comercialização. Os Sindicatos só fazem atendimento médico/odontológico e/ou encaminhamento de aposentadorias.

Em relação a orientação técnica da EMATER ou das Secretárias Municipais da Agricultura – SMA para os cebolicultores os atores disseram nada saber sobre suas atuações. Os atores quando questionados sobre às ações da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento – SAA relativas aos cebolicultores disseram que estão

apoiando a colocação de box para uso destes produtores na CEASA em Porto Alegre e a administração do Programa Troca-Troca pela qualidade da semente colocada ao alcance dos produtores. No entanto, segundo eles, o trabalho não está sendo bem distribuído entre os órgãos internos desta Secretaria. Outro ator disse que antigamente não existiam ações concretas de apoio a cebolicultura, mas tem expectativa de melhora com a atual administração estadual. Outro ator manifestou que: *“não adianta dar box na Ceasa, a distância (custo de transporte) inviabiliza a comercialização, e ainda existe a possibilidade do produtor não vender tendo que trazer o produto de volta”*. Somente os atores EMATER e Sindicatos souberam se expressar em relação a este item.

Em relação às instituições bancárias somente os atores que atuam junto aos produtores se manifestaram. O Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF<sup>20</sup> está fechado para novos contratos para a cebolicultura em Mostardas. O Banco do Brasil tem pouco recurso para financiamento da cultura da cebola, dos produtores que tem financiamento a inadimplência chega a 20%. A agência do Banrisul de Mostardas não está operando no mercado de financiamentos. Em Tavares a Associação de Desenvolvimento Comunitário tomou empréstimo junto ao Banrisul e repassou aos associados, no RS-Rural houve financiamentos, mas pedem maior volume de recursos e agilidade na liberação (época de plantio). Em São José do Norte cerca de 100 produtores ganharam financiamento do PRONAF via Banco do Brasil. Também houve linha de crédito, via Pronafinho<sup>21</sup>, somente para quem se enquadrou. Na prática, nunca tem recursos para crédito. Comparando o número de produtores e os que conseguem linha de crédito para custeio veremos que são a grande minoria.

O fundo de aval patrocinado pela Prefeitura Municipal de Mostardas funcionou pouco pela falta de confiança mútua entre os parceiros, uma vez que o aval era em grupos de cinco produtores solidários entre si, com garantia cruzada, ou seja, um produtor era avalista dos outros quatro e assim por diante. Segundo informações, pela individualidade e desconfiança, não conseguiam 5 produtores para fecharem um grupo.

---

<sup>20</sup> PROGRAMA NACIONAL DO FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar, como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O PRONAF promove negociações de políticas públicas com órgãos setoriais, o financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios, o financiamento da produção da agricultura familiar (crédito rural) e a profissionalização dos agricultores familiares.

<sup>21</sup> **Pronafinho** é o mesmo programa PRONAF com a diferença que é liberada ao agricultor familiar pequenas linhas de crédito para atender emergências ou eventualidades.

Em relação à divulgação das linhas de crédito do PRONAF, do RS RURAL e outras linhas, os atores que divulgam para os cebolicultores são a EMATER e os Sindicatos. O ator Banco do Brasil diz que estas linhas de créditos são muito pouco divulgadas. Diante do desencontro de informações ou as linhas de crédito não são divulgadas ou os produtores não querem ou não podem cumprir as exigências para se habilitarem a ele.

Os atores entendem que o Governo Federal não ajuda os cebolicultores com suas políticas. Entendem que deveriam facilitar o PRONAF, direcionando as verbas para as entidades de classe para não serem usadas de forma político partidária e terminar com a importação desnecessária.

A verdade é que as linhas de crédito para custeio da safra são difíceis de se conseguir para o plantio de cebolas. Notamos que quando um determinado tipo de cultura começa a encontrar dificuldades de comercialização das safras ao mesmo tempo os bancos, inclusive oficiais, reduzem drasticamente o financiamento de custeio destas. Isso porque, é esperado que neste quadro atual de produção, os rendimentos obtidos não cubram os custos do financiamento. Por conseguinte, a aplicação do crédito rural no setor ceboleiro é diminuto e as últimas liberações realizadas através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul e Banco do Brasil, foram insuficientes para atender as necessidades existentes. A não concessão de crédito bancário às cooperativas e/ou associações têm contribuído para a maior ação dos atravessadores.

Os atores comentam que a Comissão Regional da Cebolicultura da Região Sul inserida no Subcomitê Estadual da Cebolicultura<sup>22</sup>, está atuante. Informaram que: *“Quanto a implantação das políticas não dá para dizer o mesmo devido a espera na disponibilidade de recursos humanos. Mas o Subcomitê foi o responsável pela reforma dos galpões, pelo sistema Troca-Troca para a cebola e a divulgação do produto”*. Outro ator disse que: *“só ocorreram reuniões”*. Disseram ainda que: *“funciona, mas de ações práticas é pouco”*. Outro ator disse ainda que: *“era somente para arregimentar forças políticas”*. Novamente pelos comentários podemos perceber a ideologia de cada ator.

Também o cebolicultor não tem qualquer forma de subsídio. O que seria necessário para proteger o agricultor familiar, que não pode ser comandado pelo livre

---

<sup>22</sup> O Subcomitê Estadual da Cebolicultura, situa-se na Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Horticultura do Estado do Rio Grande do Sul. Integra o Subcomitê produtores, técnicos da Emater, Sindicato de Trabalhadores Rurais, órgãos públicos e lideranças da região e tem como missão elaborar políticas internas e externas, visando ampliar a produção e comercialização da cebola.

mercado. Deve-se apoiar os setores produtivos não monopolistas e não especulativo do campo. O sistema produtivo agrícola foi totalmente desestruturado nos últimos anos, e subsídio passou a ser encarado como ato condenável pelo Governo Federal.. Mas o mundo desenvolvido nos mostra que não existe agricultura tecnificada sem subsídio. Deveria haver subsídio pelo menos dos juros bancários dos empréstimos para custeio.

O então Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra (in Nascimento, 1999), chamado a alavancar soluções para os problemas crônicos da Metade Sul do Rio Grande do Sul, ao qual se insere o Litoral Centro, disse as lideranças gaúchas: *“Não esperar incentivos. Encontrar caminhos para a recuperação deve ser tarefa de responsabilidade da própria comunidade, alicerçada nos insumos pós-modernos da visão mercadológica, da adoção de novas tecnologias e reconversão de produção.”* Verifica-se nesta mensagem qual é a política para o setor agropecuário nacional.

### 5.3 – A COMERCIALIZAÇÃO

A principal queixa dos atores quanto a comercialização é que a cebola de SC tem menor valor de produção e maior preço final que a local, este diferencial se dá pela fertilidade do solo diminuindo o custo com adubos e aumentando a produtividade. De concreto dizem que 70% da área catarinense é irrigada, têm solos de melhor qualidade utilizando menor quantidade de adubo, têm um produto melhor, fruto do resultado da pesquisa de órgão estatal estadual catarinense nos últimos anos e está mais perto dos grandes mercados consumidores nacionais. Os dados que conseguimos apurar, segundo o IBGE, que isto é uma meia verdade. Os solos e a qualidade são melhores mas os valores recebidos se equivalem, sendo que São José do Norte, individualmente, tem obtido valores maiores que os de Santa Catarina.

Um ator disse que *“Se a estrada RST 101 estivesse totalmente asfaltada seria melhor para a comercialização”*. Na cidade de Mostardas os atores dizem que seria excelente para São José do Norte e que se manteria os preços, acreditam que *“vai ser bom para embarcar a cebola para fora do estado”*. Em Tavares acreditam que com a estrada *“devem ter mudanças do comportamento cultural para não serem atropelados pelo novo”*. Pois se os camponeses produtores *“se mantiverem no mesmo ritmo não vão ter ‘pique’ para acompanhar o progresso”*.

### Foto 13 – Caminhão carregado de cebolas



Foto: Jones Muradás

A Projesul (1998), empresa contratada para fazer o Relatório Técnico de Vistoria Ambiental - RTVA da RST 101, refere-se sobre o impacto da construção da estrada na população local:

*“Alguns dos entrevistados qualificados manifestaram preocupação com a atração de pessoas de fora tornando a vida local ‘menos lenta, pois há probabilidade de vinda de pessoas de fora com intenção de lograr e a população precisa ser esclarecida!’, testemunha um entrevistado de Tavares”.*

O frete de sacos de cebolas entre Mostardas e Porto Alegre (Foto 13) custa R\$ 16,00 por tonelada<sup>23</sup> transportada, sendo cobrado o mínimo de 9 toneladas. Todo o percurso se dá em estrada asfaltada.

Em São José do Norte dizem que a estrada é importante, pois *“a produção sairia direto para o consumo”*, sem atravessar o canal via balsa. Vai melhorar o acesso direto ao produtor, e ao mesmo tempo este *“vai ter que se adaptar ao novo para agregar mais valor ao seu produto”*.

---

<sup>23</sup> Valor do frete em janeiro de 2001

Foi relatado um caso que um intermediário que compra a safra de alguns produtores no interior e distante da sede de São José do Norte disse que teria prejuízos com o asfaltamento da estrada, pois outros intermediários concorrentes teriam acesso a estes produtores “*seus clientes*”, e mesmo estes, com acesso rápido à cidade, poderiam se esclarecer e de informar melhor sobre a venda da safra.

O custo do transporte de insumos é alto da cidade até a roça, em razão do tipo de estradas vicinais existentes na região. O transporte da cebola do interior do município até São José do Norte é igual a metade do frete São José do Norte – São Paulo, devido aos problemas da estrada. Crivela (1995) também se refere a esta situação dizendo:

*“... o problema maior reside na malha secundária, cuja rede de penetração ao interior oferece verdadeiras armadilhas aos caminhoneiros que nela se aventuram, pois não se pode prever a volta. As condições naturais (areia, ventos, águas) são tão cambiantes que uma viagem prevista para algumas horas pode prolongar-se por dias”.*

Um ator, em entrevista, disse: “*Os caminhões não conseguem passar, atolam e não cumprem os prazo*”.

Também a balsa que faz a travessia entre São José do Norte e Rio Grande causa problemas para a cadeia produtiva da cebola. As tarifas cobradas pela balsa geram reclamações e, segundo comerciantes, um aumento de até 20% nos preços das mercadorias que chegam aos consumidores de São José do Norte. As tarifas, em janeiro de 2001, eram de R\$ 10,00 para veículos leves; R\$ 30,00 para caminhões com até três eixos e R\$ 50,00 para caminhões com mais de três eixos. Estes valores são cobrados por viagem e dobram em caso de ida e volta. Outra reclamação da população e comerciantes é a escassez e a falta de cumprimento dos horários das travessias. No mesmo mês existiam 4 horários diários de travessia para cada margem. Estes valores são mais um item nos custos de produção e transporte da cebola local. Um ator disse que falta empenho das autoridades para se fazer o transporte da cebola em barcas através da Laguna dos Patos para Porto Alegre.

A eletrificação rural é inexistente, ajudaria e viria em bom tempo. De forma geral a irrigação é o novo na cultura da cebola nesta área, desta forma a energia elétrica é fundamental.

Os atores não reconhecem nenhum conflito ou qualquer competição entre municípios, regiões ou estados relativo ao mercado da cebola. Mas a “guerra dos lugares” se dá silenciosamente. Segundo Carlos (1996),

*“O que diferencia os lugares, do ponto de vista da sua competitividade no espaço regional e nacional, é sua capacidade de concentrar infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do processo de reprodução. Assim a infra-estrutura e as instituições sociais se colgam dentro de um sistema de relações sociais.”*

Portanto a diferença entre os dois lugares, ou seja as regiões produtivas de cebola do RS e SC, é a capacidade instalada de infraestrutura para o processo de produção, que dá ao estado vizinho maior competitividade. Com uma maior capitalização e mecanização deste produtor a qualidade deste produto é melhor, merecendo mais atenção do mercado.

Os atores pensam que a importação de cebolas de outros estados e do exterior, enquanto ainda tem estoque para ser comercializada a do estado, se dá pelo custo de produção mais baixo nos locais de origem, pois plantam áreas maiores e os produtores se associam. Um ator disse que esta situação é um mal necessário, assim os produtores necessitam melhorar o produto para concorrer. Dizem ainda que tem que aumentar a produtividade, diminuindo os insumos comprados e produzindo seus adubos orgânicos na propriedade. O diferencial, segundo eles, é o custo do insumo. Além do Tratado Comercial do Mercosul que não tem como impedir a importação. Como alternativa, seria disciplinar o mercado (escalonar), a importação somente ocorreria na entressafra. Deve existir a fiscalização fitossanitária que é falha, não permitindo a entrada de cebolas contaminadas com fungos, no país.

Os atores acreditam que a "globalização" dos mercados está afetando a cebolicultura local. *“O mercado está aberto para a importação e está fechado para a exportação”*, dizem. A cebola argentina e chilena são as que prejudicam o mercado local pois chegam ao país quando há muita cebola em estoque. Dizem ainda que via Mercosul pode entrar cebolas de outras nacionalidades fora do bloco (um país do bloco importa cebolas e repassa para o Brasil), o que seria mais prejudicial ainda.

No entender dos atores, para o produtor e para a economia da região, a melhor variedade de cebola a ser plantada seria a: Crioula Mercosul, Roxa, Crioula Autovale, Petrolina de ciclo médio, e as precoces Aurora, Primavera e Madrugada, um pouco de cada, casca com coloração mais avermelhada e classe ou Tipo 3.

Quanto a possibilidade de exportar a cebola da região, esta existe. Tavares exportou 40 toneladas para o Uruguai na safra 2000/2001 via Associação. Os atores de Mostardas dizem que deve ser trabalhado o mercado, apesar dos produtores não procurarem

por isto. Em São José do Norte é mais difícil em razão da falta de organização dos produtores/atravessadores e a qualidade deficiente da cebola local, que precisa ser um produto mais uniforme (tamanho), pois de 20 a 30% das cebolas produzidas são Tipo 2. Dizem que *“o produto final deve ser bonito para os olhos do comprador”*.

As vendas diretas a grandes redes de supermercados por contrato permanente com as cooperativas e/ou associações são inviáveis, pela dificuldade de juntar produto e pela falta de interesse dos produtores de manterem o mercado, mas estão acontecendo tratativas pelo menos pela Associação de Tavares. Existe ainda a falta de organização para comercializar, cumprindo cotas semanais, ou seja, vendas escalonadas.

Na situação atual, se diminuísse a produção de cebolas para aumentar os preços de venda, pela escassez, os produtores perderiam o pouco mercado que tem, porque não é a região que regula o mercado. Outro ator disse que *“poderia acontecer, desde que não perdesse mercado e que a medida fosse programada nacionalmente”*.

No entender dos atores o ritmo do produtor e da cebolicultura atualmente é lento em função da idade dos produtores, seu comodismo e tradicionalismo, *“sempre com esperança na safra do outro ano, pela falta de conhecimento de mercado. Com cautela em demasia, desestimulados, descapitalizados e sem forças para se imporem no mercado competitivo”*.

A difusão das idéias acontece de forma vagarosa devido a falta de estrutura de comunicações do Litoral Centro e a resistência oferecida por este sistema social as várias formas de modernização. Crivela (1995), dizendo do cebolicultor: *“O analfabetismo é um entrave à adoção do associativismo e até de novas tecnologias. As experiências negativas vivenciadas no passado, nesta área, imprimiram um receio generalizado sobre a ação de cooperativas ou assemelhados”*. Portanto, a manutenção de hábitos tradicionais constitui-se em fator inibidor de inovação tecnológica e de racionalidades que poderiam garantir maior competitividade.

A adoção por parte dos cebolicultores de inovações técnicas também é diretamente proporcional ao fator distância, ou seja, os produtores que estão estabelecidos perto das cidades tem mais condições de recebe-las, dos que moram mais distante, devido aos fatores de locomoção e informação. Desta maneira a inovação pressupõe a mudança da forma do fazer e a difusão das idéias muitas vezes não chega a todo espaço periférico. O fator cultural também é importante na difusão das idéias e/ou tecnologias, onde os produtores demoram a incorporar estas novas informações devido ao seu tradicionalismo.

Diante de todos estes fatos a área de estudo mantém-se com a mesma forma do produzir cebolas principalmente porque, segundo Fontoura (1995), *“os obstáculos ao desenvolvimento de relações capitalistas e a manutenção de relações não tipicamente capitalistas se reproduzem porque, a todo instante, as condições que garantem a reprodução são recriadas”*.

O moderno na cebolicultura hoje, segundo os atores, é análise do solo com micro nutriente e tratamento fitossanitário, semente de qualidade, arejamento de sementeira, canteiro com 2 linhas. E ainda a irrigação e a conscientização do associativismo.

As decisões sobre a cultura da cebola acontecem em grande parte no ambiente urbano. No caso de Tavares a Associação foi à mola mestra do desenvolvimento, tomando para si, as ações de mobilizações e comercialização. Os grandes centros urbanos dão o preço do produto, dizem quanto vão consumir e quanto querem pagar pelo produto.

A falta de gerenciamento da porteira para fora e organização pelos camponeses produtores no cultivo da cebola é que lhe causam problemas, o medo de arriscar também está presente. A faixa etária acima dos 50 anos dos produtores de cebola também tem se mostrado um problema para o desenvolvimento econômico da cebolicultura, Mostardas, por exemplo, de 300 produtores somente cerca de 10% tem menos de 30 anos. Também o problema de pequena área plantada é a divisão da propriedade pela partilha entre os herdeiros. Segundo informação dos técnicos da EMATER a partir do Plano Real começou o êxodo rural. Diante da falta de perspectivas dos camponeses, os jovens entre 18 e 25 anos abandonaram o campo e foram em busca de melhores oportunidades nas cidades. Além disso, os filhos dos camponeses produtores estão perdendo o vínculo com a roça, a centralização das escolas nas cidades estão tirando os filhos da produção, esta experiência urbana com seus atrativos e facilidades, o acesso a equipamentos e jogos eletrônicos fazem com que exista o desinteresse pela permanência na propriedade.

O cebolicultor está subordinado ao capital do intermediário, geralmente local, para colocação da sua safra. A agricultura é intensiva, com um processo de trabalho tradicional, e sem a diversificação das atividades agrárias. A cebolicultura da área é especializada mas não é tecnificada. A divisão setorial entre agricultura e indústria não existe, pois a agricultura não está integrada à dinâmica industrial da produção. Nesse sentido inexistente a difusão da técnica é ao mesmo tempo a difusão de um padrão civilizatório. A constituição da agroindústria junto a produção de cebolas seria um fator de ligação do

campo com a cidade, urbanizando-o em termos de relações sociais, econômicas e políticas, pois padrões de comportamento, hábitos e práticas sociais são levadas ao campo juntamente com padrões tecnológicos impostos com o desenvolvimento da agroindústria.

Segundo pensam os atores o futuro da cebolicultura nesta região é uma incógnita. A tendência é desaparecer em Mostardas e diminuir drasticamente em Tavares e São José do Norte se continuar a mesma mentalidade e tipo de gerenciamento. Existe a necessidade de romper a tradição. No futuro os camponeses produtores desta região terão de ser realmente profissionais. Os camponeses devem aprender a usar as novas tecnologias, adaptar-se aos mercados globais e enfocar-se nas necessidades do mercado. Com o uso de sementes de qualidade, das melhores variedades, irrigação, boa armazenagem, maior competição, menor custo de produção, velocidade em usar novas tecnologias e alta diversificação, os produtores poderão sobreviver.

## **CAPÍTULO 6 – A REGIÃO E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **6.1 - O LITORAL CENTRO – UMA REGIÃO?**

Ao analisar, de forma preliminar, a área de estudo escrevemos um artigo (Muradás, 2000) argumentando sobre a designação “Litoral Centro”, no qual devia-se a localização dos três municípios (São José do Norte, Mostardas e Tavares) no terço médio do litoral do Rio Grande do Sul (Mapa 4), e relacionávamos também outros fatores que nos levavam a identificação de um espaço homogêneo.

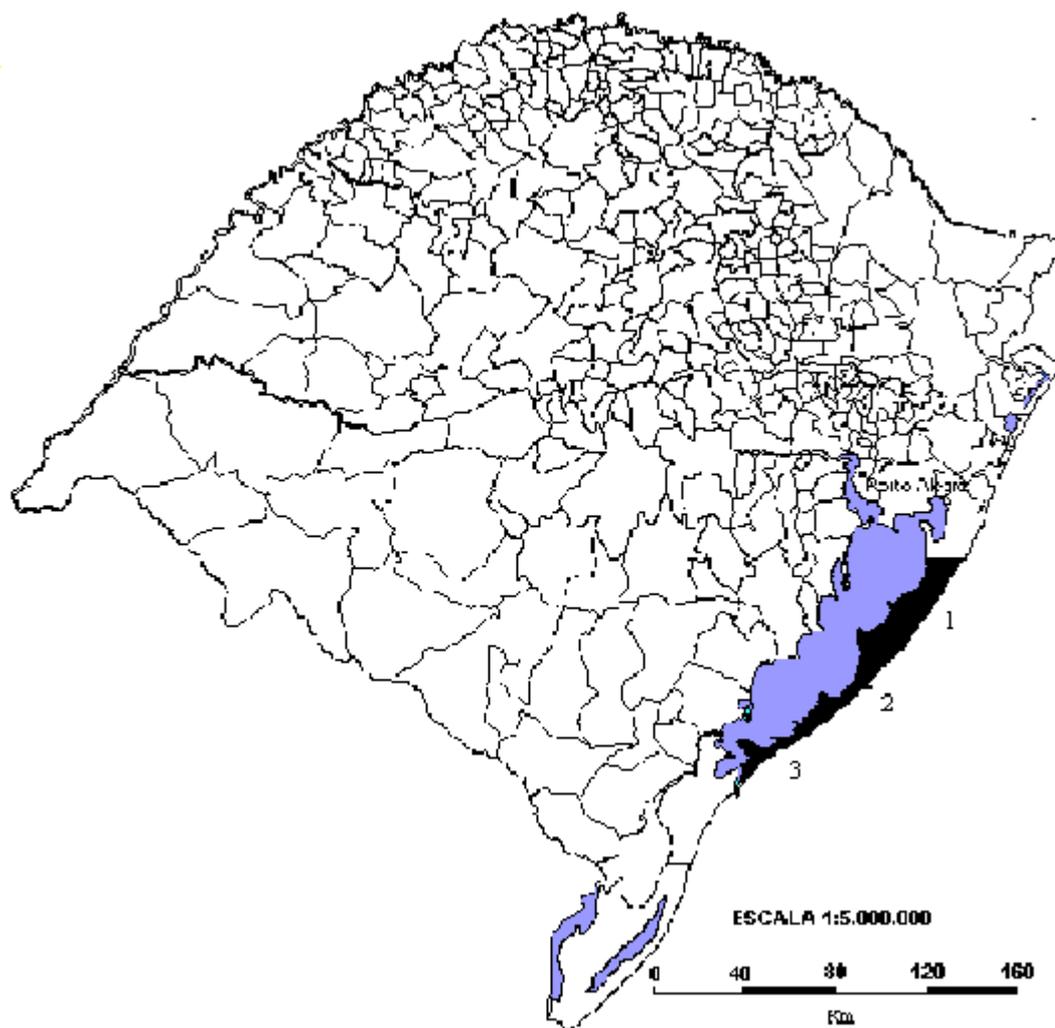
A partir da operacionalização dos procedimentos metodológicos, em busca dos objetivos desta dissertação, começamos a perceber a existência de uma diferenciação espacial, uma integração entre as múltiplas dimensões do espaço e uma estabilidade/continuidade regional e que vamos descrever a seguir.

#### **6.1.1 - A Análise Regional e o Litoral Centro**

A análise do espaço regional pressupõe o reconhecimento do espaço como o produto da transformação da natureza pelo trabalho social. Esta transformação constitui o espaço geográfico pois cada sociedade produz o seu espaço particular. Assim, este espaço deve ser observado a partir do seu conteúdo econômico, social e político, materializado no seu processo histórico. A memória coletiva forja a coesão regional. É impossível analisar a

relação entre sociedades e o meio que esta se insere sem a dimensão histórica. Supõe-se uma construção progressiva de paisagens, uma acumulação de recordações, de eventos que são à origem das tradições locais e do folclore. A cultura de um espaço é feita do resultado de uma evolução e um lugar pode ser carregado de recordações. Um forte sentimento de pertença une os habitantes de uma região, freqüentemente amoldados por séculos de história.

Mapa 4 – Situação do Litoral Centro



1. Mostardas; 2. Tavares; 3. São José do Norte

Mapa: Jones Muradás

Assim é formada uma comunidade, com estruturas próprias, uma composição social, um sistema de valores, um passado de tradições que confere originalidade a sua especificidade, fundada sobre uma longa evolução. Através dos séculos, de persistente estrutura, sentimentos religiosos, tradições, atitudes ante a vida e o sistema

de valores. O desenvolvimento de uma organização regional exige duração: uma região é um espaço caracterizado por relações duráveis entre uma determinada sociedade e seu espaço.

Desta forma a produção espacial se estabelece sobre um determinado território com características peculiares. A conjunção entre o ambiente físico e de séculos de ação humana leva a um equilíbrio e a uma unidade regional. Assim a região é o agrupamento de diversos atributos, interdependentes em um determinado domínio.

Méndez (1991) expressa esta idéia inferindo que:

*“La localización y distribución geográfica de los fenómenos sociales y económicos, son una expresión de principios de repartición e interacción, propios de la sociedad global, pero sujetos a una dinámica local o regional donde las estructuras espaciales son una resultante y un determinante, en la conformación histórica de los procesos productivos, y aun de las formaciones sociales locales o regionales.”*

Nesta análise, a partir do seu conteúdo material e social, a luz da constituição do processo histórico, percebeu-se o uso diferenciado do espaço pela sociedade do Litoral Centro e a transformação da natureza por seu trabalho social. Essa natureza transformada constitui o espaço geográfico onde a sociedade produz o seu espaço nesta base territorial, com características próprias.

A organização espacial da coletividade humana, de origem açoriana, instalada na região a partir do século XVIII, guarda de forma marcante os mesmos traços culturais e sociais de seus antepassados. Persistem estes traços, certamente, em função do isolamento da área dos centros mais desenvolvidos. A economia da região também de certa forma se mantém homogênea onde se desenvolve a produção primária, baseada na cebolicultura em área tradicionalmente de pecuária, cuja única inovação foi a introdução da rizicultura irrigada, na década de 30 do século passado. Recentemente foi introduzida a sivilicultura de espécies exóticas como o pinus e o eucalipto.

Esta sociedade adaptada aos aspectos da natureza do Litoral Centro, como a formação geológica resultante de depósitos sedimentares marinhos e continentais com baixo teor de matéria orgânica com uma característica geomorfológica dominante de restinga. A um clima subtropical, homogêneo em toda extensão da região, com influência do oceano e da laguna. A vegetação em toda a área dos municípios caracterizada pela pobreza na diversidade vegetal em razão da baixa fertilidade do solo. Os municípios são

banhados a leste pelo Oceano Atlântico, a oeste pela Laguna dos Patos e ao sul pelo Canal do Rio Grande, isto é, envoltos por massa de água (istmo).

A análise regional, portanto, examina as formas geográficas onde está inserido e representado o modo de produção capitalista da sociedade e também traços de seus momentos anteriores representados pelos resquícios deixados na paisagem como a estrutura fundiária, os arranjos técnicos, inclusive na arquitetura do habitat rural. Assim, o território regional se estabelece como uma unidade geográfica, representado por uma unidade social e política, em determinados momentos. Portanto, a análise regional ocorre através da percepção de um recorte do espaço onde são constituídos e/ou estabelecidos critérios para análise e estudos a luz de suas características físicas, sociais, culturais, econômicas e históricas.

Nesta análise utilizamos o que preceitua Sonia Barrios (in Santos, 1986), para a compreensão da problemática espacial que:

*“ ... supõe a diferenciação de três classes de fenômenos com ela relacionados: a **configuração espacial** (formas particulares de distribuição da força de trabalho, das atividades sociais, da infraestrutura produtiva e do consumo coletivo, dos recursos naturais e das condições ambientais de um dado território - dispersão versus concentração); a **organização social do espaço**, isto é, a forma como os elementos materiais antes mencionados se relacionam, por meio da ação organizada dos agentes sociais; **os fluxos de pessoas, bens, dinheiro e informação**, principais responsáveis pelo fenômeno da configuração espacial, inclusive a urbanização, e que definem os limites físicos dos diferentes níveis de integração funcional dos agentes sociais, ou, em outras palavras, a organização social do espaço”.*

Assim, diante dos resultados da análise regional preceituada por Sonia Barrios podemos obter subsídios para formalizar ou não estudos de regionalização ou configurar uma região, de acordo com critérios pré-estabelecidos. O resultado deste trabalho indica a forma técnica da construção do espaço e mostra o grau de desenvolvimento da sociedade estabelecida neste território. Pensando o espaço *versus* território, a região constitui um nível de análise do território. A região, portanto, é escala sócio-espacial, que possui uma especificidade funcional, definida nos processos sociais, que condicionam e são condicionados por espaços físicos diferenciados. Portanto, a região é o espaço de ação e o produto das particularidades da sociedade que a construiu.

Para realizar esta análise regional tínhamos que ter presente a noção do conceito região. Um conceito de região que entendemos significativo é o de Castro (1992) que se expressa assim:

*“ ... o sentido mais abrangente do termo remete à noção de “diferenciação de áreas”, originário da percepção empírica das diferenças encontradas na superfície da terra. Porém, se a percepção das diferenças parece clara, a sua delimitação tem sido questionável. Além disso, a ampliação das relações econômicas, sociais e políticas em escala mundial indica que: o “conteúdo” da região é cada vez mais complexo; que a sua explicação não pode se limitar à aparência, pois se encontra, em parte, fora dela; e que as dificuldades de delimitar a região de forma não arbitrária, e capaz de traçar os limites de uma especificidade sócio-espacial, parecem ter se ampliado”. E continua: “Como o espaço é produzido pela sociedade, a região é o espaço da sociedade local, em interação com a sociedade global, porém configurando-se de forma diferenciada. A região é justamente a expressão das diferenciações do processo de produção do espaço; as diferenças se combinam, mas permanecem como diferenças”.*

Para definir esta região observamos a conexão da sociedade com seu espaço, sua atuação modificadora e seu vínculo com a paisagem. Assim, a sociedade identifica-se com o produto da sua ação transformadora. A região configura-se como uma fração estruturada do território e valorizada por seu uso. Por constituir uma estrutura, a região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno, tratando-se, então, de uma particularidade. Essa personalidade regional, particular, possibilita a sua delimitação a partir da compreensão das especificidades do seu conteúdo social, cultural, econômico e histórico.

Castro (1992) diz ainda sobre região:

*“Analisada como um subsistema espacial, fica claro que, apesar das relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas, que lhe conferem um caráter próprio e diferenciado. Ainda, enquanto construção espacial, a região é a concretização dos processos sociais e incorpora a sua dinâmica. Esses processos, entendidos como ação humana econômica, política ou cultural sobre uma base natural, estruturam em conjunto a construção do espaço em áreas geograficamente delimitadas, moldando suas peculiaridades e identificando-se com elas. A importância de conceber*

*a região como um elemento concreto, delimitável e dinâmico, com caráter particular, mas aberta a influência externa, está em torná-la um objeto de pesquisa específico, com significação própria”.*

Percebe-se que a região tem uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala particular do espaço. Assim ela é concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, tem características próprias, historicamente construídas e interage com o todo social no seu território, que é o “local”, o “estadual” e o “nacional”.

O Litoral Centro como área de estudo é rico em todos os sentidos e apresenta um grande número de características físicas e sociais particulares que se pode utilizar como critério para uma regionalização. Também é importante salientar o que conduz o desenvolvimento dos estudos da região são as cidades, pois são os pontos de referência, formando as redes de dependência. Desta forma, através de processos sociais e econômicos particulares as regiões se formalizam. Segundo Santos (1979) “*a especialização regional se apresenta simultaneamente como uma especialização urbana.*” Desta maneira a fama que leva a região de ser pólo ceboleiro é transferido para as cidades. Um entrevistado, não ligado aos atores da cadeia da cebola, declarou espontaneamente que “*Mostardas é o berço da cebola*”, mostrando a identificação da produção da cebola com a cidade.

Assim vemos a formação da territorialidade sobre o ponto de vista econômico, especialização na produção de cebolas com nicho de mercado interno, apesar de todas as conseqüências do isolamento físico da região. Deste modo, se a economia está em um determinado espaço, e se ela for de tipo preponderante, pode ser esta área regionalizada utilizando este critério. Portanto, segundo Santos (1979) “*Cada lugar é, então, definido por uma combinação particular de modos de produção concreto, isto é, por uma forma particular da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção*”.

Desta maneira utilizamos como critério para este estudo a formação geológica, a geomorfologia, o clima, a vegetação, a organização e especificidades da sociedade, a economia pobre e pautada quase que exclusivamente no cultivo da cebola e ainda como área de abandono econômico e social que se encontra este território, de maneira formal e informal, pelos poderes constituídos estadual e nacional. Podemos

concluir, diante dos aspectos citados acima e pelos estudos realizados no decorrer deste trabalho, que os municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte formam um perfeito espaço regional particular ou homogêneo e desta forma pode ser classificado como um recorte regional diferenciado, aqui já denominado Litoral Centro.

Para chegarmos a esta conclusão utilizamos o conceito de Richardson (1973) para região homogênea que está baseado no ponto de vista de que as áreas geográficas podem estar ligadas como uma região única quando partilham de características de elementos e fatores comuns ou uniformes. Essas características podem ser econômicas, tais como estruturas de produção semelhantes, no caso a monocultura da cebola, geográficas, como topografia, geologia, geomorfologia ou clima semelhantes, e mesmo sociais ou políticas como uma “identidade” regional. Podemos até no critério isolamento e abandono político/econômico classificar esta região como homogênea.

Depois desta análise vimos que poucos recortes geográficos podem, ao mesmo tempo, satisfazer tantos critérios para um estudo de regionalização, apesar deste haver limites administrativos. Isto é mera coincidência, pois analisando o conjunto deste estudo vai se visualizar concretamente as especificidades desta área de estudos e validar os critérios utilizados para este trabalho de regionalização.

### **6.1.2 - O Litoral Centro e sua inserção nas regiões administrativas do Rio Grande do Sul**

A região de planejamento ou administrativa é um conceito para determinar ou estabelecer uma região. Isto é uma categorização essencial de espaço quando surgem questões políticas e de planejamento regional. Uma região de planejamento é uma área na qual se aplicam decisões econômicas e sociais, dando este fato uma unidade a um determinado espaço. A implementação de uma política regional exige o poder de agir, cabendo esse poder aos governos, assim as regiões precisam ser definidas como áreas administrativas e como jurisdições políticas de vários tamanhos e níveis.

A operacionalização de regiões de planejamento foge das questões acadêmicas e vai ao encontro da questão política. A política determina os espaços e os critérios, normalmente com razão econômica e formatados pelos arranjos de poder.

Portanto, nas regionalizações ocorridas no passado, as autoridades no exercício do poder público realizavam estes processos pelas imposições subjetivas das relações de poder.

**Tabela 48 – Algumas regionalizações do Rio Grande do Sul e a situação dos municípios do Litoral Centro em cada uma delas.**

<b>NOME DA REGIONALIZAÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE REGIÕES NO RS</b>	<b>SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS</b>
<b>COREDES</b> Conselhos Regionais de Desenvolvimento	22 Regiões/ Conselhos	Mostardas faz parte do COREDE do Litoral Norte e Tavares e São José do Norte fazem parte do COREDE da Região Sul.
<b>Secretaria do Turismo - Zoneamento Turístico</b>	9 Zonas ou regiões	Mostardas e Tavares fazem parte do Zoneamento Turístico do Litoral Norte e São José do Norte faz parte do zoneamento da Região Sul.
<b>Secretaria da Saúde - Coordenadorias Regionais da Saúde (CRSs)</b>	18 Coordenadorias ou regiões	Mostardas e Tavares fazem parte da 18ª Delegacia Regional da Saúde com sede em Osório. São José do Norte faz parte da 3ª Delegacia com sede em Pelotas.
<b>Secretaria da Educação - Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)</b>	39 Coordenadorias ou regiões	Mostardas e Tavares fazem parte da 11ª Coordenadoria Regional de Educação com sede em Osório. São José do Norte faz parte da 18ª Coordenadoria com sede em Rio Grande.
<b>Micro Regiões Homogêneas do IBGE</b>	35 Regiões	Mostardas e Tavares fazem parte da Micro Região Homogênea de Osório e São José do Norte faz parte da Micro Região Homogênea de Rio Grande.
<b>Secretaria da Agricultura - Regionalização do Espaço Agrícola do RS</b>	4 Grupos sub divididos em 16 regiões	Região 15 – cebola. Esta região é formada pelos municípios de São José do Norte, Mostardas, Tavares e Rio Grande.
<b>Secretaria Estadual dos Transportes – Distritos Regionais Rodoviários</b>	18 Distritos	Mostardas e Tavares fazem parte do Distrito 16 com sede em Osório. São José do Norte faz parte do Distrito 7 com sede em Pelotas.
<b>Secretaria da Coordenação e Planejamento/RS Projeto RS 2010</b>	3 Regiões divididas em 22 Sub-regiões	São José do Norte, Mostardas e Tavares constituem isoladamente a sub-região SUL – 4.

Dados brutos: SCP/RS

É normal existir uma superposição, no território, de escalas de poder: a da região de identidade territorial e a da região definida pelo poder público estadual/nacional.

Portanto, as regiões administrativas, abertas pelas forças políticas, não coincidem com a região vivida pelos habitantes. Segundo Paulet (1998):

*“Uma fronteira artificial pode cortar em dois a "região humana". As velhas regiões "enraizadas", elaboradas depois de muito tempo, onde viveram os mesmos grupos humanos, se destruíram face as modificações do mundo moderno.”*

Desta forma mostramos alguns exemplos de regionalização do Estado do Rio Grande do Sul demonstrados na Tabela 48 com a situação dos municípios do Litoral Centro inseridos em cada uma delas.

Percebe-se que quando foram realizados estes estudos de regionalização se considerou três situações: a) o inexpressivo peso político-econômico do Litoral Centro; b) o problema da comunicação com as sedes municipais, ou seja, a falta de estrada para o interior da restinga onde estão localizados os três municípios e c) o fator da sede do município de São José do Norte estar localizado na parte sul da restinga e bem próximo aos centros urbanos de Rio Grande e Pelotas.

A regionalização da Secretaria da Agricultura – Cebola é óbvia, mas com a inserção do Município de Rio Grande retira a continuidade territorial, descaracterizando a região na forma acadêmica de pensar. Castro (1993) ilustra bem esta situação:

*“O espaço geográfico incorpora os tempos da natureza e das sociedades, não há cortes bruscos em seu interior, e as diferenças vão se delineando progressivamente. Embora fundamental, a delimitação da região jamais poderá ser rígida, pela própria dinâmica do espaço e pela dificuldade de segmentar linearmente sua complexidade.”*

Verifica-se na Tabela 48 que nas regionalizações oferecidas pelo poder público estadual, em apenas uma, a da Secretaria da Coordenação e do Planejamento, o Litoral Centro é contemplado como uma base territorial única, resultado do reconhecimento da particularidade do espaço. Esta regionalização, diga-se de passagem, foi adotada do trabalho de Alonso, Benetti e Bandeira (1994) e inserida no trabalho Desequilíbrios Regionais – Projeto RS 2010 (1998) da mesma Secretaria. Acreditamos que os autores utilizaram os critérios de pouca expressão econômica e o (quase) abandono político-administrativo a que está relegada esta área.

## **6.2 - OS PROBLEMAS NA CEBOLICULTURA E AS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

### **6.2.1 – Os problemas enfrentados pela Cebolicultura do Litoral Centro**

O Litoral Centro é uma zona agrícola antiga e atrasada que historicamente ficou à margem do processo de industrialização, cujo crescimento se reduziu em função de fatores enfrentados pela atividade da cebolicultura que forma a base da economia da região. Nesse caso, a crise tende a originar-se da obsolescência tecnológica da produção e perda de competitividade, cujo mercado, após um período de grande expansão, agora se encontra estagnado. Para Bandeira (1988) *“uma região em crise seria aquela em que, durante um período relativamente longo, a acumulação de capital se processa em um ritmo mais lento do que nas demais áreas da economia em que está inserida”*.

Já que essa crise, por definição, se refere a uma situação que perdura por um prazo relativamente longo, suas causas devem ser buscadas, em última análise, nas características estruturais da sócioeconomia do Litoral Centro, motivo deste estudo. Essas características, por um lado, fazem com que as atividades nela localizadas tenham uma menor capacidade de competir com as situadas em outras áreas e, por outro, diminuem sensivelmente os atrativos oferecidos à instalação de novos investimentos na região.

Diante disto vamos discorrer sobre o que deduzimos como causas que levam a cebolicultura do Litoral Centro e a sócioeconomia da área, como um todo, a enfrentar problemas de longa data.

#### **6.2.1.1 – Causas da natureza do território - Físicas**

- **Baixíssima fertilidade dos solos;**

Devido à constituição geológica do Litoral Centro os solos têm baixíssimo conteúdo de matéria orgânica, que é um fator limitante a produtividade e qualidade da maioria das colheitas na área.

- **Erosão dos solos**

A erosão é outro problema na área de estudo, principalmente devido à ação de ventos, que são constantes e característicos na região.

#### **6.2.1.2 – Causas Sociais**

- **Analfabetismo ou baixo nível de instrução do cebolicultor**

O analfabetismo médio de 25% e grande porcentagem dos camponeses produtores com baixo nível de instrução na área de estudo são um entrave à adoção de novas tecnologias, entendimento das técnicas culturais, estabelecer o cooperativismo e entender o funcionamento do mercado da cebolicultura.

- **Ausência de cooperativismo e/ou associativismo**

O individualismo e o isolamento, aliado ao analfabetismo, são as causas que distanciam o camponês produtor do cooperativismo e/ou associativismo.

- **Desânimo e falta de estímulo**

O camponês está desanimado com as sucessivas frustrações econômicas das safras e desestimulado para seguir plantando. Planta porque tem obrigação social.

- **Individualismo do camponês**

Existe um forte espírito de individualismo entre os camponeses produtores, com poucas e frágeis iniciativas de associações, o que indica a necessidade de trabalho na área social destes municípios.

- **Comodismo do camponês**

Em razão do ritmo lento do camponês produtor e a realização da comercialização por parte do intermediário este espera que os atores resolvam seus problemas ligados a produção.

- **Isolamento e abandono político/econômico da região**

O isolamento e abandono político/administrativo/econômico por parte dos poderes estadual/federal levaram a região à estagnação, estando atrasada em todos os setores em comparação com outras áreas do Estado.

- **Falta de coesão na cadeia de atores – cada um por si;**

Existe pouca colaboração das instituições locais, entre si. Os atores da cadeia estão desorganizados, cada entidade tem uma linha de ação não somando esforços para o desenvolvimento da cebolicultura da região. Inexistência de quaisquer projetos pelo poder público ou entidades privadas.

- **Desinteresse pelos jovens pelo trabalho rural**

Os adolescentes masculinos estão altamente desinteressados pelo trabalho rural, colocando em perigo a renovação na cebolicultura da região.

- **Êxodo Rural**

A partir de 1994 intensificou-se o êxodo rural em razão das sucessivas frustrações da produção e comercialização da cebola aliada as atrações e facilidades da cidade. Este fator atingiu principalmente os mais jovens.

### **6.2.1.3 – Causas Agronômicas**

- **Uso de semente de baixa qualidade**

Um dos maiores problemas enfrentados pelo camponês é a semente sem qualidade ou não certificada que acarreta perdas de safras e baixa produtividade.

- **Baixo nível de uso de tecnologias pelo camponês**

Devido a descapitalização e baixo nível de instrução as novas tecnologias não são incorporadas ao cultivo da cebola.

- **Utilização irracional da terra**

A causa principal para a diminuição do teor de matéria orgânica nos solos é o manejo convencional dos solos na região por parte do camponês.

- **Utilização inadequada de insumos**

Os agricultores possuem pouco conhecimento sobre o uso adequado de fertilizantes. A fórmula de uso generalizado entre os produtores (NPK, 10-20-10), é utilizada em diferentes dosagens e métodos de aplicação.

- **Ausência de análise do solo**

A maioria dos produtores não fazem análise de solo, em parte por causa do período de tempo necessário para obter os resultados e também, pela dificuldade em entender o uso correto dos resultados da análise.

- **Produção não diversificada – produto único na região;**

Há falta de plantios consorciados ou em rotação com a cultura da cebola no Litoral Centro.

- **Tratos culturais incorretos**

Em razão do isolamento, baixa instrução e assistência técnica deficiente os camponeses não agregam práticas adequadas no plantio, seguindo o tradicional. Plantam “na prática” de pai para filho.

- **Baixa produtividade**

Os produtores, na sua grande maioria, são afetados pela baixa fertilidade dos solos e o manejo adequado do solo, com a conseqüente baixa produtividade.

- **Assistência técnica deficiente ou ausente**

A assistência técnica é de deficiente a ausente. A EMATER é a principal instituição envolvida no processo de transferência de tecnologia no Litoral Centro, não consegue atender a demanda por falta de funcionários.

- **Problemas na armazenagem da produção**

A armazenagem da produção de cebolas está ameaçada em razão da precariedade dos galpões rústicos das propriedades.

- **Inexistente divulgação de novas tecnologias**

Verificou-se ausência de uma rede de informações relacionadas à divulgação de tecnologias apropriadas para a cebolicultura do Litoral Centro. A pesquisa na área do cultivo da cebola é quase inexistente.

- **Ausência de irrigação**

A irrigação está ausente devido, principalmente, a falta de infraestrutura de energia elétrica.

#### **6.2.1.4 – Causas Econômicas**

- **Pequena área de produção**

Os rendimentos realizados pelo camponês são reduzidos devido a pouca área plantada (média de 1,43ha) e pelo baixo preço auferido pelo produto.

- **Crédito para custeio de safras reduzidos ou inexistentes**

Existem poucos ou nenhum recursos para crédito de custeio das safras além da descapitalização do produtor que o deixa longe das instituições bancárias.

- **Alto custo de produção (insumos) para a agricultura familiar**

A cultura da cebola tem um alto custo de produção considerando as condições financeiras dos camponeses, ou seja, R\$ 1.500,00 por hectare, neste valor já foi descontado a mão-de-obra do produtor.

- **Baixo valor agregado e conseqüente baixo retorno financeiro do produto**

Baixo valor comercial do produto e pouca lucratividade por parte do camponês.

- **Alta sensibilidade para a competitividade da cebola da região**

O produto da região é sensível a comercialização em razão da grande produção de Santa Catarina com safra na mesma época e mais perto do centro do país. Também a entrada de cebola importada, de melhor qualidade, atrapalha a comercialização.

- **Cadeia de intermediários inescrupulosa**

As práticas comerciais são abusivas por parte dos intermediários em relação à aquisição da produção do camponês.

- **Desconhecimento do funcionamento do mercado de cebolas**

O camponês produtor não sabe quanto vale sua produção no mercado, como funciona a cadeia de intermediários e os preços estabelecidos por ela, desta forma não tem informações que lhe permita tomar decisões.

- **Falta de controle financeiro da produção – contabilidade**

O camponês não sabe quanto gastou e recebeu por sua safra, não sabe, portanto, o resultado do seu trabalho.

- **Calote ao camponês**

Pelo analfabetismo ou baixa instrução o calote, ou o logro, é corrente na cadeia da cebola, descapitalizando ainda mais o camponês.

- **Importação desnecessária;**

A política comercial do país é equivocada, realizando importações desnecessárias, quando o país é auto suficiente no produto, prejudicando o camponês nacional.

- **Comercialização deficiente**

Desorganização do sistema de comercialização. Vendas realizadas de forma arcaica tanto do produtor como do intermediário local.

- **Fixação do preço final em outro estado**

No nosso entender os preços da cebola são fixados no estado de São Paulo, inexistindo os processos de oferta e procura local.

- **Inexistência de agroindústrias**

A agroindústria está ausente da região por não haver matéria prima para processar durante o ano todo. Também produtos a base de cebola não são desenvolvidos.

- **Preço de venda da cebola prejudicado por falta de estradas**

As ausências de estradas fazem com que o preço da cebola seja aviltado para pagar o alto frete em estradas intrafegáveis.

#### **6.2.1.5 - Infraestrutura**

- **Infra-estrutura de transportes ausente – balsa;**

As estradas vicinais praticamente não existem, a única estrada asfaltada é a RST 101 no trecho Capivari do Sul - Mostardas – Tavares. Em São José do Norte ainda existe a “Estrada do Inferno”, intransitável em determinados períodos. A balsa da travessia do canal São José do Norte – Rio Grande também é outro problema para deslocamento da safra. O transporte também é problema para a cultura da cebola em todas as fases.

- **Eletrificação rural inexistente**

Sem eletrificação rural é impossível implantar projetos de irrigação e drenagem na cultura da cebola, prejudicando a produtividade.

Portanto, são estes alguns dos problemas que enxergamos na cebolicultura do Litoral Centro e que devem ser rapidamente atacados para solucionar a difícil situação em que se encontram os camponeses produtores.

## **6.2.2 – As ações mais prováveis para os problemas enfrentados pela Cebolicultura do Litoral Centro**

Para não apontarmos somente os problemas, dentro do possível, apontamos algumas ações, que parecem óbvias, mas que fazem ou podem fazer parte do cotidiano desta região.

### **6.2.2.1 – Ações para os problemas da natureza do território – Físicas**

As dificuldades causadas pelo meio físico na produção, como a constituição geológica da área e a erosão eólica que assola a região, podem ser atenuadas com artificios técnicos como a melhoria do manejo da terra, utilização de insumos adequados e a proteção do solo das ações do vento.

### **6.2.2.2 – Ações Sociais**

Os problemas sociais na região de estudo, no nosso entender se dão por dois motivos principais:

- a) a falta de infraestrutura; e
- b) isolamento e abandono político/econômico da região.

Como a região não tem poder de barganha político/econômico a nível estadual/nacional a situação social fica inalterada. Com o abandono o analfabetismo se destaca, gera o individualismo, dificulta o associativismo e estimula o comodismo. Com a exploração financeira do camponês e a falta de coesão das lideranças os problemas sociais se agravam mais.

A falta de confiança nos pares e o individualismo são os fatores preponderantes para que não ocorra a parceria entre os camponeses produtores. Desta forma deve haver um trabalho por parte dos atores da cadeia para que haja a integração dos camponeses. O sucesso dos camponeses produtores é o sucesso dos atores, assim é importante que exista uma ação prática para que leve a ser erradicada esta forma de agir e pensar.

A alteração destes problemas requer amplo engajamento das autoridades para atuar nos âmbitos de infraestrutura de transporte e energia elétrica os quais com sua

implantação vão influir decisivamente nos rumos sociais da região, sobretudo na educação (condições de ir a escola), a qual, a falta de instrução de grande contingente da populacional colabora com os problemas sociais apontados anteriormente.

A inserção de técnicas agrícolas e comerciais voltadas a produção e comercialização de safras de cebola dentro do currículo das escolas da região seria importante para apresentar esta atividade aos adolescentes e tentar frear ou diminuir o êxodo rural. Na dificuldade de implantação destes conteúdos pelo município/estado as Associações de Produtores, Cooperativas ou Sindicatos de Trabalhadores Rurais devem promover cursos que abarquem estes conteúdos.

### **6.2.2.3 – Ações Agronômicas**

Adiante vamos discutir algumas sugestões para melhorar as questões agronômicas da cebolicultura do Litoral Centro

- **Utilização de Semente de Qualidade**

A primeira sugestão, e talvez a mais importante, para a melhoria da qualidade da cebola é o uso de semente de qualidade e certificada por órgãos de pesquisa reconhecidos. Para tanto deve haver ampliação do sistema de distribuição das mesmas, de preferência pelo sistema Troca-Troca, credenciando todas as Associações, Sindicatos, Cooperativas e Secretárias Municipais de Agricultura para que atinja todos ou a grande maioria dos camponeses produtores da região. A compra em grandes volumes por estas entidades reduz o custo do que é o principal insumo da cultura.

- **Mecanização da produção**

Muitas propriedades da região, principalmente as mais afastadas das sedes, não utilizam a mecanização da roça por impossibilidade financeira ou acesso às máquinas das Associações e ainda a indisponibilidade de máquinas para atender a demanda na época do preparo da terra. Desta maneira, diante da grande descapitalização dos produtores, seria importante a aquisição de maquinário agrícola por parte dos poderes públicos municipais da região de estudo cobrando por sua utilização o custo da hora/máquina mais taxa de manutenção e depreciação deste ativo público. Da mesma forma, reduzir a necessidade de

trabalho manual na colheita através da introdução de tecnologias compatíveis com os recursos econômicos dos produtores.

- **Utilização racional da terra**

A produção contínua de cebola no mesmo campo, em alguns casos durante 3 anos ou mais, debaixo de cultivo tradicional (aração), sem a aplicação de esterco (nas lavouras definitivas) ou adubos ecológicos, contribui para uma diminuição da fertilidade dos solos. Entretanto, a reduzida área que dispõem, os força, as vezes, a alternar culturas para aumentar a renda anual. A maioria dos agricultores não pratica o pousio nas terras próprias. Este uso intensivo, sem manejo adequado, não permite a recuperação da fertilidade. Portanto deve-se inverter estes procedimentos via orientação da assistência técnica e cursos de capacitação técnica.

- **Adubação de acordo com a análise do solo/utilização adequada de insumos**

Com trabalho e tecnologia pode-se fazer cultivável qualquer solo e o transformar produtivo. A cebola, como qualquer outro vegetal, precisa de nutrientes adequados como, por exemplo, o Nitrogênio, o Fósforo e o Potássio, para se desenvolver. O solo da área de estudo é, por sua constituição geológica, arenoso e carente de vários nutrientes. Assim, com a análise anual do solo se garante a adubação correta, nos níveis desejáveis, sendo que é um dos fatores fundamentais para a boa produtividade. Desta forma, a única maneira de assegurar os nutrientes indispensáveis para a cebola cultivada na região e garantir boa produtividade é a adubação adequada da roça.

- **Introdução de Cultivares / Diversificação da produção**

A introdução de novas cultivares é de suma importância para a competitividade dos cebolicultores. A variedade de cebola Alfa-Tropical, desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, é semeada no período de 15 de novembro a 15 de dezembro colhendo cebola no período de entressafra, entre julho e agosto. A cultivar é uma ótima opção de renda, uma vez que entra no mercado fora de época, melhorando a oferta do produto o ano todo no Brasil. A cultivar Alfa Tropical possui folhas cerosas, bulbos de coloração amarelo-baia de sabor picante, com formato predominantemente globular, características apreciada pelo consumidor brasileiro.

Outra possibilidade é a cultivar Beta Cristal, com ela é esperado o aumento da competitividade e redução das perdas pós-colheita com bulbilhos fora de padrão (Tipos 1 e 2). Ainda o híbrido Mercedes, que se adapta a diferentes regiões de cultivo no Brasil. Possui casca amarelo-dourado, firme e com várias camadas que consegue competir com a cebola argentina e, ainda, é dotada de um sabor suave e bem agradável. A Mercedes possui bulbos uniformes, de forma globular e de tamanho médio e grande. Este híbrido pode ser colhido, em média, cem dias após o transplante. É importante salientar que a cebola cultivada na Argentina é de melhor qualidade e os produtores nacionais tem como base esta cebola para qualificar a produção brasileira.

A introdução de alguma cultura alternativa agrícola no período janeiro-julho se faz necessário, com objetivos de geração de renda e incremento na fertilidade do solo.

Deve-se fazer ainda estudo do mercado local para a produção de hortaliças em geral, como batata-doce, pimentão e tomates para consumo nos municípios. Também a experimentação local de espécies de frutas subtropicais (como maracujá e abacaxi), que podem tirar proveito de áreas livres de geadas no Litoral Centro e aproveitadas para uma possível instalação de uma agroindústria de conservas e sucos.

Outra opção seria a produção de hortaliças em estufas – olericultura. Este sistema permite a organização da produção e da comercialização de hortaliças cultivadas em abrigos. Pode-se, assim, programar a época da colheita das hortaliças de acordo com a procura do mercado, gerando o crescimento da renda anual para o camponês e sua família. O projeto de cultivo protegido de hortaliças também oferece a diversificação da produção nas propriedades rurais de base familiar, ocupando pouco espaço físico, diminuindo riscos de perda da produção, porque não fica sujeita as intempéries climáticas que, por sua vez, evita a proliferação de pragas e conseqüentemente a utilização de agrotóxicos.

- **Tratos culturais de acordo com a boa técnica agrícola**

Qualificar os esforços dos órgãos de assistência técnica para reduzir o uso de defensivos agrícolas através da difusão da informação de dosagens ótimas, treinamento e demonstrações em alternativas ao uso de agroquímicos, como manejo adequado do esterco, compostagem, técnicas biológicas para o controle de pestes, rotações e consórcios. Da mesma forma quanto ao uso de herbicidas de ação química. Estes esforços vão se refletir na diminuição do custo final da produção e maior produtividade e qualidade do produto.

- **Baixa produtividade**

Quando não há manejo adequado do solo a principal consequência é a baixa produtividade. O potencial de produção seria muito maior se fossem adotadas tecnologias quanto à adequada adubação, drenagem, irrigação, permanência de matéria orgânica e calagem. Também as ações dos ventos constantes, diminuem a produtividade das culturas, pois resseca as plantas e o solo. Devem, portanto, ser evitados esses problemas com quebra-ventos.

- **Assistência técnica**

A assistência técnica na região por órgãos como a EMATER é sofrível por falta de técnicos. Nos trabalhos de campo foi verificada a existência de 4 técnicos para atender toda a demanda da agropecuária da região com 3.726 km<sup>2</sup>. Soma-se ao pouco material humano a inexistência de estradas vicinais o que dificulta sobremaneira o deslocamento. Portanto, a região necessita urgentemente mais técnicos agrícolas para se somarem aos da EMATER. As prefeituras deveriam participar ativamente com um corpo técnico próprio uma vez que, a partir do êxito do produtor, a maior renda no campo reflete na cidade e por sua vez existe retorno financeiro para os cofres municipais, via retorno do ICMS.

- **Armazenagem**

Após a colheita reduzir as perdas no armazenamento através da difusão de tecnologias adequadas ao manejo de pragas e doenças, no período de pós-colheita, e aperfeiçoamento das estruturas de armazenagem, ainda que rústicas.

- **Treinamento/Capacitação técnica**

A capacitação técnica é uma ferramenta competitiva. O domínio qualificado dos processos produtivos e de administração é essencial para o camponês, pois a capacidade técnica e administrativa influi no sucesso dos negócios. O treinamento deve ser considerado como uma ferramenta indispensável que contribui para melhorar a qualidade do produto e abrir novos mercados.

Os cursos devem incluir temas como novas técnicas agrícolas, comercialização, custos, preços e mercado, centrado na lógica e racionalidade do camponês, por meio de uma metodologia baseada na transmissão de experiências. As

Associações, Sindicatos e Cooperativas com parcerias com a EMATER e Secretarias Municipais de Agricultura seriam encarregadas deste processo de treinamento.

- **Produção através de técnicas agroecológica**

Os camponeses devem aproveitar a crescente tendência de mercado para produtos ecológicos e investigar o potencial para produção agroecológica na região, como uma linha de pesquisa em sustentabilidade apoiando as pequenas iniciativas de produção ecológica de cebola e outras culturas.

A técnica agroecológica produz alimentos com sistemas não contaminantes, sem pesticidas e/ou agroquímicos. Os alimentos orgânicos são um nicho de mercado que representa novas oportunidades de negócios. Os alimentos orgânicos custam entre 20 e 50% mais que os convencionais porque demanda maior mão-de-obra para suprir a ausência de herbicidas.

#### **6.2.2.4 – Ações Econômicas**

Para diminuir os problemas econômicos apontados na cebolicultura do Litoral Centro sugerimos as seguintes ações:

- **Aumentar a área plantada**

Já discutimos que os camponeses plantam em pequenas áreas devido a impossibilidade de tratos culturais em áreas maiores e estabelecimentos de poucas dimensões. Desta forma com a baixa lucratividade, o retorno financeiro de 1ha, por exemplo, é pouco para atender suas necessidades básicas e de sua família. A solução é, dentro do possível, aumentar a área plantada para obter maiores rendimentos pela quantidade produzida.

- **Financiamentos da Produção / Crédito para custeio**

Atualmente os Financiamentos da Produção ou Crédito para Custeio tem falta de recursos para atender a todos os pretendentes, os produtores que conseguem a aprovação do crédito tem a liberação destes valores com atraso, sempre após a época de plantio, o que é o caso dos recursos via PRONAF. Atualmente menos de 20% dos produtores de todas as culturas tem acesso ao crédito oficial. Também o fator descapitalização leva o produtor a ficar longe das agências bancárias, pois um fracasso e/ou

baixo preço da safra vai tirá-lo do mercado, devido a não ter como pagar o empréstimo. Além disso, os bancos estão aumentando o grau de exigências nas chamadas reprecidades, através dos quais exigem do tomador do empréstimo de custeio agrícola, que tem juro fixo, que compre outros serviços oferecidos pela instituição, como poupança, seguro e títulos de capitalização.

Uma opção interessante que se apresenta ao mercado de financiamento rural, e o que sugerimos para os camponeses do Litoral Centro, é a solicitação de custeio de safras no Banco Nacional de Agricultura Familiar – BNAF, não confundir com o PRONAF. Sua missão é promover o desenvolvimento rural sustentável, a melhoria da qualidade de vida, trabalho e produção da agricultura familiar. É um banco que, além do setor financeiro, capta e disponibiliza recursos tecnológicos para os agricultores familiares. Suas operações referem-se basicamente aos aspectos tecnológicos do processo de desenvolvimento. Por seu intermédio o agricultor desenvolve novas formas de relacionamento com a produção científica e tecnológica, possibilitando a geração e multiplicação de conhecimentos adequados à sua realidade socioeconômica. Sem dúvida seria de grande importância para a região devido aos seus problemas de assistência técnica.

Portanto, o apoio governamental em termos de recursos à agricultura é importante para a cebolicultura da região. Entretanto, a imperícia dos governantes nacional/estadual/municipal nas questões agrícolas, causa uma situação de orfandade nos produtores e impede que as oportunidades naturais possam tornar-se alternativas econômicas viáveis. Para ilustrar, estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES revela que para cada R\$ 1 milhão investido na agropecuária são criados 89 empregos diretos e 24 empregos indiretos, totalizando a abertura de 113 novas vagas no mercado de trabalho. Este mesmo recurso investido na área de estudo manteria na terra cerca de 600 produtores rurais/ano, calculado pelo custeio do plantio da cebola de acordo com a Tabela 42 e daria renda (por tarefa sazonal) para no mínimo 1.200 pessoas (plantar, aplicar defensivos, colher, fazer a toaleta, classificar, embalar).

- **Produção e/ou redução de custos de insumos**

Os autos custos de insumos poderão ser reduzidos com a produção de adubo ou compostos orgânicos na propriedade. Da mesma forma a associação de vários camponeses “vizinhos” poderá otimizar a gestão da aquisição dos insumos, para encurtar o caminho da fábrica/distribuidor até a propriedade, diminuindo custos de transportes.

Outra possibilidade é reter ou recuperar restos de cultura para incorporação direta nas lavouras. Também a reciclagem do lixo dos centros urbanos do Litoral Centro utilizando os rejeitos orgânicos como adubo para o plantio da cebola. Assim cria postos de trabalho no meio urbano com a reciclagem/compostagem e barateia o custo de produção para os cebolicultores.

- **Ampla análise de mercado**

As questões negativas da cebolicultura representadas por baixo valor agregado, baixo retorno financeiro, alta sensibilidade para a competitividade, cadeia de intermediários inescrupulosos, desconhecimento do funcionamento do mercado da cebola, calote, comercialização deficiente poderiam ser combatidas em parte ou no seu todo com uma análise e entendimento do mercado ceboleiro.

Assim, é necessário ter um melhor entendimento da cadeia de produção de cebola, como a estrutura dos mercados, características de cada mercado, pontos fracos e fortes da cadeia de fornecimento de cebola, etc. Os papéis dos diferentes atores, atacadistas, varejistas, supermercados, etc. precisam ser estudados entendendo-se o valor agregado a cada etapa, as transformações sofridas pelo produto, perdas, custos, destino da produção local, etc. É importante que o produtor disponha de informações sobre o comportamento do mercado internacional (Mercosul, Argentina) e nacional, para direcionamento da produção (variedades, classificações, épocas) e fornecendo indicativos que lhe facilitem a comercialização e aumente seus rendimentos. Estas informações poderiam ser mantidas em um Banco de Dados de Mercado, prevendo-se um mecanismo dinâmico que torne esta informação acessível aos produtores. As Associações, Sindicatos e Cooperativas seriam encarregadas deste trabalho sendo remuneradas pelos camponeses produtores para cobrir os custos das buscas das informações.

- **Classificação / Certificação**

O Serviço Oficial de Classificação de Produtos de Origem Vegetal, no Rio Grande do Sul, é realizado pela EMATER/RS, por delegação do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Este serviço é responsável pela classificação da cebola, tanto da produção interna, quanto dos produtos importados que se destinam ao abastecimento do mercado nacional. A finalidade da classificação é determinar a qualidade dos produtos através da comparação com padrões preestabelecidos, tornando possível uma interpretação única,

certificando a qualidade dos produtos na comercialização. Portanto, tem como objetivo aprimorar a produção, visando enfrentar a concorrência na conquista de novos mercados e, mesmo, para conservar os já tradicionais.

A certificação servirá para dar sustentação a iniciativas como a rotulagem do produto final, assegurando, depois de ensacada, a completa informação ao consumidor.

- **Importação Desnecessária**

As autoridades nacionais devem alterar a política comercial do país, não autorizando importações enquanto existir estoque de cebola nacional. O Brasil ao abrir sua economia, inclusive ao Mercosul, o fez sem exigir contrapartida dos seus parceiros comerciais, e este erro segundo os analistas de comércio exterior, se reflete na nossa balança comercial. Pensava os governantes brasileiros que com isto abriria-se os mercados externos facilmente, mas não foi isto que aconteceu, pois foi uma atitude unilateral. Agora necessita enérgica ação na área do comércio internacional combatendo estas distorções.

Considera-se relevante insistir no conceito de auto-suficiência. Isto é permitir que o mercado consuma a produção nacional quando a mesma consegue cobrir a demanda do mercado interno. Não importar enquanto não é necessário. Devemos flexibilizar quando o preço do produto dispara pela escassez. A salvaguarda comercial á produção nacional significa não se opor a entrada de produtos, mas sim a entrada indiscriminada, e as vezes desnecessária, e sem a qualidade controlada, pois tem entrado produto que deveria ser reclassificado.

A importação de cebolas somou no ano de 2000 US\$ 13,16 milhões, conforme a Tabela 29, que foram pagos na origem. Esta cifra, praticamente, se duplica quando é adquirida pelos consumidores finais. Este relevante movimento de capital deixa de ir para o cebolicultor nacional, para o comércio de insumos e a mão-de-obra safrista. Assim a importação é prejudicial a toda cadeia da cebolicultura, deprimi os preços locais e complica a colocação do produto nacional. Idêntico pensamento deve haver em outras áreas de produção do país.

O Brasil deve começar por impor barreiras sanitárias para a importação de cebolas. Deve-se fazer inspeção para verificar a não existência do patógeno *Urocystis cepullae*, além de outras impurezas, nos produtos importados.

Outra atitude é ação antidumping contra a importação com denuncia no Conselho Nacional de Política Agrícola<sup>24</sup> - CNPA, para evitar a que a cebola importada concorra deslealmente com a produção nacional. O produto deve entrar no país pagando taxa antidumping, com taxação máxima que os acordos comerciais do Brasil permitem.

Portanto, não se questiona a abertura comercial e sim a importação indiscriminada. Com uma eficiente atuação no controle de qualidade dos produtos importados, podemos afirmar que haverá uma drástica redução na entrada de produtos com baixa qualidade, evitando prejuízos à economia nacional.

#### **6.2.2.5 – Ações em Infraestrutura**

Como já vimos, no decorrer deste estudo, a falta de infraestrutura de transporte e energia elétrica são as causas ou influências em um grande número de problemas sociais, agronômicos e econômicos. A construção e asfaltamento de toda a rodovia RST 101 deve ser concluída o mais breve possível para diminuir os problemas da região. A construção de estradas municipais que levem a RST 101 deve ser acelerada, assim como a solução do problema da travessia do canal que liga São José do Norte a Rio Grande que é um fator de alto custo para somar a cebolicultura. Com a construção das estradas acredita-se que a implantação da rede de energia elétrica ocorra de imediato.

Apesar de todos os problemas enfrentados pelos camponeses produtores ainda existe um ponto positivo. O diferencial positivo para os cebolicultores do Litoral Centro é a aglomeração da produção transformando a economia da região em uma especializada e grande monocultura da cebola. Assim, este diferencial, torna-se vantagem competitiva para o camponês produtor pois atrai muitos compradores intermediários e/ou atacadistas brasileiros de cebolas para a região<sup>25</sup>. Porter (1993) diz que: “*é a combinação das condições nacionais com as condições intensamente locais que estimula a vantagem competitiva*”. E sem dúvida esta região, apesar do seu abandono, ainda tem um grande

---

<sup>24</sup> O Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA, é órgão colegiado vinculado ao Ministério da Agricultura, tem por finalidade e competências: controlar a aplicação da Política Agrícola, emitir parecer quanto à tributação compensatória de produtos agrícolas, cujos preços de internação no mercado nacional caracterizem concorrência desleal ou predatória.

<sup>25</sup> Foram identificados no trabalho de campo compradores oriundos de diversos estados, principalmente do Sudeste e Nordeste brasileiro.

potencial competitivo sobretudo pela aglomeração e especialização da cultura da cebola. Se não fossem estas qualidades a região provavelmente seria um vazio econômico. Vemos que o que se dá na região vai de encontro o que preceitua Pierre George. A cultura da cebola na região é especializada, não proporciona renda adequada mas o camponês dispõe a plantar.

*Segundo George (1972) “ ... a especialização agrícola regional é determinada pela renda da terra. Privilegiada é a cultura que proporciona os maiores lucros por unidade de superfície numa determinada região. O agricultor terá interesse em praticá-la se os lucros resultantes do aumento de renda da terra, descontadas as despesas de remessa ao mercado de consumo, forem nitidamente superiores ao ônus representado pela necessidade de importar os gêneros que ele desistiu de produzir em suas terras”.*

Ao contrário do que se espera a especialização espacial não impõe uma intensificação dos atos de comércio à distância que ainda se dá de forma pessoal no local ou seja o comprador observa e confere a qualidade do produto antes de fechar negócio.

A cebolicultura deve continuar fixando o homem no campo e gerando trabalho sazonal na pequena agricultura. O importante é os municípios abrirem novas perspectivas com projetos que levam em conta as características econômicas e sociais da região. É necessário evitar que as pessoas saiam do campo nos próximos anos em direção as cidades, que não têm empregos. Segundo Turra (Correio do Povo, 25/05/2001) “*É preciso urbanizar o campo e ruralizar a cidade*”.

### **6.2.3 - Iniciativas para o Desenvolvimento Regional**

Parece contraditório que pensemos em desenvolvimento regional em plena era da globalização. Mas devido ao nível de estagnação em que se encontra a economia do Litoral Centro, baseada exclusivamente na cebolicultura, necessita urgentemente de iniciativas que levem a alavancar social e economicamente a região. A região, portanto, vai ser o agente de desenvolvimento e a execução desta tendência dependerá do coletivo para construí-la política e socialmente.

Para Boisier (1996, in Dallabrida, 2000) *“Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e em definitivo, passiva em outra, organizada, coesa, consciente da identidade sociedade-região, capaz de mobilizar-se por projetos políticos coletivos, isto é, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento”*.

O desenvolvimento regional, desta forma, para Boisier (1996, in Dallabrida, 2000) *“torna-se, assim, um processo localizado de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela”*.

Para que o desenvolvimento regional se dê de forma objetiva devem ter alguns atributos como:

- Um crescente processo de autonomia regional, definindo seu próprio destino;
- Uma crescente capacidade de apropriar-se do excedente econômico gerado na região, diversificando sua base econômica;
- Um crescente movimento de inclusão social;
- Conscientização e mobilização social em torno da proteção ambiental da região, e;
- Uma autopercepção coletiva de “pertença” regional.

A implementação de um plano de desenvolvimento regional, segundo Dallabrida (2000) *“representa o desencadeamento de um processo de reconstrução e reapropriação do território, entendido como espaço apropriado, prenhe de relações de poder, sejam emanadas localmente ou não”*. Este desenvolvimento deve, de preferência, ser executado de forma endógena, ou seja, contemplar as necessidades e aspirações da coletividade regional no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento regional tem sua concepção alicerçada na interdisciplinaridade, e sua operacionalização baseada na interdepartamentalização, no caso os atores da cadeia. Friedmann (in Santos, 1979, pág 11) ilustra assim este pensamento, *“o desenvolvimento regional é o resultado de um processo de investimento”*. Um processo de investimento social, financeiro e intelectual dos órgãos locais e da comunidade regional.

Um sistema produtivo é a combinação, em um determinado espaço, de vários recursos (físico, humano) para alcançar objetivos específicos. Quando existe um ambiente otimista no sistema produtivo favorece, segundo Py (in Paulet, 1998), *"a comunicação, a difusão de inovação... as combinações criativas"* geradoras de trabalho e qualidade de vida. O desenvolvimento regional se dá pela inovação. Inovação é introduzir uma idéia, novidades na forma de fazer ou apresentar, tecnologia ou produto, e percebido como tal por todos indivíduos. Para Lindgren (1978):

*"Uma proposição que procura explicar como, onde, quando e porque os objetos de análise se inter-relacionam gerando inovações, que permitam a manutenção e a continuação da vida, chama-se desenvolvimento (urbano ou regional).*

*Uma proposição que procura especificar a maneira ótima de coordenar, introduzir, modificar, localizar (no tempo e no espaço) estas inovações chama-se teoria do planejamento (urbano e regional).*

*Uma teoria de desenvolvimento precede, necessariamente, a uma teoria de planejamento. Assim planejar sobre um objeto pressupõe a especificação do seu desenvolvimento. No tempo, como consequência, o ato de planejar altera o fenômeno do desenvolvimento de forma a se ter, na realidade, uma relação de retroinformação (feed-back).*

*Comumente, afirma-se que é necessário haver planejamento para que haja desenvolvimento. Entretanto, o ato de planejar implica em um conhecimento, a priori, do processo de desenvolvimento".*

Segundo Berry e Prakasa (in Santos, 1979, pág 11) *"os impulsos de crescimentos em economias regionais abertas geralmente provêm de fora, sob a forma de demandas por especialidades regionais"*. Portanto é importante que a demanda no comércio especializado de cebolas seja mantido e ampliado para se atingir os objetivos propostos rumo ao desenvolvimento da região.

Apresentaremos, a seguir, algumas sugestões de inovações rumo ao desenvolvimento da região:

- **Organização do setor**

Identificamos a falta de organização dos produtores e a falta de coesão da cadeia de atores como um dos principais problemas da cebolicultura do Litoral Centro. Devido a tendência individualista dos produtores é necessário apoio à organização de grupos de produtores, que lhes permitiram ocupar uma posição mais forte no mercado. A

criação de um centro de comercialização municipal poderá ser utilizado pelos produtores para armazenar e comercializar sua cebola. O uso coletivo desta central poderia ser um ponto de partida numa organização forte de produtores, criando as condições para a recuperação, o crescimento e a equidade na distribuição de renda e manter na terra o pequeno e médio produtor.

Concomitante com esta atitude, os líderes da região seriam convocados para formar uma frente dos atores que tenha como objetivo uma maior integração do setor, para não ficar unicamente em atos protocolares. O Sub Comitê Regional da Cebola deverá atuar como um Fórum, como catalisador, dando continuidade ao trabalho de aprofundamento das ações integradas que constituem o escopo básico de uma nova forma de conceber o planejamento regional, qual seja a de atuar diretamente sobre os aspectos da realidade local que requerem uma intervenção governamental para melhor servir à população no campo econômico, na área de serviços sociais, na infra-estrutura urbana e na infra-estrutura básica de transportes, energia elétrica e saneamento, buscando eliminar os entraves à plena utilização do potencial produtivo dos municípios e da região como um todo, em proveito exclusivo dos seus habitantes.

Assim, dar ao Sub Comitê Regional da Cebola a estância de fórum, para serem atendidas as reivindicações da cadeia. O objetivo do fórum é analisar sistematicamente a cadeia produtiva da cebola, diagnosticar seus problemas tecnológicos, econômicos e organizacionais e após sugerir uma ação governamental, se for de sua alçada, para resolve-los. O estudo da cadeia produtiva, segundo Nascimento (2000), é:

*“feito a luz dos chamados ‘insumos pós-modernos’ – ecoeficiência, orientação mercadológica prospectiva global, reconversões tecnológicas e mudança nos processos produtivos – é o caminho que leva a elaboração da tão necessária política de gestão estratégica tecnológica para os setores de produção”. Nascimento continua “O que se visa principalmente é identificar os gargalos de uma cadeia produtiva, ou seja, onde se encontram os pontos que estão emperrando seu desempenho e prejudicando sua competitividade”.*

O desafio é criar vantagens comparativas e dinâmicas. É necessário formar alianças cada vez mais estreitas para alcançar o desenvolvimento e uma maior distribuição da riqueza na região.

A partir destes entendimentos criar programa setorial de competitividade, plano de desenvolvimento para o pequeno e médio camponês produtor de cebola promovendo, em sua primeira instância, seu posicionamento estável no mercado interno e

seu excedente para o exterior. Se não houver produto com qualidade, não se poderá nem competir no mercado interno onde hoje se consome, inclusive produto importado. Também, será fundamental ter informação e descoberta de nichos e oportunidades que se obtenham dos mercados externos. Trata-se de uma estratégia a médio e longo prazo em que se analisará a formação da cadeia de valor deste setor para detectar os elementos não competitivos que os prejudicam, para logo poder corrigi-los.

Para isto são necessárias três ações principais, entre várias: capacitação profissional do produtor; pesquisa para melhoria do produto e formação de especialista em vendas do produto. O maior problema está atado a sua oferta. Falta somar qualidade a sua quantidade.

A organização é cada vez mais a chave da vantagem competitiva. Desta forma a cadeia produtiva da cebola estando organizada com certeza poderá se produzir com elevada qualidade e grande poder competitivo.

- **Formalizar selo de qualidade e designação de origem para a cebola regional/local como forma de valorizar o produto.**

Agregar valor não é uma ordem mas um imperativo a desafiar os que entenderam que estamos em plena guerra da globalização. A ordem é competir. A possibilidade de vencer tem que ser trabalhada, e isso vale para os camponeses produtores, os atores e para a região. Existe a possibilidade de se fazer uma cebolicultura de qualidade porque os produtores são especializados.

Verifica-se com nitidez que os camponeses e os atores ainda não descobriram o segredo da agregação de valor e da integração da cadeia produtiva. A diferença entre desenvolvimento e atraso está exatamente na proporção direta do saber produzir, transformar ou maquiagem e ter acesso a mercados. Desta maneira pode-se vender 1 quilo de cebola por R\$ 0,30 no saco de 20 kg, mas pode-se vender cebola por R\$ 0,90 em saco de 1kg em embalagem de nylon. Outra opção é vender quatro cebolas Tipo 4 ou 5 em uma embalagem especial por até R\$ 1,50. A partir desta especialização busca-se a exportação deste produto especial. Assim, tratando-o potencialmente como diferenciado, melhorando substancialmente seu desempenho por meio de estratégias de adaptação a demanda, pois as formas de diferenciação estão relacionadas com suas características particulares, qualidade, tamanho e cor, entre outras distinções. Os produtos chamados diferenciados ou especialidades registra crescimento na venda de mercadoria de maior valor de mercado.

Para atingir estes objetivos a cebola cultivada no Litoral Centro – ou nos municípios individualmente – serão identificadas por um selo ou etiqueta de qualidade. O selo de procedência valoriza o produto e visa dar condições à população consumidora de diferenciar, no momento da compra, que estes atendem requisitos de qualidade e garantem a origem do Litoral Centro.

A indicação geográfica, como preceitua a Lei<sup>26</sup>, é importante no que diz respeito à agregação de valor ao produto com conseqüente aumento da competitividade no mercado nacional e internacional. O Litoral Centro é reconhecido como um grande pólo ceboleiro do Brasil, desta forma pode-se utilizar deste benefício.

O selo ou etiqueta representa a garantia de que esses produtos passaram por acompanhamento e orientação técnica especializada. Também garante a rastreabilidade do bulbo, permitindo ao consumidor conhecer sua origem, qualidade e sanidade. O selo também é uma forma de fortalecer espaços no mercado local, além de abrir novas oportunidades de comercialização. Fixa a idéia nos consumidores como provedor de algum benefício. Benefício de ter uma cebola de origem declarada aliada à qualidade. Agregando valor e satisfação no seu consumo.

---

<sup>26</sup> LEI Nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

REGULA DIREITOS E OBRIGAÇÕES RELATIVOS À PROPRIEDADE INDUSTRIAL.  
TÍTULO IV - DAS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.

*Art.177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço.*

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

Art. 179. A proteção estender-se-á à representação gráfica ou figurativa da indicação geográfica, bem como à representação geográfica de país, cidade, região ou localidade de seu território cujo nome seja indicação geográfica.

Art. 180. Quando o nome geográfico se houver tornado de uso comum, designando produto ou serviço, não será considerado indicação geográfica.

Art. 181. O nome geográfico que não constitua indicação de procedência ou denominação de origem poderá servir de elemento característico de marca para produto ou serviço, desde que não induza falsa procedência.

Art. 182. O uso da indicação geográfica é restrito aos produtores e prestadores de serviço estabelecidos no local, exigindo-se, ainda, em relação às denominações de origem, o atendimento de requisitos de qualidade.

Parágrafo único. O INPI estabelecerá as condições de registro das indicações geográficas.

**Figuras 2 e 3 – Etiquetas colocadas em sacolas de cebolas de 1 kg**



Etiquetas de sacos de cebolas de 1 kg, adquiridas em Supermercados

O selo ou etiqueta será concedido após rigoroso controle de qualidade, exemplos podem ser observados nas figuras 2 e 3. O produtor precisará seguir avaliação da inspeção sanitária municipal, bem como atender aos critérios determinados por uma comissão técnica formada com representantes das Secretarias Municipais e Estadual da Agricultura, Emater/RS e EMBRAPA. Serão analisados a higienização dos galpões, defeitos que o bulbo apresenta, coloração e casca, entre outros critérios. O selo será colocado em algumas cebolas durante a classificação do bulbo.

Para ajudar a desenvolver este processo em um cenário competitivo e de poucas respostas a oferecer é justo solicitar as ferramentas de marketing para alavancar o potencial produtivo e comercial da região. O marketing, segundo Kotler (2001), tem como tarefa “*buscar influenciar o nível, a velocidade e a composição das diferentes demandas do mercado*”. Podemos ainda utilizar o marketing para desenvolver a designação de origem como marca junto ao consumidor. Segundo Leandro (1997):

*“A gestão das marcas apresenta-se como o mais recente campo de atuação do marketing busca o desenvolvimento e manutenção de um determinado conjunto de valores e atributos para a construção de uma ‘imagem de marca’ que apresenta-se coerente, apropriada e atrativa ao consumidor. As marcas atravessam uma modificação em sua natureza, constituindo-se atualmente numa significativa manifestação da economia moderna”.*

Desta forma o marketing alia-se aos esforços da implantação da designação de origem e selo ou etiqueta de qualidade. Acredita-se, que depois de todas estas ações, estes diferenciais que com a conseqüente alavancagem da cebolicultura, farão com que os jovens voltem a se ocupar da agricultura e/ou a comercialização da produção desta.

- **Bolsa de Mercadorias / Comércio eletrônico**

Com o reconhecimento da qualidade e origem da cebola do Litoral Centro pode-se diversificar as formas de comercialização. A Bolsa de Mercadorias é uma local onde os camponeses produtores podem vender suas mercadorias evitando calotes, pois a bolsa identifica compradores e fornecedores e dá assistência neste tipo de comercialização. Mas antes deve haver mais organização dos camponeses. Este projeto esbarra na desorganização do setor. Pois falta uma cultura associativista para formar blocos de pequenos produtores, implantar a padronização e melhorar a qualidade dos produtos.

Da mesma forma que a Bolsa de Mercadorias o Comércio Eletrônico é uma ferramenta que está tomando muita força no mundo. É uma ferramenta que serve para promover negócios, se o resto da estrutura trabalhar bem. O Balcão de Agronegócios do Banco do Brasil, via internet é outra opção dentro desta linha de venda a distância ou o chamado e-commerce. Entretanto, os pequenos e médios camponeses e/ou intermediários encontram dificuldade para usar esta ferramenta pelo desconhecimento e pelo baixo nível de instrução.

A criação ou utilização de um portal de negócios na Internet para a comercialização da safra de cebolas e aquisição de fertilizantes e insumos agrícolas seria o ideal, buscando quebrar a barreira do comércio eletrônico junto ao produtor rural. A operacionalização dos procedimentos seriam de responsabilidade dos Sindicatos, Associações e Cooperativas. Neste caso deve-se profissionalizar a estrutura de vendas da cooperativa e/ou associações e as pessoas que tem a tarefa de vender a produção serão comissionadas ou assalariadas. Este procedimento vai ao encontro do tradicionalismo dos camponeses produtores e moderniza a ação comercial do setor. A renovação (etária) do agente produtor na cebolicultura tem que se dar por novas atrações/atrativos no negócio.

- **Exportação**

A formação de negociadores, a especialização, a melhoria dos produtos e processos (selo ou etiqueta) e a tecnologia de administração são as principais variáveis sobre as quais se deve montar um programa intensivo de aperfeiçoamento, utilizando para isto os jovens que serão atraídos pelo novo e o urbano. Para que a produção possa se internacionalizar é necessário uma mudança de paradigma, que implique pensar o mundo, ou pelo menos a região como espaço próprio para competir. Portanto seria necessário aprofundar o conhecimento dos mercados, suas regras do jogo, gostos e idiosincrasias.

Mais que exportar tem que se pensar como se importa desde os outros países e desenvolver uma estratégia de inserção nas cadeias produtivas e de comercialização.

Deve-se fazer um diagnóstico realista das vantagens competitivas que possui ou que possa desenvolver. Hoje no mundo se compete com inteligência, para isso deve-se desenvolver aptidões para se tornar o caçador de um objetivo móvel na competição econômica.

A sugestão é cultivar e oferecer as variedades com melhores aptidões comerciais: cebola branca para a Itália, doce para os Estados Unidos, tamanho "Jumbo" (Tipo 5 - 100 mm ou mais de diâmetro) para Grã Bretanha e Echalote (roxa) para a França. Os produtores ou os intermediários devem manter um planejamento comercial e fazer agricultura por contrato. Se referindo ao alcance deste conceito, especifica-se que a inteligência incorporada no processo produtivo e a comercialização implica ver como se podem ter custos que permitam competir tendo em conta o contexto internacional; significa conhecer o quê compram os consumidores e cadeias de outros países e como chegar a eles; e entre outros aspectos, entender a logística da divisão para a escala global ou regional.

Para os cebolicultores do Litoral Centro os desafios e oportunidades enfrentados hoje são maiores do que há dez anos passados em razão do atraso tecnológico e a falta de infraestrutura enfrentados. A globalização, os avanços tecnológicos e a desregulamentação do mercado brasileiro acentuam estes problemas. Portanto, a cadeia necessita implementar um programa de expansão da qualidade produtiva através da integração dos camponeses produtores e de investimentos que permita cumprir com a quantidade e qualidade que é solicitado. Buscar mercados, procurar a quem vender ou a quem se interessar em comprar é o que importa atualmente. Desta forma o desenvolvimento regional vai se dar com a distribuição da renda e elevação do nível de vida da população do Litoral Centro.

## Conclusão

A política econômica brasileira, adotada após 1930, visando a transformação da estrutura agroindustrial promoveu a incorporação econômica e territorial de várias regiões ao processo produtivo, revolucionando a organização sócio-espacial pré-existente. Apesar deste esforço, o Litoral Centro do Rio Grande do Sul não sofreu transformações positivas nas últimas décadas e ainda não se inseriu no circuito de trocas nacional e muito menos mundial, sobretudo em decorrência da sua ausência no capitalismo agroindustrial.

O fato mais concreto no Litoral Centro é que a região não adquiriu um desenvolvimento econômico e social, porque seu potencial não está dotado de aptidões para a produção de grãos de grande comercialização e ainda porque boa parte de seu território está coberto de dunas, sem alternativas de uso.

Feito um retrocesso histórico para se examinar o comportamento da cultura da cebola na região, desde a sua introdução até os dias atuais, chega-se à conclusão de que, mesmo sendo expressiva a produção, ela nunca recebeu estímulos adequados que pudessem dinamizá-la em bases verdadeiramente econômicas. Mesmo sem estímulos o Litoral Centro é pólo e periferia ao mesmo tempo. É um grande pólo produtor de cebolas e periferia subdesenvolvida da metrópole gaúcha ao mesmo tempo, demonstrando a disparidade regional ou um dualismo geográfico onde um grande centro se opõe ao menor, formalizando uma verdadeira relação colonial, onde a região abastece os grandes centros de cebola, seu produto principal (ou único produto), e não recebe atenção alguma em troca, desta forma agravando as disparidades e aumentando a pobreza da região.

O resultado da análise das especificidades do Litoral Centro nos leva a reconhecer fatos relevantes que determinam a estagnação da região como um todo. Podemos dizer que os principais incômodos a cebolicultura e a região são:

- O isolamento geográfico e o abandono político/econômico da região;
- O baixo índice de educação da população da região;
- Ausência de profissionalismo entre os cebolicultores;
- A inércia das tradições;
- O individualismo do camponês e a desorganização do associativismo/cooperativismo;
- Ausência de infraestrutura pública.

Devido ao isolamento geográfico e o abandono político/econômico a região encontra-se estagnada desde o segundo quartel do século XIX. O primeiro devido obviamente ao fato de não haver ligação rodoviária com os grandes centros regionais. O segundo em consequência do primeiro, pois não acontece, ou dificulta as relações sociais e econômicas. Percebemos que até a história esqueceu dela. É uma área que se caracteriza pelo absoluto abandono por parte das autoridades regional /nacional e do capital, e uma consequente dificuldade de se estabelecer relações, mantendo o camponês atrasado, agrafado, e sem uma racionalidade capitalista. Portanto, os habitantes do Litoral Centro estão parados no tempo e presos no espaço.

Quanto a questão educacional os dados apresentados demonstram que existe no Litoral Centro um preocupante índice de analfabetismo. O grau de instrução da população é baixo o que lhe direciona para a atividade econômica ligada ao setor primário, como camponês produtor ou empregado rural. A consequência do processo de baixo grau de instrução/atividade no setor primário, nas circunstâncias da região, leva o indivíduo a ter um pequeno retorno financeiro. Portanto a renda da população do Litoral Centro está diretamente proporcional ao nível de instrução/atividade desempenhada, desta forma poucos ganham muito e muitos ganham pouco.

O baixo grau de instrução, no caso do Litoral Centro, é refletido no ritmo e racionalidade dos cebolicultores, pois não dominam a boa técnica e a informação.

Outro item que, no nosso entender, é inibidor ao desempenho da cebolicultura é a falta de profissionalismo do camponês. Uma das características fundamentais para a produção de cebolas ou qualquer outro produto é a necessidade absoluta de profissionalismo. Os problemas da cebolicultura fazem pensar que não haja necessidade de grande preocupação com os produtos da eficiência que são a economicidade e a competitividade, inerentes ao profissionalismo. Deve-se repensar estes procedimentos. A palavra-chave, hoje, para qualquer setor, primário, secundário ou terciário, é competitividade. Para alcançá-la, o camponês produtor necessita de diversos instrumentos, seja o da compreensão de uma produção mais limpa (mais racional, de menor desperdício e menor impacto ambiental), seja o de uma visão de mercado abrangente e permanentemente atualizada. Acima de tudo, precisa enraizar o profissionalismo, o que no nosso entender é um dos principais entraves ao desenvolvimento do cebolicultor da região.

Desta forma, nenhuma atividade hoje pode permitir-se ser unicamente lírica ou atávica. Os tempos modernos exigem alta profissionalização, tecnologias e, acima de tudo, uma permanente atualização de conhecimentos em todas as facetas da atividade profissional que a pessoa exerça.

A inércia da tradição é um fator negativo importante no comportamento do camponês. O atual produtor de cebolas desta região pode ser comparado ao camponês do início do século passado, por sua postura e atitude perante a modernidade, pelo seu isolamento geográfico e também cultural. O “produtor” se constitui num camponês típico, quase um “relicto” ou “fóssil” das antigas relações camponesas fruto de uma região que foi esquecida, que até a história esquiva-se dela. O Camponês, com o seu conformismo, o baixo nível cultural aliado a falta de ações públicas, assistência técnica e o isolamento da região resultam em um indivíduo alienado.

O camponês produtor trabalha com conhecimentos empíricos, dentro do contexto de uma tradição que passa de geração para geração, constituindo-se em produtores especializados mantenedores de práticas arcaicas, absolutamente controlados e determinados pelo capital mercantil. O produtor também não tem conhecimento das peculiaridades do mercado, ficando à margem das negociações reduzindo-se a oferecer a sua força de trabalho, com baixa ou nenhuma remuneração, ao sistema mercantil que se utiliza disto impiedosamente.

A manutenção de hábitos tradicionais constitui-se em fator inibidor de inovação tecnológica e de racionalidades que poderiam garantir maior competitividade. O desinteresse da maioria dos camponeses produtores para acompanhar o processo de modernização também ocorre devido a descapitalização.

O individualismo e a desorganização do associativismo/cooperativismo se deve ao isolamento e a baixa instrução do camponês. Portanto, diante destes fatos, o camponês desenvolveu um forte espírito de individualismo que impossibilita ou dificulta a idéia do associativismo/cooperativismo.

A inexistência ou insuficiência de infraestrutura de estradas e energia elétrica provoca dois tipos de obstáculos: a não exploração das potencialidades e a exploração abaixo da produtividade permitida pela técnica e pelo mercado. No caso específico do Litoral Centro a falta de infraestrutura de rodovia aliada a de energia é a principal responsável pela desordem observada na economia espacial. A melhoria da infraestrutura de transporte, energia e telecomunicações vão levar através de um duplo processo, econômico e político, a redistribuição das atividades e da riqueza, para, e dentro da região. Atualmente somente a construção e o asfaltamento da estrada do Inferno poderá fazer a reconexão deste espaço com a metrópole de forma permanente podendo haver novas e rápidas trocas de idéias e com isto levando o Litoral Centro a uma nova forma de se conectar com o mercado e o mundo.

Vemos, portanto, que os principais problemas enfrentados pela cebolicultura do Litoral Centro estão inter-relacionados, mas com influência decisiva da ausência de infraestrutura que interfere em todos os outros.

Diante desses fatos o futuro da cebolicultura nesta região é uma incógnita. Se continuar a estagnação, a mesma mentalidade e o tipo de gerenciamento a tendência é desaparecer em Mostardas e diminuir drasticamente em Tavares e São José do Norte. Existe a necessidade de romper a tradição. Os camponeses devem aprender a usar as novas tecnologias, adaptar-se aos mercados globais e focar-se nas necessidades do mercado. Não se pode permitir acabar com esta produção, sob pena da região, que já é pobre, cair em declínio total por falta de opção econômica para o pequeno produtor.

Existe hoje uma pressão, do norte para o sul - no mesmo sentido da construção/asfaltamento da estrada - alterando a fisionomia econômica da paisagem. A pecuária extensiva, a orizicultura e o florestamento com pinus e eucalipto se impõe, em detrimento da pequena produção camponesa. Devido a descapitalização e a característica fundiária existe uma tendência de diminuição da área plantada com cebola, sem que haja a substituição por outra cultura.

As preocupações que hoje se associam às exigências do planejamento e do ordenamento territorial desafiam os atores do mundo rural a perseguir novas vias, nomeadamente as que permitem compatibilizar tradição e inovação, preservação e integração, através da regionalização/localização de idéias e recursos.

Portanto, para progredir, esta atividade agrícola precisa acessar novos mercados e buscar sistemas de produção mais competitivos. O padrão agrário moderno é demonstrado pela aplicação das conquistas da ciência na agricultura e das novas formas de organizar a produção rural. A retomada da economia vinculada a cultura da cebola exige parcerias empresariais inovadoras, construídas para adaptar-se a essas mudanças rápidas e para criar soluções criativas.

Este setor transformando seus negócios a partir da adoção de uma mentalidade realmente inovadora e competitiva experimentará, com certeza, um crescimento. A estratégia é identificar as necessidades e os problemas do mercado e transformá-los em produtos que representem soluções. O grande desafio, portanto, está na busca eficiente de produtos diferenciados inclusive ecológicos, sem agrotóxicos, transformando-os em novas oportunidades de comércio. É nesse sentido que os esforços de modernização produtiva, gerencial e tecnológica devem se orientar.

Assim, em face de uma globalização que aproxima os antagonismos, a utopia torna-se muitas vezes o objeto do desafio, quando este induz a busca do ideal, num processo mais ou menos participativo de permanente (re)construção do quotidiano. Com enquadramento nesta problemática, a abordagem das teorias e das práticas permitirá certamente mostrar a transversalidade dos domínios essenciais em torno dos quais se estabelecem e se discutem as estratégias e as medidas de valorização desta "ruralidade".

O Litoral Centro precisa acordar. A organização do setor ceboleiro pode reverter a má situação social e econômica da região. Desta forma a região necessita adaptar-se

rapidamente aos novos tempos e o estudo da cadeia produtiva da cebola é um importante elemento para a reorganização da economia do Litoral Centro.

Portanto, as soluções para os problemas que visualizamos passam por uma mudança profunda do modo de pensar. Não se pode deixar que o mercado se encarregue de por em marcha os negócios da cebolicultura local. Para a cebolicultura do Litoral Centro ser competitiva e rentável é necessário mudar. Agora se deve investigar, projetar políticas e estratégias que ajudem a transformar a cebolicultura da região em um real fator de desenvolvimento regional. Desta forma, no patamar em que se encontra a cebolicultura do Litoral Centro terá que pensar grande para se desenvolver ou contar as poucas safras que restam ...

## Bibliografia

- Alonso**, José Antonio Fialho. Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939 – 70; Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística - FEE, Porto Alegre, 1984;
- Alonso**, José Antonio F., **Benetti**, A., **Bandeira**, Pedro S. Crescimento Econômico da região Sul do Rio Grande do Sul: Causas e perspectivas, FEE, Porto Alegre, 1994;
- Bandeira**, Pedro Silveira. O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do crescimento da economia brasileira 1940 – 1980, Rio Grande do Sul, Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 1988;
- Bogo**, Vicente, Cooperativismo, Correio do Povo, Porto Alegre, 2 de Junho de 2001;
- Bourdieu**, Pierre, O Poder Simbólico, Trad. Tomaz, Fernando, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1998;
- Brasil**, Lei nº 4.504, de 30.04.1964 – Estatuto da Terra;
- Brasil**, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;
- Breitbach**, Áurea C. de M., Estudo sobre o conceito de região, FEE/RS, Porto Alegre, 1988;
- Bunse**, Heinrich, A.W., São José do Norte, Aspectos Lingüísticos –Etnográficos do Antigo Município, Mercado Aberto/IEL, 2ª Ed, Porto Alegre, 1981;
- Carlos**, Ana Fani Alessandri, O lugar no/do mundo, Hucitec, São Paulo, 1996;
- Carneiro**, Maria José, Camponeses, Agricultores e Pluriatividade, Contra Capa, Rio de Janeiro, 1998;
- Castro**, Iná Elias de, O mito da Necessidade – Discurso e Prática do Regionalismo Nordeste, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1993;
- Cherini**, Giovani (Org), Município: Teu nome é um sucesso, Comissão de Assuntos Municipais, Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001;

**Clemente**, Ademir; e **Higachi**, Hermes Y. Economia e Desenvolvimento Regional, Atlas, São Paulo, 2000;

**Clemente**, Ademir. Economia Regional e Urbana, Atlas, São Paulo, 1994;

**Corrêa**, Roberto Lobato, Trajetórias Geográficas, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1997;

**CORREIO DO POVO**, Governo quer mais competitividade, Porto Alegre, 24 de abril de 2000;

**CORREIO DO POVO**, Estudo identificará áreas críticas, Porto Alegre, 14 de janeiro de 2001;

**CORREIO DO POVO**, “Norte”, cebola, incentivos, Editorial, Porto Alegre, 22 de dezembro de 1999;

**CORREIO DO POVO**, Tarifa cobrada por balsa gera reclamações. Porto Alegre, 04 de julho de 2001;

**CORREIO DO POVO**, Bogo cria a câmara setorial da horticultura - Governo também vai formar comitê estadual da cebola, Porto Alegre, 3 de outubro de 1998;

**CORREIO DO POVO**, Cresce a exportação de especiais, Porto Alegre, 06 de novembro de 2000;

**CORREIO DO POVO**, Bolsa tenta evitar calote em SC, Porto Alegre, 8 de março de 2000;

**CORREIO DO POVO**, Venda da cebola está prejudicada., Porto Alegre, 19 de janeiro de 1999;

**CORREIO DO POVO**, Municípios discutem as alternativas locais, Porto Alegre, 25 de Maio de 2001;

**CORREIO DO POVO**, Selo vai identificar a produção local, Porto Alegre, 18/09/2000;

**CORREIO DO POVO**, Produtor de Porto Alegre lança o selo ‘sabor local’, Porto Alegre, 26/07/2000;

**CORREIO DO POVO**, Manufaturados de Pelotas vão ter selo de qualidade, Porto Alegre, 31/08/2000;

**CORREIO DO POVO**, Tradições do RS ganham certificado internacional, Porto Alegre, 14/06/2000;

**CORREIO DO POVO**, Caxias do Sul lança selo de valorização do produto, Porto Alegre, 14/12/2000;

**CORREIO DO POVO**, Programa venderá o ‘Sabor Gaúcho’, Porto Alegre, 15/10/2000;

**CORREIO DO POVO**, Maça gaúcha tem selo de qualidade, Porto Alegre, 16/07/2000;

**CORREIO DO POVO**, Selo resgata a chegada do imigrante italiano, Porto Alegre, 24 e 25/12/2000;

**CORREIO DO POVO**, Origem das frutas deve ser rastreada, Porto Alegre, 01/09/2000;

**CORREIO DO POVO**, Denominação de origem em debate, Porto Alegre, 10 de dezembro de 2000;

**Crivela**, Gilberto, Diagnóstico Agroeconômico da Cebola no Rio Grande do Sul, EMATER, Porto Alegre, 1995;

**Dreys**, Nicolau, Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, Nova Dimensão/EDIPUCRS, Porto Alegre, 1990;

**Duarte**, Aluizio Capdeville, Regionalização – Considerações Metodológicas in Boletim de Geografia Teórica, 10 (20), Rio Claro, 1980;

**El Pais**, Tres em línea, Año 83 - Nº 2849, Montevideo, 10 de Febrero de 2001;

**EMATER**, Estudo de Situação do Município de São José do Norte, São José do Norte, 1996;

**EMATER**, Estudo de Situação do Município de Mostardas, Mostardas, 1996;

**EMATER**, Estudo de Situação do Município de Tavares, Tavares, 1996;

**Enciclopédia Barsa**, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, Rio de Janeiro, 1992;

**Enciclopédia Mirador Internacional**, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, São Paulo, 1982;

**Encyclopedia Microsoft Encarta 2000**, Cd Room, São Paulo, 2000;

**Espindola**, Carlos José, A Dinâmica Territorial das Agroindústrias do Oeste Catarinense: O Caso Sadia in Encontro Internacional Lugar, Formação Socioespacial, Mundo - Resumos, ANPEGE, São Paulo, 1994;

**Facalde**, Ivanira & **Mandelli**, Francisco (Org.), Vale dos Vinhedos – Caracterização Geográfica da Região, EDUCS, Caxias do Sul, 1999;

**Ferreira**, Ignez Costa Barbosa & **Penna**, Nelba Azevedo, Potencialidades Locais para o Desenvolvimento in Encontro Internacional Lugar, Formação Socioespacial, Mundo - Resumos, ANPEGE, São Paulo, 1994;

**Flores**, Moacyr, História do Rio Grande do Sul, Nova Dimensão, 6ª Ed, Porto Alegre, 1996;

- Fontoura**, Luis Fernando Mazzini. As relações sociais de produção e a produção do espaço agrário em São José do Norte. Porto Alegre, UFRGS, 1994. 126p. (Dissertação de mestrado);
- Geiger**, Pedro Pinchas, Reflexões sobre a regionalização in Simpósio A Renovação da Geografia, AGB, Rio de Janeiro, 1973;
- George**, Pierre, Geografia Agrícola do Mundo, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972;
- Isabelle**, Arsène, Viagem ao Rio Grande do Sul, Trad. Dante de Laytano, Martins Livreiro Editor, 2ª Ed. Porto Alegre, 1983;
- Kotler**, Philip, Novos desafios do marketing, Gazeta Mercantil, São Paulo, 04 de junho de 2001;
- Küchemann**, Berlindes A., O Minifúndio Gaúcho – Ajuda técnica como alternativa?, UCS/EST, Porto Alegre/Caxias do Sul, 1980;
- Leandro**, Aldo Gomes. Turismo, imagem do lugar e competitividade na globalização, GEOUSP – Revista da pós-graduação em Geografia nº 1, São Paulo, 1997;
- Lefebvre**, Henri, De lo rural a lo urbano; Ediciones Península, Barcelona, 1971;
- Lindgren**, Carlos Ernesto Silva, Temas de Planejamento, Ed. Interciência, Rio De Janeiro, 1978;
- Méndes**, Manuel Briceño, Fundamentos Teorico-Methodologicos para el estudio de las sociedades rurales, ULA-FCF-IIA, Merida –Venezuela, 1991;
- Mostardas** - Guia de 1993, Editora Jornalística Jornal de Mostardas, Mostardas – RS, 1993;
- Muradás**, Jones. O Litoral Centro do Rio Grande do Sul, Digitado, Trabalho apresentado na Semana da Geografia – UFRGS, 2000;
- Nascimento**, Carlos A. M., Parabéns, Correio Rural, Correio do Povo, Porto Alegre, 06 de janeiro de 2001;
- Nascimento**, Carlos A. M., Cadeias Produtivas, Correio do Povo, Porto Alegre, 29 de abril de 2000;
- Nascimento**, Carlos A. M., Metade Sul, Correio do Povo, Porto Alegre, 18 de setembro de 1999;
- Nassar**, André Meloni. Exportar marca e não produto no agribusiness, Gazeta Mercantil, São Paulo, 22 de dezembro de 2000;

- Nova Enciclopédia Barsa**, Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, Volume 4, São Paulo, 1999;
- Paulet**, Jean-Pierre. Les régions à l'heure de la mondialisation, Armand Colin, Paris, 1998;
- Pesavento**, Sandra J., História do Rio Grande do Sul, Mercado Aberto, 8ª Ed, Porto Alegre, 1997;
- Porter**, Michel E., A Vantagem competitiva das Nações, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1993;
- Projesul** – Consultoria em Agropecuária e meio Ambiente Ltda, Relatório Técnico de Vistoria Ambiental – RST 101 – Trecho Mostardas – Tavares, Porto Alegre, 1998;
- Rambo**, Balduino, A fisionomia do Rio Grande do Sul, Imprensa Oficial, Porto Alegre, 1942;
- Raffestin**, Claude, Por uma Geografia do Poder, Ed. Ática, São Paulo, 1993;
- Richardson**, Harry W., Elementos de economia regional, Zahar Editores, Rio de Janeiro – 1973;
- Rio Grande do Sul**, Programa de investimentos integrados para o setor agropecuário. Estudo de mercado, volume 3 – Partes I, II e III, Ed. Pallotti, Porto Alegre, 1975;
- Rio Grande do Sul**, Atlas Sócio Econômico do Estado do Rio Grande do Sul, Secretária da Coordenação e do Planejamento, Porto Alegre, 1998?;
- Rio Grande do Sul**, Regionalização do espaço agrícola do Rio Grande do Sul, Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1975;
- Rio Grande do Sul**, Agricultura em Destaque, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Porto Alegre, 1997;
- Rio Grande do Sul**, Desequilíbrios Regionais – Projeto RS 2010, Secretaria da Coordenação e Planejamento, Porto Alegre, 1998;
- Rio Grande do Sul**, Cartilha do Agricultor, Volume 3, As lavouras e as Plantas – Parte 2, Secretaria da Agricultura, Porto Alegre, 1982;
- Rio Grande do Sul**, Plano Integrado para o Desenvolvimento do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1975;
- Saint-Hilaire**, Auguste de, Viagem ao Rio Grande do Sul, Trad. Costa, Adroaldo Mesquita da, Martins Livreiro Editor, 2ª Edição, Porto Alegre, 1997;
- Santos**, Milton. Economia Espacial - Críticas e Alternativas, Editora HUCITEC, São Paulo, 1979;

- Santos**, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário in A Construção do Espaço, Souza, Maria A. A e Santos Milton (Org), Nobel, São Paulo, 1986;
- Santos**, Milton. Espaço e Método, Nobel, São Paulo, 1997;
- Silva**, José Graziano da, Tecnologia e Agricultura Familiar, Editora da Universidade – UFRGS, Porto Alegre, 1999;
- Soja**, Edward W., Geografias Pós-Modernas, Trad. Ribeiro, Vera, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1993;
- Strahler**, Arthur N, & **Strahler**, Alan H. Geografia Física, Ediciones Omega, Barcelona, 2000;
- The New Encyclopaedia Britannica**, Encyclopaedia Britannica, Inc. Volume VII, Chicago, 1974;
- Turra**, Francisco Sérgio, Agregar Valor é o Segredo, Correio do Povo, Porto Alegre, 22 de Maio de 2001;
- Vincent**, Andrew, Ideologias Políticas Modernas, Jorge Zarar Editor, Rio de Janeiro, 1995;
- Vargas**, Maria Augusta Mundim, Desenvolvimento regional em questão: o Baixo São Francisco revisitado, UFS/NPGEO, São Cristóvão – SE, 1999;
- Vieira**, Euripedes Falcão. Rio Grande do Sul – Geografia Física e Vegetação, Ed. Sagra, Porto Alegre, 1984;
- Vieira**, Euripedes Falcão e Rangel, Suzana R. Salum, Planície Costeira do Rio Grande do Sul; Ed. Sagra, Porto Alegre, 1988;
- Vieira**, Geraldo Velloso Nunes, O Problema da Cebola in Agropecuária – Verdades que Resistem ao Tempo, AGE Editora, Porto Alegre, 1995;
- Willcock**, Jorge Alberto e **Tomazelli**, Luiz José, Geologia Costeira do Rio Grande do Sul, Notas Técnicas nº 8, Centro de Estudos de Geologia Costeira e Oceânica – UFRGS, 1995;
- Willcock**, J. A.; **Tomazelli**, L.J.; **Loss**, E.L.; **Dehnhardt**, E.A.; **Bachi**, F.A.; **Dehnhardt**, B.A.; **Godolphim**, M.F. & **Horn Fº**, N.O.; Mapa Geológico da Província Costeira do Rio Grande do Sul – Escala 1:1.000.000. CECO, Instituto de Geociências – UFRGS, Porto Alegre, 1994;
- Zabaleta**, J. P. Diagnóstico da Agricultura Familiar em São José do Norte - RS. Pelotas: EMBRAPA-CPACT, 1998.